



*Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação
Linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade*

Wellington da Costa Pinheiro

*A Infância nas Páginas de jornal: discursos (re) produzidos
pela imprensa paraense na primeira década do século XX*



Um grupo encantador. As tres graças se diria, se não fosse estar no meio a severidade infantil do maiorzinho, que se chama Fernando, e é a esperança do coração de seu extremoso pae, o nosso distincto amigo dr. Sousa Castro.

*Belém/PA
2013*

Wellington da Costa Pinheiro

*A Infância nas Páginas de jornal: discursos (re) produzidos
pela imprensa paraense na primeira década do século XX*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof^a Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves

Belém/PA
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Pinheiro, Welington da Costa, 1984-

A Infância nas páginas de jornal: discursos
(re) produzidos pela imprensa paraense na
primeira década do século xx / Welington da
Costa Pinheiro. - 2013.

Orientadora: Laura Maria Silva Araújo Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém,
2013.

1. Crianças - Pará - História. 2. Crianças -
Pará - Condições sociais. 3. Educação - Pará. 4.
Análise do discurso - Pará. 5. Jornais - Seções,
colunas, etc. I. Título.

CDD 22. ed. 305.23098115

Wellington da Costa Pinheiro

*A Infância nas Páginas de jornal: discursos (re) produzidos
pela imprensa paraense na primeira década do século XX*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof^a Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves

Banca Examinadora:

Laura Maria Silva Araújo Alves (Orientadora)
Dr.^a em Psicologia da Educação
Universidade Federal do Pará - UFPA

Sônia Maria da Silva Araújo Alves (Membro Interno)
Dr.^a em Educação
Universidade Federal do Pará - UFPA

César Augusto Castro (Membro Externo)
Dr. em Educação
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Belém/PA
2013

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a essa força que movimenta a vida chamada Deus, que nos proporciona esperança e fé de que as coisas, nas situações mais adversas, podem dar certo.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe Helena e a minha sobrinha “Jeni”, que contribuíram cada qual a sua maneira e possibilidade para que eu conseguisse chegar à conclusão desta etapa, o que me fez refletir quão é verdadeiro o pensamento de que a família é a base de tudo. Obrigado a todos!

À Professora e orientadora Laura Maria Araújo Alves, exemplo de profissional dedicada, cativante e humilde, pelo interesse, entusiasmo e dedicação durante o processo de elaboração deste trabalho, assim como pela grande oportunidade que me concedeu de construir muitos conhecimentos a cada encontro e, acima de tudo, pela amizade construída. Infinitamente, muito obrigado!

Aos queridos amigos da turma do mestrado 2011 e do grupo ECOS pelos muitos momentos marcantes durante todo este tempo de convivência e companheirismo. Em especial as minhas queridas amigas Patrícia Kimura e Sheila Araújo pelas vezes que estabelecemos diálogos e nos transmitimos conhecimentos, coragem, força e persistência. Agradeço, também, aos vários amigos conquistados ao longo da vida, como Lidiane Santos pela força e carinho para comigo, e Haila Pinheiro pelos conhecimentos de historiadora e pelos materiais cedidos. Muito obrigado por vocês todos fazerem parte da minha vida!

Ao meu amigo/irmão Luiz Carlos Neves pela grande contribuição dada para que eu conseguisse concluir o mestrado, seja pelas palavras de confiança e incentivo, seja pelas dicas e força com os trabalhos nos momentos que eu mais precisei de ajuda. Divido com você brother o mérito de ter concluído esta pesquisa. Valeu!

À Ana Paula de Mesquita Sampaio, professora e pessoa que admiro imensamente, pelo grande incentivo e força que me deu para que eu cursasse o mestrado, assim como por ter aberto as portas do universo da pesquisa científica na minha formação. Sou grato aos ensinamentos plantados desde as nossas primeiras orientações por ocasião do projeto de iniciação científica e que só amadureceram com o passar do tempo. Eternamente obrigado! Saiba que grande parte do que eu consegui realizar neste estudo foi graças ao muito que aprendi com você.

A minha sempre orientadora Rosa Maria de Souza Brasil, profissional cativante e competente, que me deu dicas importantíssimas nos momentos iniciais dessa pesquisa e a quem tomo como exemplo do que de fato é ser professor. Sou grato a esta pessoa capaz de transformar os sujeitos que têm a honra de serem seus alunos, pois quem tem essa oportunidade jamais vê, ouve, sente e percebe o mundo da mesma maneira. Muito obrigado pela sua existência!

À CAPES pela importante contribuição financeira para que esta pesquisa se concretizasse.

À Prof^ª. Dra Sônia Araújo, profissional da mais alta competência, a qual respeito e sinto profunda admiração e de quem tive o privilégio de receber significativas contribuições para esta pesquisa, tanto nas aulas quanto no processo de qualificação. Poucas pessoas nesse universo acadêmico conseguem aliar conhecimentos e titulações à simplicidade e generosidade para com as pessoas que estão ao seu redor.

Ao Prof^º. Dr. César Castro pelas valiosas contribuições para a elaboração deste estudo e pela gentileza e simpatia de ter aceitado o convite, em meio aos seus inúmeros compromissos, para participar da banca de avaliação desta pesquisa. De coração, muitíssimo obrigado!

Agradeço a todos de forma geral que de algum modo somaram na minha trajetória de vida!

“[...] ler o jornal de ontem com os olhos de hoje é fazer a releitura do passado escrito pela casta local sobre ela mesma, sobre seus próprios sonhos e desejos coletivos, materializados ou não, anseios estes que não raro, tornam-se comuns aos demais integrantes da comunidade. É preciso desencantar esta ordem e realizar a contra leitura, quebrar em pedaços o caleidoscópio que reflete de forma distorcida a imagem de ‘ordem’ da elite. (SELBACH, 2007, p. 80).

RESUMO

O presente trabalho se circunscreve no âmbito da História da infância, mas precisamente na do estado do Pará, que se caracteriza enquanto uma área ainda carente de produções acadêmicas, o que contribui para justificar a intenção e a relevância em construí-lo. A problemática do estudo se debruçou em descobrir: quais os discursos veiculados sobre a infância paraense nos jornais “A Província do Pará” e a “Folha do Norte”, no período 1900-1910? O seu objetivo geral é analisar os discursos veiculados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte” sobre a infância paraense no período compreendido entre 1900-1910. Já enquanto objetivos específicos têm-se: mapear os fatos mais recorrentes sobre os quais a criança se tornava assunto nos jornais paraenses do período de 1900-1910; analisar à luz da teoria bakhtiniana aspectos discursivos dos anúncios, colunas, galeria, notícias e propagandas contidos nos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, a fim de evidenciar os discursos implícitos e explícitos relacionados à infância no período investigado; perceber, por meio dos discursos dos jornais escolhidos, aspectos inerentes à infância no que tange ao lugar da criança em relação à escola, à família e à sociedade no contexto pesquisado; e evidenciar o tratamento dispensado à infância das diferentes classes sociais a partir dos discursos veiculados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, na primeira década do século XX. A análise das peças, num total de 39, foi fundamentada na perspectiva analítico-discursiva de Mikhail Bakhtin (1997; 2004). Nas peças analisadas: anúncios, notícias, propagandas e na galeria infantil foi possível perceber que na constituição destas circulavam uma infinidade de discursos que contribuíam para mostrar o valor atribuído à infância pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”. A exemplo, tem-se o discurso do higienismo, da valorização do trabalho enquanto prática dignificante, regenerante e moralizante, o discurso ideológico da mulher como cuidadora, do cientificismo em detrimento do conhecimento popular, entre outros. Percebeu-se que socialmente à infância era concebida a partir da classe social na qual o sujeito estava inserido, ou seja, no caso da criança pobre, notou-se que esta era sempre tratada como um sujeito que estava “largado a própria sorte”, sem perspectivas de um futuro, tendo em vista que ela sempre vai ser tida como a “desafortunada”, a “infeliz”, “a pobre criança; já a da classe economicamente mais favorecida é sempre vista como a bela, formosa, ingênua, bem cuidada e como um ser que terá um futuro promissor.

Palavras-chave: Infância; Discurso; História da infância no Pará; Jornais paraenses.

RÉSUMÉ

Le présent travail est confinée dans l'histoire de l'enfance, mais précisément dans l'État du Pará, qui se caractérise comme un secteur qui a besoin de nouvelles productions académiques, ce qui contribue à expliquer l'intention et la pertinence de construire. Le problème de l'étude se pencha: dont les discours véhiculés sur l'enfance Pará journal "La province de Pará" et "Folha do Norte", dans la période 1900-1910? Son objectif global est d'analyser les discours véhiculés par les journaux «La province de Pará" et "Folha do Norte" sur Pará de l'enfance pour la période 1900-1910. Déjà alors que les objectifs spécifiques sont les suivants: la cartographie des faits les plus récurrents sur lesquels l'enfant a fait l'objet Para journaux de l'époque de 1900-1910; examiner la théorie des aspects annonces discursives, des colonnes, une galerie, des nouvelles et des annonces contenues de Bakhtine journal "La province de Pará" et "Folha do Norte" afin de mettre en évidence les discours implicites et explicites liés à l'enfance dans la période étudiée; réaliser, à travers les discours de certains journaux, les aspects inhérents à l'enfance par rapport à l'endroit enfant à l'école, la famille et la société dans le cadre des recherches, et de montrer que le traitement des enfants de classes sociales différentes des discours véhiculés par le journal "La province de Pará" et "Folha do Norte", dans la première décennie XX e siècle. L'analyse des pièces, totalisant 39, était fondé sur la perspective discours-analytique de Mikhaïl Bakhtine (1997, 2004). Dans les spécimens examinés: annonces, des nouvelles, et se propage dans la galerie de l'enfant a été observé que la formation de ces diffusé une multitude de discours qui ont contribué à montrer la valeur attribuée à l'enfant par les journaux «La province de Pará" et "Folha do Norte". L'exemple a l'hygiénisme de la parole, l'appréciation du travail pratique en tant que digne, édifiante et régénérer le discours idéologique de la femme en tant que soignant, le scientisme au détriment des savoirs populaires, entre autres. Il a été remarqué que l'enfant a été conçu socialement de la classe sociale dans laquelle le sujet a été inséré, c'est à dire, dans le cas des enfants pauvres, il a été noté que cela a été toujours considérée comme une personne qui a été "abandonné son propre chance" aucune perspective d'avenir, considérant qu'elle sera toujours considéré comme «regrettable», le «malheureux», «pauvre creança; déjà la classe économiquement plus favorisée est toujours considérée comme une belle, belle, naïve et et faites attention car vous aurez um avenir prometteus.

Mots clés: petite enfance, Discours, Histoire de l'enfance dans le Pará, par journaux.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: O abandono de crianças recém-nascidas nas notícias.....	57
QUADRO 2: Acidentes domésticos envolvendo crianças em notícias.....	58
QUADRO 3: Acidentes com crianças no trabalho em notícias.....	59
QUADRO 4: A oferta de trabalho para crianças em anúncios.....	60
QUADRO 5: A fuga de crianças retratada em anúncios.....	60
QUADRO 6: O desaparecimento de crianças retratado em anúncios.....	61
QUADRO 7: A criança como sinônimo de beleza e inocência na Galeria Infantil.....	62
QUADRO 8: A criança como sujeito com um futuro promissor na Galeria infantil.....	63
QUADRO 9: Os alimentos para crianças anunciados em propagandas.....	64
QUADRO 10: Fortificantes para crianças anunciados em propagandas.....	64
QUADRO 11: Medicamentos para verminoses anunciados em propagandas.....	65
QUADRO 12: Propagandas de medicamentos para o tratamento de doenças respiratórias.....	66
QUADRO 13: Colégios de educação mista anunciados em propagandas.....	67
QUADRO 14: Colégios para meninas anunciados em propagandas.....	67
QUADRO 15: Doenças que mais levavam ao óbito de 1905 a 1906 em Belém.....	111

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Ganhadores do Concurso de Robustez de 1928.....	37
IMAGEM 2: Alunos estudando na Escola-Modelo Caetano de Campos, em 1901.....	40
IMAGEM 3: Esquema das seções identificadas nos jornais pesquisados.....	55
IMAGEM 4: Categorias bakhtinianas de análise.....	73
IMAGEM 5: Notícia “Crença exposta”.....	76
IMAGEM 6: Notícia “Mãe sem entranhas”.....	77
IMAGEM 7: Notícia “Creança engeitada”.....	78
IMAGEM 8: Notícia “Creança Queimada”.....	80
IMAGEM 9: Notícia “creança queimada por acido phenico”.....	81
IMAGEM 10: Notícia “Triste fim”.....	82
IMAGEM 11: Notícia “Desastre”.....	84
IMAGEM 12: Notícia “As bombas”.....	85
IMAGEM 13: Noticia “Uma explosão”.....	86
IMAGEM 14: Anúncio “Creados”.....	92
IMAGEM 15: Anuncio “Menino I”.....	92
IMAGEM 16: Anúncio “Menino II”.....	93
IMAGEM 17: Anúncio “Menor desaparecido”.....	94
IMAGEM 18: Anúncio “Menina desaparecida”.....	95
IMAGEM 19: Anúncio “Menor fujona”.....	96
IMAGEM 20: “Anúncio Creança perdida”.....	98
IMAGEM 21: Anúncio “Menor desaparecido”.....	99
IMAGEM 22: Anúncio “Creança perdida”.....	100
IMAGEM 23: Galeria Infantil I.....	102
IMAGEM 24: Galeria Infantil II.....	102
IMAGEM 25: Galeria Infantil III.....	103
IMAGEM 26: Galeria Infantil IV.....	104
IMAGEM 27: Galeria Infantil V.....	105
IMAGE 28: Galeria Infantil IV.....	106
IMAGEM 29: Propaganda “Farinha Lactea de Nestlé”.....	109
IMAGEM 30: Propaganda “Leite maltado Horlick”.....	109

IMAGEM 31: Propaganda “Mellin alimento”	110
IMAGEM 32: Propaganda “Vinho dr. Vivien”	113
IMAGEM 33: Propaganda “Emulsão de Scott”	114
IMAGEM 34: Propaganda “Bella senhorita Sara Silva”	115
IMAGEM 35: propaganda “Vermifugo B. A. Fahnestock”	116
IMAGEM 36: Propaganda “Vermifugo Paraense”	116
IMAGEM 37: Propaganda “Pilulas e Xarope Beirão”	117
IMAGEM 38: “Bronchite das creanças”	119
IMAGEM 39: Propaganda “Peitoral Werneck”	120
IMAGEM 40: Propaganda “Asthma em duas creanças”	121
IMAGEM 41: Propaganda “Collégio Gauthey”	125
IMAGEM 42: Propaganda “Collégio Luso-Paraense”	126
IMAGEM 43: Propaganda “Collégio Nacional”	127
IMAGEM 44: Propaganda “Collegio Jesus Maria José”	128
IMAGEM 45: Propaganda “Collegio de N. S. da Guia”	129
IMAGEM 46: Propaganda “Collegio N. S. d’ Annunciação”	130

SUMÁRIO

SEÇÃO I: INTRODUÇÃO.....	14
 SEÇÃO II: O ADVENTO DA REPÚBLICA E O NOVO OLHAR SOBRE A INFÂNCIA.....	 29
2.1 A infância como alvo de medidas e ações higienistas.....	32
2.2. A educação da infância e o projeto de construção do cidadão republicano.....	38
2.3. A infância abandonada enquanto questão do Estado.....	45
 SEÇÃO III: A PESQUISA SOBRE A INFÂNCIA EM JORNAIS IMPRESSOS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	 54
3.1. O <i>corpus</i> da pesquisa: notícias, anúncios, galeria e propagandas.....	55
3.2. Tratamento analítico do <i>corpus</i> : o discurso bakhtiniano.....	68
 SEÇÃO IV: OS DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA NOS JORNAIS “A PROVÍNCIA DO PARÁ” E “FOLHA DO NORTE” (1900-1910).....	 74
4.1. Discursos sobre a infância em notícias dos Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”.....	75
4.1.1. Notícias de abandono de crianças	75
4.1.2. Notícias de acidentes domésticos com crianças.....	79
4.1.3. Notícias de acidentes com crianças no trabalho.....	84
4.2. Discursos sobre a infância em anúncios dos jornais “A Província do Pará” e “Folha do norte”.....	92
4.2.1. Anúncios de ofertas de trabalho para crianças.....	92
4.2.2. Anúncios de fuga de crianças.....	93
4.2.3. Anúncios de crianças desaparecidas ou perdidas.....	98
4.3. Discursos sobre a infância na Galeria Infantil no jornal “Folha do Norte”	101
4.3.1. Galeria Infantil e a imagem bela, formosa e inocente da criança.....	101
4.3.2. Galeria Infantil e a representação da criança como sujeito de um futuro promissor	103
4.4. Discursos sobre a infância em propagandas nos jornais “A Província do Pará” “Folha do Norte”.....	108
4.4.1. Propagandas de alimentos para crianças.....	108
4.4.2. Propagandas de fortificantes para crianças.....	113
4.4.3. Propagandas de medicamentos para o tratamento de doenças respiratórias.....	115
4.4.4. Propagandas de medicamentos para verminoses.....	119
4.4.5. Propagandas de colégios de educação para meninos e meninas.....	124

4.4.6. Propagandas de colégios para meninas.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
FONTES DOCUMENTAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICES.....	147

SEÇÃO I: Introdução

A infância ao longo de minha formação acadêmica sempre foi algo que me despertou interesse, principalmente, por meio das disciplinas realizadas nos cursos de Licenciatura Plena em Educação Física (2006-2009) e de Licenciatura em Letras - habilitação em Língua Portuguesa (2005-2009) que abordavam questões relativas ao ensino e aprendizagem, à aquisição da linguagem, ao desenvolvimento motor, à corporeidade, à ludicidade, entre outras. Tais conhecimentos possibilitaram-me compreender que a infância é um dos momentos mais significativos para a formação dos sujeitos e que, por isso, precisa ser um período repleto de ações de forma a potencializar as mais variadas dimensões humanas da criança.

A minha relação com o universo infantil, porém, deu-se de modo mais intenso ao iniciar minha carreira docente como professor de Educação Física em uma escola da rede particular de ensino, onde pude interagir de maneira mais próxima com a infância ao ministrar aulas para alunos do Maternal ao 5º ano do Ensino Fundamental. A interação com esse público permitiu perceber o quanto o papel do professor é relevante para as crianças tanto por ser a primeira função social que elas se relacionam, comumente tomada como exemplo nem que seja nas brincadeiras, quanto com relação às contribuições que os docentes podem fornecer para o desenvolvimento delas.

Apesar dessa relação com a temática da infância ser algo presente na minha história acadêmico-profissional, ela ainda não tinha sido tomada, muito menos pensada enquanto objeto de investigação. O contato mais direto entre infância e pesquisa somente foi ocorrer a partir de meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, PPGED/UFPA, no qual tive conhecimento das pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Constituição do Sujeito, Cultura e Educação – ECOS, sob a orientação da professora Dra. Laura Maria Araújo Alves, as quais se debruçam em investigar a ainda pouco conhecida história da infância na Amazônia.

Nas minhas primeiras orientações acadêmicas, já como mestrando em tal instituição e na categoria de orientando da professora Dra. Laura Maria Araújo Alves, percebi a importância e necessidade de desenvolver uma pesquisa de dissertação de mestrado que tivesse relação com a linha e com o grupo de pesquisa na qual estava vinculado, assim como a relevância de se produzir estudos que seguissem, de certa forma, as intenções de pesquisas do orientador, o que culmina no fortalecimento da linha de pesquisa, no desenvolvimento de estudos entre professor/aluno e, por consequência, na melhoria do próprio programa de Pós-graduação em si. Foi a partir desse momento inicial e dessa compreensão, que a história da infância começou de fato a fazer parte de minha trajetória.

Após esse contato e a partir da realização de leituras sobre essa temática foi quase inevitável, num primeiro momento, não se envolver com essa “missão” de descobrir como as crianças viviam e eram tratadas em um dado momento histórico e, assim, contribuir para uma área de investigação ainda carente de estudos. Entretanto, desenvolver uma pesquisa de natureza histórica me deixou com grande insegurança, pois era algo que ainda não tinha realizado, já que sempre tive o objetivo de produzir estudos pensando em contribuir com o ensino na atualidade, em face de todas as suas dificuldades e necessidades de melhorias.

Tal ideia, confesso, chegou a me fazer duvidar da real validade de se construir um estudo histórico, mas com o tempo comecei a adentrar nesse universo da história da infância e percebi o quanto é permeado de possibilidades para compreender como a sociedade vem concebendo a categoria infância e, também, evidenciei como esta, intimamente, está vinculada às esferas sociais, governamentais, educacionais, religiosas, etc, o que ajuda a entender, de certa maneira, a visão de mundo de uma dada sociedade. Além disso, reconheci o quanto é possível estabelecer relações com o hoje, ao perceber que questões culturais, educacionais, religiosas, sociais, ideológicas do passado ecoam, influenciam ou permanecem na nossa forma de conceber a infância em pleno século XXI.

Ao iniciar minha incursão ao longo da história da infância no Brasil, despertou-me singular interesse o contexto da infância na virada do século XIX para o XX, mais precisamente o da Primeira República, tendo em vista que é nesse período que a infância começa a ser vista sob novo enfoque – o da formação do ideal de cidadão, pois se intensifica a preocupação com o processo de escolarização das crianças, com iniciativas direcionadas para cuidados com a higiene infantil, assim como com as discussões e leis referentes à proteção e ao atendimento da infância. Questões estas que fazem com que alguns autores inclusive entendam ser nesse período que de fato se cria no Brasil um real sentimento de infância.¹

A partir dessas questões elegi os discursos sobre a infância veiculados pela imprensa paraense, a partir dos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, na primeira década do século XX como objeto de estudo a ser investigado. Com o objeto de pesquisa definido, realizou-se um estado da arte com intuito de mapear e descrever as produções acadêmicas já realizadas acerca da história da infância na Primeira República e assim compor um perfil desse tema no Brasil. Para tanto, realizou-se um levantamento das dissertações e teses no

¹ Sentimento de infância é uma expressão utilizada por Ariès (1981), a qual não significa o mesmo que afeição pelas crianças, mas diz respeito à consciência da particularidade do universo infantil, isto é, aquilo que vai estabelecer distinção entre a criança e o adulto e que faz com que esta seja considerada como um adulto em potencial e em processo de desenvolvimento.

Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, no período de 2001 a 2011. O rastreamento dos estudos foi orientado pelas expressões “História da infância na República” e “Discursos sobre a infância na República”. Após a realização desse procedimento, encontrou-se 27 (vinte e sete) produções – 16 (dezesseis) dissertações e 11 (onze) teses (APÊNDICES A e B), cujas apreciações destas possibilitaram perceber que:

- Existe uma carência de estudos direcionados para a Região Norte, no caso do Pará apenas um²;
- Há poucos trabalhos que se ocupam de discutir a infância de modo mais amplo, não se restringindo a apenas um aspecto (infância abandonada, trabalho infantil, infância e marginalização, etc.);
- Observou-se que quase todos os trabalhos se desenvolvem por meio de uma pesquisa documental e com diferentes fontes (revistas, jornais, relatórios, teses, pareceres, leis, anais, etc.), sendo apenas um que recorre à História Oral³;
- Embora alguns trabalhos mencionem tratar de discurso apenas um se utiliza de fato da Análise do Discurso, mais precisamente baseada em Foucault⁴;
- A análise dos dados, em sua maioria, recorre à História Cultural, sobretudo, à luz de Roger Chartier.

Estas breves e pontuais considerações permitiram encontrar alguns aspectos que tornam a presente pesquisa relevante perante o cenário de estudos já produzidos, tendo em vista que ao eleger como objeto de investigação os discursos sobre a infância veiculados nos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, tem-se a oportunidade de contribuir com algumas lacunas ainda existentes na história da infância, principalmente, no que tange à Região Norte. Além disso, ao utilizar a Análise do Discurso para analisar o *corpus*, este trabalho apresenta, de certo modo, um diferencial, que ajuda a justificar a sua realização.

A presente pesquisa embora não se ocupe de desenvolver um estudo comparativo, ao começar a tecer minhas primeiras reflexões sobre esse objeto foi quase inevitável não pensar sobre como a infância é hoje retratada nos meios de comunicação, quase sempre relacionada à

² DUARTE, Antônio Valdir Monteiro. “**Memória (in) visíveis: memórias de velhos sobre suas infâncias em Belém do Pará (1900-1950)**”. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará.

³ O estudo de Duarte (2008), acima mencionado.

⁴ RANGEL, Sonia de Oliveira Câmara. **Sob a Guarda da República: A Infância Menorizada no Rio de Janeiro da Década de 1920**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo.

situações negativas, pois a criança ou é vítima de abusos, agressões, desrespeitos, explorações de toda ordem; ou é agente que comete violência, como assaltos, agressões, tráfico de drogas, etc. Tal reflexão me deixou bastante intrigado e curioso, o que me motivou bastante a tentar descobrir como a imprensa jornalística abordava a infância, que no período de 1900 a 1910 estava sendo olhada por um novo prisma, até então não observado, que elevou a criança a ser recorrentemente referenciada como “a semente do futuro”, “o sujeito a ser investido”, “a esperança da nação”.

A escolha do jornal como fonte de investigação se deu a partir de minha experiência acadêmica com o trato de textos jornalísticos desenvolvido na graduação do curso de Letras, principalmente, quando realizei minha pesquisa de conclusão de curso intitulada “Gênero Reportagem impressa: contribuições para o ensino de língua materna e para a construção da cidadania”, a qual me possibilitou entender a imprensa como uma instância discursiva que contribui para a veiculação e formação de opinião, e que não é totalmente imparcial como comumente é discursado.

Já optar em descobrir, especificamente, os discursos sobre a infância se justifica por acreditar no poder do discurso de estabelecer estereótipos, de forjar identidades e de veicular ideologias. Deste modo, procurar investigar os discursos sobre a infância por meio da imprensa permite evidenciar qual o “valor” socialmente atribuído à criança no período pesquisado, já que “a própria noção de infância é produzida nos discursos e por eles (...)”, como ressaltam Filho e Sales (2002, p. 245). Portanto, pretende-se discutir, ao longo deste estudo, a infância a partir do olhar do adulto para com essa categoria social, mais precisamente, pesquisar como a imprensa reflete e refrata discursos sobre o sujeito criança.

Vale ressaltar que a preocupação em se estudar aspectos peculiares da infância na história da humanidade é tarefa recente, tendo em vista que a criança foi por muito tempo “coadjuvante” na família e na sociedade, pois como bem afirma Del Priore (2000, p.7), “a história da criança fez-se à sombra daquela dos adultos”, o que impossibilitou, em grande parte, a construção de uma história “oficial” consistente sobre as crianças enquanto sujeitos sociais situados culturalmente e historicamente.

Grande parte dessa “não visualização” da infância se deve ao fato desta, enquanto objeto de estudo, ser vista, historicamente, como um outro em relação aquele que a nomeia e a estuda, o que é expresso, segundo Lajolo (2011), no próprio sentido do termo infância, cuja origem está na língua latina : *infante* (*in* = prefixo que indica negação; *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa falar, denotando a ideia de ausência de fala).

Partindo desse princípio, a criança por muito tempo foi tida como um ser que não fala, logo, que não tem como produzir a partir do seu viés sua própria história. Sendo assim,

[...] por não falar, a infância não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre um ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora (LAJOLO, 2011, p. 230).

A história da infância foi por muito tempo contada a partir de obras de cunho pedagógico, o que possibilitou não conhecer propriamente o sujeito criança, mas sim compreender como os pensadores acreditavam que a criança deveria ser educada, isto é, priorizavam-se as propostas pedagógicas direcionadas para as crianças. Para Ferreira (2002, p. 168-169), neste tipo de obra

A criança não assumia a dignidade de objeto de estudo, apenas surgia como assunto sobre o qual se desenvolvia um discurso caucionado pela reputação intelectual do autor abordado. Assim, a infância percepicionada só era relevante enquanto trazia um ideal pedagógico a perseguir. Fundamentalmente, alinhou-se um tratamento histórico da infância a partir dos interesses da história do pensamento pedagógico e em função das grandes questões da pedagogia.

Historicamente, a ideia de infância, é importante salientar, não existiu sempre da mesma maneira. Para Kramer (2011), ela, ao contrário, surge com a sociedade capitalista, urbano industrial, no momento em que mudam a inserção e o papel da criança na comunidade. De acordo com esta autora, se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo “de adulto” assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passa ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura.

Segundo Stearns (2006), na modernidade, a infância vai englobar três questões essenciais e inter-relacionadas, que irão influenciar e promover um novo olhar para as crianças. A primeira envolve a passagem da infância, até então voltada ao trabalho, para a escolaridade; a segunda diz respeito à decisão de limitar, levando em consideração os altos custos, o tamanho das famílias a patamares mais baixos; e, por fim, a redução da taxa de mortalidade infantil.

Ao estudioso francês Phillip Ariès (1914-1984), através de sua célebre obra “História social da infância e da família”, é creditado o início do interesse em estudar o que vem a ser a ideia infância moderna. Tal estudo contribuiu para promover um novo olhar sobre a evolução

da noção de infância ao logo da história a partir de sua investigação em pinturas, diários de famílias, testamentos, igrejas e túmulos. Ele constatou que a ideia de família, infância, escola não existiram da mesma forma e com a mesma finalidade, mas sim são produtos do contexto histórico e social de dada época.

Até o final da Idade Média, a criança era vista como homens e mulheres de tamanho reduzido sem características específicas, ou seja, eram tidas como adultos em miniatura, assim não havia a consciência de que as crianças eram diferentes dos adultos. Nesse período, o modo de se vestir, as conversas, os jogos, as brincadeiras e até os trabalhos realizados pelas crianças eram praticamente os mesmos, não existia a separação entre o universo infantil e o adulto. Segundo Ariès, (1981, p. 20),

Essa infância muito curta fazia com que as crianças ao completarem cinco ou sete anos já ingressassem no mundo dos adultos sem absolutamente nenhuma transição (...). De criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais da sociedade evoluídas de hoje.

Para Ariès, até por volta do século XII, a produção artística medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la, de acordo com ele, é difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Nas poucas obras que as crianças eram retratadas pareciam muito mais como adultos em miniatura.

A criança começa de modo gradual a ser retratada, segundo as investigações de Ariès, a partir do século XIII quando aparece em algumas pinturas a imagem do *putto*, que eram crianças um pouco mais próximas do sentimento moderno. Apareciam nuas, na forma de anjos e eram utilizados como ornamento em desenhos de importantes pintores desse período, mas não eram modelos de um retrato que expressasse uma cena real de determinado momento da vida de uma criança.

O século XVII, segundo Ariès, vai ser de fundamental importância na evolução do tema da primeira infância nas artes, uma vez que foi neste período que os retratos de crianças sozinhas se tornaram mais numerosos e recorrentes. Os retratos de família passaram a se organizar ao redor da criança, que começou a ser tratada como centro de composição destes. Foi neste contexto também que “[...] a cena de gênero deu à criança um lugar privilegiado, com inúmeras cenas de infância de caráter convencional: a lição de leitura, em que sobrevive

sob uma forma leiga o tema da lição da Virgem da iconografia religiosa, ou grupos de meninos e meninas lendo, desenhado e brincando” (ARIÈS, 1981, p. 28).

Ariès (1981) diz ainda que, até o século XVII, entre as crianças que nasciam apenas uma pequena parcela chegava à vida adulta, por conta do alto índice de mortalidade infantil decorrente da falta de higiene e do pouco conhecimento que se tinha sobre as doenças. Dentro desse contexto, os adultos não davam às crianças a devida atenção, uma vez que se pensava que não se podia dispensar tempo e trabalho com indivíduos que possuíam grande possibilidade de chegar ao óbito.

Em contra partida, as crianças que conseguiam sobreviver aos seus primeiros anos de vida recebiam alguns cuidados, mas não necessariamente pelos pais e sim por criados, empregados, amas de leite, sem nenhum cuidado e preparação específica para o trato com indivíduos com características e necessidades tão peculiares como são as crianças. Nas palavras de Ariès (1981, p.10), neste contexto havia

[...] um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisa engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

Ariès (1981), ao longo de seu estudo, vai revelar que o descobrir da noção de criança, tal qual se conhece hoje, tem sua origem a partir da preocupação com o processo de escolarização no século XIX para o XX; contexto este no qual a família começou a se organizar e pensar na criança, possibilitando, assim, que esta saísse da sua longa condição de sujeito secundário. Para este autor, a criança ao começar a ser distinguida dos adultos é reflexo de uma nova concepção de sociedade, na qual a família vai assumir uma nova posição em face da sociedade que estava se industrializando.

O sentimento moderno de infância, postulado por Ariès, vai corresponder a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos ainda hoje: a primeira que considera a criança um ser ingênuo, inocente e gracioso e se traduz pela “paparicação” dos adultos; a segunda surge simultaneamente a primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como imperfeita e incompleta, a qual necessita de “moralização” e da educação fornecida pelos adultos.

A obra “A história social da infância e da família”, de Ariès, apesar das muitas críticas após sua divulgação, pode ser considerada como um marco no desenvolvimento de estudos

sobre a infância, uma vez que a partir de sua difusão na década de 60 do século XX, influencia muitos estudos sobre a história da infância para além das obras que se limitavam a tratar a vida da criança pela ótica dos teóricos da pedagogia, os quais tinham como foco central mostrar como as crianças deveriam ser educadas e não discutir aspectos da vida privada dessas no que tange ao contexto familiar e social. Foi após este estudo que se começou de fato a olhar de maneira mais consistente para a infância enquanto categoria social, tomando-a como objeto de investigação.

As pesquisas relativas à história da infância, por meio do que foi discutido acima, podem ser consideradas como uma área nova de investigação de certa maneira. No Brasil, particularmente, alguns estudos já foram produzidos, mas em determinadas regiões do país esse campo de pesquisa ainda é considerado bastante incipiente, tendo poucas produções acadêmicas sobre esse assunto, como foi evidenciado no estado da arte já citado. Dessa forma, muitas questões relacionadas à infância merecem maior aprofundamento, principalmente, na tentativa de compreender como era a relação das crianças com as famílias; a educação formal e não formal, os lugares que elas frequentavam; como viviam no espaço público; como eram tratadas dentro de casa; a entrada na escola; o trabalho infantil; a religiosidade, entre outras.

Na Amazônia, por exemplo, ainda são poucos os estudos que se debruçam em entender tais questões. A fim de contribuir para a compreensão da infância em nessa região, a presente pesquisa traz a seguinte indagação: quais os discursos veiculados sobre a infância paraense nos jornais “A Província do Pará” e a “Folha do Norte”, no período 1900-1910? A partir desse problema gerador, algumas questões foram adotadas para nortear este estudo, as quais são: como a imprensa jornalística paraense concebia a infância? Que discursos sobre a infância eram mais presentes nos jornais pesquisados? Como a relação entre a criança, a escola e a família era abordada pela imprensa? Como era o tratamento dado às crianças das diferentes classes sociais?

Para atingir esse fim, o objetivo geral proposto é analisar os discursos veiculados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte” sobre a infância paraense no período compreendido entre 1900-1910. Já enquanto objetivos específicos têm-se:

- a) Mapear os fatos mais recorrentes sobre os quais a criança se tornava assunto nos jornais paraenses do período de 1900-1910;
- b) Analisar à luz da teoria bakhtiniana aspectos discursivos dos anúncios, colunas, galeria, notícias e propagandas contidos nos jornais “A Província do Pará” e

“Folha do Norte”, a fim de evidenciar os discursos implícitos e explícitos relacionados à infância no período investigado;

- c) Perceber, por meio dos discursos dos jornais escolhidos, aspectos inerentes à infância no que tange ao lugar da criança em relação à escola, à família e à sociedade no contexto pesquisado;
- d) Evidenciar o tratamento dispensado à infância das diferentes classes sociais a partir dos discursos veiculados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, na primeira década do século XX.

Acredita-se que a concretização de tais objetivos permita gerar informações relevantes sobre como era concebida e tratada a infância na primeira década do século XX, pois abrangem pontos centrais que fazem parte da infância, os quais dizem respeito aos aspectos culturais, educativos e familiares que contribuem para a caracterização desta enquanto categoria social.

Este estudo, ao recorrer a jornais impressos como material central de investigação, caracteriza-se como uma pesquisa documental, a qual, segundo Gil (2008), é aquela que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, podendo ser relatórios, cartas, filmes, mapas, jornais, gráficos, fotografias, entre outros.

Para Bravo (1991), podem ser concebidos como documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões, formas de atuar e viver. Na pesquisa documental, portanto, é possível desenvolver estudos em vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto. Em consonância com essa concepção ampla do que seja uma fonte documental, Apolinário (2009) compreende que se pode denominar de documento qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir como material a ser consultado, explorado, analisado, isto é, que apresente consistência para ser utilizado para fins de estudo ou prova.

O uso de documentos em pesquisa, na compreensão de Cellard (2008), deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles se pode extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, porque possibilitam ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Nesse sentido,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

De acordo com Sá-Silva et al (2009), quando um pesquisador utiliza documentos com a finalidade de extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, criticando, analisando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; seguindo etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses. Em outras palavras, as ações dos investigadores que fazem uso de documentos estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos, cujas escolhas incidem diretamente sobre os resultados da pesquisa.

A utilização de documentos, como os jornais impressos, é de grande relevância para o resgate do contexto de determinada época. Eles são considerados uma fonte rica e estável, possibilitando inúmeras descobertas. Dessa forma, os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dado em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2008)

Tratando especificamente do jornal impresso, Ribeiro (2005) revela que até metade do século XX, os historiados possuíam posições distintas quanto ao uso do jornal como fonte histórica: uns aceitavam de forma acrítica; outros rejeitavam totalmente. Porém, os estudiosos de hoje concebem a imprensa escrita como o espaço no qual se materializam diversas práticas sociais, que podem fazer emergir muitas informações relevantes sobre o passado.

Segundo Lopes (2007), a valorização e legitimação da imprensa de um modo geral surge em decorrência do estabelecimento de novos desafios teóricos e metodológicos no campo da História, nos finais da década de 1980. A partir de então, começa-se a rever a utilidade da imprensa como fonte histórica, o que contribuiu para abandonar a concepção de reduzir os periódicos a simples elementos do cotidiano ou a meros relatos dos acontecimentos, o que possibilitou que ela fosse concebida

[...] como factor metodológico de maior interesse para uma maior aproximação do passado, que deve compreender desde a evolução do mundo das ideias ao grandes movimentos políticos e sociais, até a recuperação de realidade e concepções geralmente ignoradas pela história convencional numa espécie arqueologia da vida cotidiana que só é possível por intermédio da imprensa (GARCIA; ARAGONÉS, 1993, p. 528 apud LOPES. 2007, p. 740).

O jornal, enquanto um dos principais veículos de informação da imprensa escrita permite, portanto, que se alcance certa compreensão da maneira de agir e pensar de uma dada sociedade, haja vista toda a importância que ele assume na formação da opinião pública. Para Selbach (2010, p. 76),

O uso do jornal, como fonte historiográfica, possibilita revelar, em determinados momentos e nos fatos que publica, os confrontos de ideias e a própria relação de força existente no encruzamento do mundo social. Apesar de ter disposição multidimensional da escrita, num estilo linguístico que prima pela novidade, concisão e inelegibilidade e layout espacial onde as notícias são dispostas numa nítida falta de conexão, num “caos de informação” que impede ao leitor incorporar à sua própria experiência as informações noticiadas, através do jornal é possível resgatar pequenas pistas que revelam práticas cotidianas (...)

Os textos de natureza jornalística, conforme Navarro (2008), são concebidos como um dos lugares de refúgio da memória, na medida em que materializam sentidos inscritos em outro lugar, tempo e contexto social. Desta maneira, é possível encontrar discursos imbricados na linguagem de tais textos que revelam a (s) memória (s) de determinado contexto. Tal pensamento confirma a ideia de que os anúncios ou as notícias jornalísticas, por exemplo, podem ser consideradas uma relevante fonte de informações sobre a história de determinada sociedade.

De acordo com Farias (2009), é conveniente lembrar que os jornais, além de meios de comunicação capazes de informar eventos, promover transformações, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. Ou seja, os jornais formam opiniões, interferem no comportamento e na maneira de conceber o mundo dos indivíduos, visto que

A linguagem do poder, permeada de ideologias, também está presente nos jornais, uma vez que conceitos, normas e padrões dominantes apresentam-se no sentido de reforçar e tornar consensual o conjunto das leis instituídas. O jornal, ou melhor, os discursos neles veiculados, atendem a função de apresentar como dominantes os valores de grupos dominantes (FARIAS, 2009, p. 306).

E é justamente centrando nos aspectos linguísticos-discursivos dos textos contidos nos jornais (notícias, anúncios, propagandas, colunas sociais) que se torna possível investigar e compreender a infância, pois ao serem lidos, analisados e criticados, evidencia-se como os jornais se posicionam perante um fato envolvendo a criança e, conseqüentemente, como a infância é tratada no contexto pesquisado, a partir da linguagem de uma meio de comunicação que produz e reproduz ideologias, crenças e identidades, haja vista que constroem textos que

não são totalmente imparciais, pois, como afirma Charaudeau (2006), não há como analisar, descrever, narrar um fato sem levar em consideração o pensamento crítico, já que toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular, ou seja, todo o procedimento de análise implica tomadas de decisões.

As fontes de informação desta pesquisa são os jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, dois dos mais importantes periódicos que circulavam no estado do Pará, no período compreendido entre os anos de 1900-1910. Tais jornais foram selecionados por meio de uma pesquisa exploratória (primeira etapa do procedimento metodológico documental), no arquivo de jornais micro filmados, da Biblioteca Pública “Arthur Viana” – CENTUR, localizada na av. Gentil Bittencourt, nº 650, Nazaré, Belém – PA. Tal pesquisa teve o intuito de mapear em que periódicos circulavam no período estudado, identificar se a infância aparecia em tais impressos, observar o estado de conservação e se o número de exemplares era satisfatório para a construção deste estudo. Este procedimento possibilitou a delimitação temporal (1900-1910), levando-se em consideração três questões centrais:

- Primeiro, porque tal período abrange a Primeira República, período este que foi uma das grandes motivações para a escolha do tema desta pesquisa;
- Em segundo lugar, este recorte de uma década se explica a partir da realização da pesquisa exploratória já mencionada acima, na qual percebeu-se que é somente a partir dos anos de 1900 que a infância começa a aparecer de maneira mais recorrente na imprensa jornalística do Pará.
- E, por fim, pelo fato de que como os jornais selecionados circulavam diariamente e de não termos identificado nenhuma variável que pudesse ser usada enquanto critério de seleção destes ficou inviável pelo tempo que tínhamos para construir esta pesquisa de dissertação, exceder mais de uma década.

Além do mais, o contexto no qual esta pesquisa se insere é de suma relevância para o estado do Pará, já que em meados do século XIX e início do XX, a capital paraense, em decorrência da produção e exportação da borracha, contribui significativamente para a inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial. Nesta dinâmica, Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção gomífera, fazendo com que o cenário da cidade fosse impactado com grandes alterações. Casarões, palacetes, azulejos, monumentos, praças começam a figurar na paisagem urbana, assim como foram criadas e difundidas ações de uma política de saneamento, que visava o embelezamento, a remodelação de hábitos e costumes sociais, a fim de acabar com a imagem de cidade insalubre, desordenada e feia. Intencionava-se, portanto, mostrar a cidade de Belém como símbolo do progresso (SARGES, 2010).

O “A Província do Pará” e o “Folha do Norte” foram dois jornais que se constituíram, historicamente, como uma vitrine que trazia a tona disputas políticas e ideológicas, inclusive com ataques diretos entre eles que frequentemente eram noticiados, tornaram-se, assim, veículos de comunicação que serviram de modo claro para atender os interesses políticos de seus dirigentes: Antônio Lemos e Lauro Sodré, respectivamente. Por isso, optou-se pela escolha destas duas fontes, pois se apenas uma fosse privilegiada, a pesquisa poderia ter seus resultados prejudicados, expressando apenas a visão de mundo de um jornal em particular, em virtude do grande comprometimento e imparcialidade destes impressos.

O jornal “A Província do Pará”, conforme o Catálogo Jornais Paraoaras (1985), foi um jornal de circulação diária fundado por Joaquim José de Assis - redator político, Francisco de Souza Sequeira - Tipógrafo e Antônio José de Lemos – redator gerente, no ano de 1876; data intencionalmente escolhida, pois marca o 52º aniversário de juramento da Constituição Política do Império, já que se queria que o jornal ficasse ligado a uma data histórica. Inicialmente, foi órgão ligado ao Partido Liberal.

Em 10 de abril de 1897, após a morte dos demais sócios Antonio Lemos se associa ao grupo Chermont, passando a fazer a imprimir os jornais em equipamentos bastante modernos para a época. Em 1900 por brigas entre os sócios é interrompida a sua publicação, somente sendo reiniciada no ano seguinte, com Lemos indenizando os demais proprietários tornando-se, assim, seu único dono. Em 1907, Lemos muda as instalações do jornal para um prédio localizado na Praça da República, que é em 1912 incendiado por seus inimigos políticos.

O “A Província do Pará” somente vai reiniciar suas atividades, já com a direção de Pedro Chermont de Miranda e redação de João Batista Ferreira de Souza. Em 1926 novamente seus trabalhos são suspensos, mas dessa vez em decorrência de questões financeiras, voltando apenas em 1946 com estruturação mais comercial. No ano de 2001 deixa definitivamente de circular.

Já o Jornal “Folha do Norte” também era de circulação diária, tendo sido fundado em 1896, por Enéas Martin, Cipriano Santos, entre outros. Combatia incisivamente a política de Antônio Lemos, proprietário do “A Província do Pará”. Apresentava aproximação com o Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e por Paes de Carvalho.

Segundo Rocque (1968), com o raiar do século XX, as disputas entre os dois jornais ficaram ainda mais intensas, em decorrência do cenário paraense que dividia a vida política em *lemismo* (que apoiava o Intendente Antônio Lemos) e *laurismo* (que apoiava o ex-governador Lauro Sodré). O Pará era governado por Paes de Carvalho e a oposição feita a este pelo “Folha do Norte”, implicou retaliações severas:

[...] seus redatores eram espancados suas edições apreendidas pela polícia. Não havia garantia nenhuma tanto que Paulo Maranhão [chefe de revisão do jornal substituto de Enéas Pinheiro que renunciou ao cargo por fortes perseguições] vítima covarde agressão ficou durante todo o período de lutas, por anos a fio, vivendo com sua família nos altos do prédio do jornal, pois caso contrário seria silenciado pelos capangas do *lemismo*. (ROCQUE, 1968, p. 279).

Com o passar do tempo, Paulo Maranhão muda a linha política do jornal e o dirige até sua morte, em 1966, cabendo a seu filho Clóvis Maranhão assumir a direção. Em 1973, Rômulo Maiorana adquire o jornal, dando-lhe nova estrutura e feição jornalística, permitindo que o “Folha do Norte” circulasse por mais um ano, para em seguida, 1974, tirá-lo definitivamente de circulação do cenário paraense.

A análise das peças⁵ será fundamentada na perspectiva analítico-discursiva de Mikhail Bakhtin⁶ (1997; 2004), uma vez que a compreensão de discurso bakhtiniana permite perceber os discursos implícitos e explícitos materializados em textos orais e escritos, os quais segundo tal autor fazem parte da constituição dos sujeitos, pois estes são imbricados por aspectos culturais, sociais e ideológicos que permeio o contexto no qual se inserem. Além disso, as análises serão discutidas à luz de autores que discorrem acerca da História da infância como, por exemplo, Del Priore (2000), Marcilio (2010), Nascimento (2008) e Rizzini (2001).

Este texto de dissertação estrutura-se, além da introdução, em três seções: a primeira estabelece uma discussão acerca da compreensão de infância nos primeiros anos da República, destacando questões relevantes como o higienismo e a infância, o processo de escolarização da infância e a infância abandonada vista como responsabilidade do Estado, que passa a se voltar para a criação de uma legislação específica para esse seguimento social; a terceira apresenta os procedimentos metodológicos e o *corpus* da pesquisa, assim como discorre sobre a teoria bakhtiniana de discurso; e, por fim, na quarta seção tem-se a análise de análise de 39 peças jornalísticas: 9 (nove) notícias; 9 (nove) anúncios; 6 (seis) exemplares da Galeria Infantil; e 15 (quinze) propagandas, distribuídas em 14 (catorze) categorias analíticas.

⁵ No âmbito jornalístico e publicitário os textos produzidos e armazenados são comumente denominados de peças, por isso, recorreu-se a tal denominação para fazer referência aos exemplares extraídos dos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”.

⁶ Mikhail Mikhailovitch Bakhtin foi um grande pensador russo que nasceu no dia 16 de novembro de 1895 e faleceu em 1975, tendo a linguagem como o pilar de sustentação de seus escritos. Produziu importantes estudos que contribuíram para áreas como a Linguística, a Teoria Literária, Psicologia, Sociologia, entre outras.

SEÇÃO II:
*O Advento da República e o Novo Olhar Sobre a
Infância*



A história da infância é uma área de estudo que investiga a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos com essa classe de idade. Diferentemente, da denominação história da criança, a qual trata da relação das crianças entre si, entre os adultos, a cultura e a sociedade (FREITAS; KUHLMANN JR, 2002), logo estudar a infância historicamente possibilita entender o lugar ocupado pelos sujeitos pertencentes a essa categoria, bem como o olhar atribuído a eles em consonância com os aspectos, econômicos, políticos, educacionais, religiosos em determinado momento histórico.

No Brasil, a história da infância, “oficialmente”, tem como ponto de partida a chegada dos Jesuítas nos anos de 1500. Aos olhos dos missionários da Companhia de Jesus, as crianças indígenas que aqui já se encontravam passaram a ser concebidas como parte de um projeto para uma nova cristandade, por isso, necessitavam ser domesticadas e civilizadas a partir da educação e religião. Além disso, a formação pautada na cultura portuguesa contribuiria para substituir as futuras gerações de forma a perpetuar e legitimar a cultura portuguesa, pois “os meninos, ensinados na doutrina, em bons costumes, sabendo falar, ler e escrever em português terminariam ‘sucendendo a seus pais’” (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 60).

A catequese foi a principal arma utilizada pelos Jesuítas para formar os novos seguidores dos preceitos da Igreja Cristã Católica e impor, por meio de seus métodos de ensino, valores e crenças européias. Dessa forma, com bem afirmam Rizzini e Pilotti (2011, p. 17), “ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno.”

A fim de alcançar tais propósitos, a Companhia de Jesus desenvolveu um estruturado sistema de educação que procurava intervir no cotidiano da população indígena, descaracterizando o universo cultural no qual as crianças nativas já estavam imersas muito antes da chegada dos portugueses em terras brasileiras. Tal intervenção na vida dos índios moldava-os na tentativa de formar sujeitos domesticados e súditos à Coroa Portuguesa.

O tráfico de escravos para a Colônia vai inseriu um novo sujeito no cenário da infância: a criança negra. A infância escrava era de certo modo ignorada pela elite da época, uma vez que somente por volta dos doze anos de idade, caso conseguisse sobreviver aos perigos da alta taxa de mortalidade infantil, é que o escravo de fato se tornava útil para ser usado no mercado escravista. Dessa maneira, segundo Faleiros (2011), a criança escrava não era objeto de proteção da sociedade, seu destino estava traçado como propriedade individual dos senhores seus donos, ou seja, era tida como patrimônio.

Por razões óbvias, a infância escrava em muito se diferenciava do cotidiano de uma criança branca da elite, que tinha, por exemplo, a oportunidade de receber educação e todo um aparato familiar. Em certos momentos, porém, estas interagiam e brincavam, mas não raro, os escravos eram feitos de brinquedos dos brancos, “houve crianças escravas que sob as ordens dos meninos livres, puseram-se de quadro e se fizeram de bestas” (GOÉS; FLORENTINO, 1999, p. 186).

Já no século XVIII e XIX, no Brasil, a infância passa a ser vista como um grande problema para a Coroa Portuguesa, tendo em vista que era crescente o número de crianças abandonadas nas ruas, nas portas das residências e nas igrejas dos principais centros urbanos do período. “Órfãos”, “expostos”, “enjeitados”, “deserdados de sorte” ou “de fortuna”, “infância desditosa” ou “infeliz” (ARANTES, 2011, p. 176). Estas foram denominações recorrentes para designar as crianças pobres que eram largadas a própria sorte. Foi com o intuito de amenizar essa problemática que foi adotada em algumas regiões brasileiras, a Roda dos Expostos.

O sistema da Roda dos Expostos servia como um meio de garantir o anonimato e assim estimular a entrega da criança, evitando, como isso, que as crianças fossem deixadas em qualquer lugar, correndo risco de morte. As crianças recolhidas, na maioria dos casos, eram adotadas por famílias. Além disso, os desvalidos também eram deixados em asilos ou instituições ligadas à Igreja, como os colégios, que, por sua vez, eram responsáveis por fornecer, geralmente, educação profissional para os meninos e prendas domésticas para as meninas, com um intuito de garantir-lhes um futuro digno.

Nos finais do século XIX e início do XX, a criança começou a ser concebida como um sujeito em potencial, no qual seria importante investir para ser um cidadão que no futuro pudesse contribuir para o progresso e desenvolvimento do país recém alçado à categoria de República. É justamente buscar compreender essa nova visão direcionada à infância que esta seção se debruça.

Para esse fim, serão abordadas relevantes questões que fizeram parte dos discursos sobre a infância nesse período, como a difusão e debates das ideias higienistas para com a infância; o processo de escolarização da criança republicana, discursado como de fundamental importância para o país, e suas implicações; e, por fim, a questão da infância abandonada vista como problema a ser resolvido pelos governantes que idealizavam uma sociedade bem ordenada.

2.1. A infância como alvo de medidas e ações higienistas

Se a República trouxe mudanças, estas claramente se materializaram nas reformas urbanas e na intervenção médica e sanitária, as quais nascem no contexto brasileiro em uma conjuntura de tentativa de afirmação da economia nacional frente ao mercado internacional. As ações desenvolvidas pelos governantes se processaram de forma autoritária, já que procuravam intervir na vida da população a fim de adequá-la e discipliná-la ao novo ideal de sociedade que se queria construir a partir da ótica dos republicanos.

Para Luz (1982), no cenário da Primeira República, a preocupação com a saúde mostrava-se como uma questão de grande relevância, em decorrência, entre outras coisas, da dependência externa da economia brasileira, uma vez que esta poderia ficar prejudicada caso os problemas de saúde saíssem dos portos juntamente com os produtos exportados e/ou entrassem junto com os imigrantes. Dessa forma, a busca pela salubridade das zonas portuárias e das áreas urbanas ganhou bastante destaque.

Os governantes, nessa empreitada, buscavam organizar, higienizar e disciplinar os membros das camadas menos favorecidas com o intuito de “limpar” as cidades. Para tanto, o Estado lança mão de várias iniciativas de reforma urbana, a exemplo da famosa campanha do “bota a baixo”, a qual foi promovida pelo prefeito Pereira Passos, objetivando ampliar as avenidas, modernizar os portos, a abertura de avenidas e praças, erradicar as moradias coletivas (os famosos cortiços), melhorar a circulação do tráfego, entre outros.

As campanhas de vacinação também se tornaram recorrentes nesse período, quase sempre realizadas de maneira autoritária e impositiva, muitos componentes da população eram vacinados sem ao menos saberem para que. As brigadas sanitárias entravam nas casas e vacinavam as pessoas à força, ocasionando grande repulsa e indignação. Essa atitude desencadeou um dos movimentos populares mais conhecidos da Primeira República, que foi a Revolta da Vacina⁷.

Predominava na mentalidade dos governantes a ideia de cidade bela, logo, qualquer coisa que pudesse tornar feio o espaço urbano era alvo de intervenção, pois inspirados em um modelo de cidade europeizada, não se aceitava que mendigos, pedintes, ambulantes,

⁷ Motim popular, que eclodiu, no Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1904, em decorrência do desconhecimento e temor dos efeitos que a injeção de líquidos desconhecidos poderia causar no corpo das pessoas, pois as campanhas de vacinação não foram antecedidas de esclarecimentos sobre seus reais motivos, mas sim impostas. Setores de oposição ao governo se posicionaram contra tais medidas autoritárias. A indignação da população desencadeou o tombamento de bondes, incêndios, lojas saqueadas, postes de iluminação destruídos e apedrejados.

habitações caindo aos pedaços fizessem parte do cenário das cidades. Nessa conjuntura, o Rio de Janeiro foi um dos locais mais impactados com as políticas de natureza higienistas e sanitaristas, tendo em vista que ao ser a capital do país esta deveria servir de símbolo e exemplo, expressando todo o ideário de um Brasil que precisava se mostrar ao mundo de maneira moderna, evoluída, organizada. Por isso, todo o investimento na capital da república, já que ela seria a “vitrine” da Nação.

Toda essa gama de pensamentos que permeou a sociedade republicana nos anos que seguiram promulgação da República vai incidir de maneira direta na infância, uma vez que ela será concebida como o “embrião”, um ser em formação que pode ser moldado para se tornar um sujeito bom para os propósitos desse novo regime político, mas também poderia tender para o mal. Por isso, precisava se investir nas crianças – “as sementes do futuro”, logo, estas necessitavam ser higienizadas.

No Brasil, a preocupação com os cuidados da infância, especificamente, já vem desde o século XIX, quando médicos e bacharéis em direito, profissionais estes que faziam parte da elite pensante da época, motivados por um sentimento de civilizar o país irão produzir um conjunto de discursos de cunho reformista com o intuito de formar uma sociedade forte capaz de contribuir para o desenvolvimento da Nação.

As iniciativas voltadas à criança por parte dos primeiros higienistas se dirigiram contra a alarmante mortalidade infantil, a qual era atribuída, principalmente, a duas causas: a primeira diz respeito à grande recorrência de nascimentos ilegítimos, proveniente de relacionamentos entre escravos ou destes com os senhores; a outra faz referência à falta de educação, física e moral das mães, que eram tidas como negligentes, permitindo, entre outras coisas, o aleitamento mercenário de escravas de aluguel (KRAMER, 2011). Pode-se perceber que estas duas causas enunciadas no discurso higienista atribuíam o alto índice de morte das crianças nesse período aos descasos das famílias e aos negros e escravos, tidos como sujeitos contaminados que disseminavam doenças.

A criação e educação da infância, nesse contexto, passaram a ser compreendidas como uma questão que não se limitava apenas a família, mas sim se estendia para as mãos das autoridades, que começaram a criar normas e direcionamentos para a educação das crianças, pois ao se preocuparem com a formação destas, conseqüentemente, se estaria investindo no progresso e desenvolvimento do Brasil, que para tal seria de significativa importância ter uma sociedade constituída de indivíduos fortes. Nessa perspectiva,

Os higienistas estavam identificados com o movimento filantrópico que tratava de um embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século. A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos considerados, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção dos desvios e recuperação dos degenerados estranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social. (RIZZINI, 2009, p. 22).

As práticas higienistas, inclusive, passaram a ser vistas como forma de aperfeiçoamento da raça, de modificar e extinguir determinados comportamentos do povo brasileiro que para muitos estavam intimamente relacionados ao atraso do país. O pensamento político e intelectual brasileiro do período apresentava grande preocupação com a eugenia, já que como havia um significativo número de escravos negros se temia que houvesse a “mistura” da raça negra com a branca, o que traria a “desqualificação” desta. Logo, as ações dos higienistas se debruçavam em manter a “pureza” e a “qualidade” da raça branca.

A grande mortalidade infantil e a emergência de se promover a conscientização de que as crianças necessitavam receber cuidados especiais foram dois pontos centrais a serem abordados pelos higienistas, tendo em vista que a problemática da elevada mortalidade das crianças era algo inaceitável para as elites urbanas reformistas, uma vez que estava em desacordo com os anseios republicanos de ordem e progresso.

Uma das práticas que foi bastante criticada e combatida diz respeito à utilização das escravas que exerciam a função de amas de leite. Sobre essa questão, Veríssimo (1985, p. 84) comenta:

Os nossos filhos eram entregues aos cuidados das escravas, cujo leite quase sempre eivado de vícios que mais tarde lhes comprometeriam a saúde principalmente os alimentava. Eram as mucamas, escravas ou ex-escravas e isto basta para indicar o seu valor como educadoras que de fato dirigiam a sua primeira educação física, pois eram elas quem superentendiam na alimentação, nos passeios, no vestuário e nos demais atos da vida infantil. Não era raro ver meninos de oito e mais anos dormindo na mesma rede que a mucama do seu serviço, que em geral extremante amorosa e aperfeiçoada a eles, não sabia recusar-lhes nada, nem ainda aquilo que evidentemente lhes podia comprometer a saúde. O que tinham de enervantes semelhantes costumes, que, sem mentir, se não podem dizer findos não escapará ninguém.

Compreende-se que ao se estabelecer, no período republicano, uma concepção higienista e saneadora da sociedade, teve-se a intenção de agir sobre os focos da doença e da desordem, buscando uma ação moralizante nas camadas mais pobres da sociedade, já que a degradação das “classes inferiores” é concebida enquanto problema de ordem moral e social. Neste sentido, a criança passou a ser vista como o “[...] fulcro desse empreendimento, pois constituirá um dos principais instrumentos de intervenção do estado na família, atingindo os transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível” (RIZZINI, 2011, p. 25).

O tratamento dispensado à infância pobre no Brasil do século XIX e início do século XX pelas autoridades, para Gondra (2002), busca formular, a partir dos conhecimentos da medicina, um programa de atendimento às crianças desamparadas. Idealizava-se a criação de um lugar para internação destas, uma espécie de hospício no qual a criança pobre seria resguardada, protegida e educada, levando-se em consideração princípios filantrópicos e higiênicos, em que a “[...] ação do Estado, dos homens da ciência e da fé cristã se consorciavam, objetivando dirigir o ‘destino dos infelizes’” (GONDRA, 2002, p. 307).

Segundo Rizzini (2011), nesse contexto, a medicina higienista com suas ramificações de cunho psicológico e pedagógico atuará no âmbito doméstico, exercendo a eficaz tarefa de educar as famílias para que estas passassem a vigiar seus filhos. E no caso das crianças que não pudessem ser criadas por famílias consideradas incapazes de educá-las ficariam sob a tutela do Estado. Sendo assim, a criança tida como representante do futuro da Nação, seria retirada de seu meio considerado enfermiço se tornando um sujeito produtivo para a sociedade.

Muitas iniciativas por partes dos higienistas para atender a infância foram realizadas, uma das mais relevantes foi a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância - IPAI, no Rio de Janeiro, pelo Dr. Moncovo Filho em 1899, mas efetivada no ano de 1901. Este foi um médico bastante respeitado a época e com grande influência em seu meio. Tal instituição, por ele criada, foi sendo lentamente reconhecida e passou receber subsídios do governo a partir de 1904 por meio do Decreto nº 1.154. O IPAI era um projeto médico, assistencial e filantrópico, que se destinava a amparar e proteger a infância necessitada, a fim de fornecer proteção as crianças pobres por meio de modernos recursos da terapêutica e da higiene.

O modelo de proteção e cuidado da infância fundamentado nos princípios higienistas, que predominou no século XIX e nas primeiras décadas do XX, para Veiga e Gouvêa

(2000), tinha por base a concepção de educação das famílias em prol de se garantir a boa saúde de seus filhos. Deste modo,

a criança, no discurso higienista, era alvo de práticas e cuidados e proteção, em que a puericultura consistia o lócus de produção e circulação de saberes e práticas de promoção da saúde infantil. Nesta perspectiva, tratava-se de incutir no corpo social, e preponderante nas famílias de baixa renda. Se o corpo é espaço onde tais práticas são inscritas, visa-se a formação de um indivíduo moral e fisicamente identificado como um modelo civilizado, caracterizado pela limpeza e asseio (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 152-153).

Por puericultura entende-se a parte das ciências médicas que visa à manutenção da saúde física e emocional das crianças, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento (FREITAS, 2004). A sua disseminação se deu no sentido de evitar a mortalidade infantil, assim como de contribuir para formar cidadãos fortes. Para tanto, ela estabelece relação com diferentes áreas, como a nutrição, a pedagogia e a higiene.

Os princípios da puericultura objetivavam modificar as práticas das mães no trato com as crianças e assim estabelecer normas para a vida em sociedade, bem como disciplinar os corpos. O papel das mães deveria ser apenas o de seguir a risca os conhecimentos médicos e ignorar qualquer prática que não tivesse uma fundamentação científica; sendo assim, a criação de uma criança assumia a proporção de ciência.

Os puericultores, de acordo com Martins (2004), criaram um tripé de medidas protetoras articuladas, centradas no Estado, nos médicos especialistas e nas mães. O Estado seria o responsável pela formulação de uma legislação protetora da criança, da mulher e da família, como também pela implementação de políticas públicas; já os especialistas se encarregavam da produção do conhecimento sobre a infância e pela orientação das políticas de saúde; e, por fim, as mães, as quais eram consideradas as responsáveis diretas pelo bem e pelo mal das crianças, ou seja, caso o filho morresse ela seria a culpada, já que teria tido todo o amparo, mas não soube dar os cuidados necessários à criança.

Segundo Arantes (2011), os médicos higienistas segmentavam a puericultura em basicamente três fases: pré-fecundação, inter-ulterina e a extra-uterina. Todas elas compreendiam o que muitos puericultores denominavam de a “arte de cultivar crianças”, pois a ideia de cultivo permeava o tratar e cuidar de uma criança desde a “semente até seu crescimento”, assemelha-se ao sentido de uma planta. Alguns puericultores, inclusive, postulavam a predominância do fator genético para a saúde da prole e advogavam o casamento eugênico e cientificamente planejado. De acordo com estes higienistas,

Na escolha do cônjuge deveriam prevalecer os critérios eugênicos, devendo-se evitar os casamentos precoces, tardios e os desproporcionados em idade; os casamentos consanguíneos e entre portadores de taras degenerativas ou doenças contagiosas; deveriam as famílias cuidarem em não casar suas filhas com “avariados” ou seja, “debochados”, “alcoólatras”, “tuberculosos” e “sífilíticos” (ARANTES, 2011, p. 187).

Nesse quadro de valorização e disseminação dos cuidados com a saúde das crianças era comum em muitos lugares no Brasil a realização de eventos que objetivavam escolher a criança mais bela e robusta, como pode ser ilustrado na imagem 1. Tais iniciativas intencionavam exaltar o tipo ideal de raça, o qual deveria ser admirado e tomado como modelo pelos demais. Segundo Veiga e Gouvêa (2000, p. 150), esse tipo de evento tinha o intuito de promover a

[...] divulgação do ideário eugenista, fortemente presente no pensamento cientificista característico do período. A promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia, pois ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial. (...) Por outro lado, tal evento tem como cenário a cidade, não a cidade provinciana, mas a metrópole moderna, a exigir e exibir novos sujeitos e corpos, identificados com um código de beleza e vigor, a serem contemplados e festejados em eventos públicos de grande participação popular, num ritual de conagração da raça.

Na imagem abaixo, encontra-se uma fotografia referente ao Concurso de Robustez infantil do ano de 1928, no Rio de Janeiro. Nela nota-se a presença de duas crianças pequenas representando o ideal de sujeito à época: forte e robusto.

IMAGEM 1: Ganhadores do Concurso de Robustez de 1928⁸



Fonte: Archivos de Protecção a Infância

⁸ Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/html/v10n2a19.html>

Os discursos higienistas e eugênicos estarão presentes não somente no seio familiar, refletidos nos cuidados que as mães deveriam ter para com seus filhos, mas também se materializarão no âmbito escolar que passou ser visualizado como um local em potencial para a intervenção de médicos e higienistas, que buscavam difundir suas propostas e métodos para a melhoria da sociedade.

2.2. A educação da infância e o projeto de construção do cidadão republicano

A educação com o advento da República passa a ser tida como um dos principais meios para a aceitação e consolidação desse novo regime político no cenário brasileiro. A questão da educação assumiu diferentes dimensões, cada qual relacionada à determinada proposta e intenção. Ela, por exemplo, vai estar atrelada aos discursos higienista, eugenista, moralizador, nacionalista e cívico, tendo a infância como um dos principais seguimentos sociais a ser alvo de intervenção e investimentos.

A educação da infância, no contexto republicano, tratada como uma responsabilidade, principalmente, do Estado torna-se pauta recorrente nos discursos e propostas dos governantes brasileiros de forma mais incisiva. A criança passa a ser concebida como a esperança e o futuro da Nação, por isso, necessitava ser educada para se formar um cidadão que pudesse seguir os princípios da República e, assim, contribuir com o desenvolvimento e progresso do país. Segundo Monarcha (1997, p. 1999), nesse período,

[...] o discurso republicano, pleno de messianismo político, promove uma súbita valorização da criança, representando-a como herdeira da República, alegorizada esta na figura da mulher amorosa e abnegada. Para esse ponto de vista, cabe ao Estado exercer o papel de preceptor dos novos, subtraindo-os do âmbito do privado, familiar e afetivo e conduzindo-os para o âmbito do público. Em outras palavras, esse discurso convida os novos a herdarem o novo regime e a protagonizarem, no transcorrer de suas vidas, uma história fabular, cujo enredo deve ser a liberdade e o progresso.

As instituições escolares republicanas assumem a função da formação do caráter e do desenvolvimento das virtudes morais, de sentimentos patrióticos, de higiene e de disciplina na criança. O caráter moralizante e cívico, por exemplo, eram estimulados e veiculados por meio da presença de símbolos patrióticos no cotidiano escolar, das comemorações festivas por conta de datas cívicas, nas cantigas escolares, nos conteúdos presentes nos manuais didáticos, entre outros. Todo esse movimento civilizador “se dirigia a um público interno à escola, constituído basicamente por alunos e famílias, estendendo-se ainda para fora dos muros

escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo (SCHUELER; MAGALDI, 2008, p. 45).

A educação, desse modo, configurava-se como um forte aliado no empreendimento de se forjar um ideal de cidadão republicano com o objetivo de que ele contribuísse e atendesse as expectativas do regime político recém instaurado. O imaginário que permeava a educação fazia crer que esta era um fator imprescindível na vida política e social do Brasil. Para Souza (1998, p. 26), nos discursos que circulavam no período, recorrentemente

[...] foi ressaltado o poder da educação como fator de promoção e igualdade social e a fixação dos contornos nítidos quanto à função e as possibilidades sociais de um homem educado, possuidor da razão, e o homem analfabeto considerado um ignorante. Portanto, tudo o que possibilitou ao povo perceber a educação como um valor em si mesma e sintetizar a máxima pela qual *um homem sem estudo não é nada*.

Nesse sentido, a educação popular, de acordo como Souza (2000), era ressaltada no Brasil republicano como um fator de regeneração da Nação e um elemento importante para a reforma social, isto é, ela era concebida como um instrumento para se alcançar o progresso e a civilização do país e, assim, contribuir para a consolidação do novo regime político, bem como de manutenção da ordem social. Educar o povo, portanto, compreendia um projeto político-social e uma bandeira de luta para liberais e republicanos, tendo em vista que

[...] a educação do povo atendia a uma das condições para a participação política, uma vez que a República manteve a interdição ao voto do analfabeto, excluindo, assim, grande parte da população brasileira da cidadania política. Mais que um direito do cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo. Diante da soberania popular, para o Estado, a educação configurava-se como um interesse em decorrência do qual sobressaía o rigoroso dever em promovê-la (SOUZA, 2000, p. 106).

Essa visão, nos primeiros anos da República fez fortalecer a crença, muitas vezes exagerada e ilusória, nas possibilidades da educação, já que não se tinha uma real compreensão e preocupação com as transformações sociais. Essa “esperança” extremada na educação é caracterizada pelo o que Nagle (1976) denominou de “entusiasmo pela educação”.

O início do processo de escolarização no Brasil, de forma mais intensa e extensiva, inicia-se quando no Estado de São Paulo é criado o primeiro grupo escolar, pela reforma educacional promovida por Caetano de Campos, em 1893. A organização de tal modelo de instituição se pautava na padronização e tinha como um dos objetivos principais atender um

considerável número de crianças. A Escola-Modelo paulista assumiu uma significativa importância no contexto educacional brasileiro, pois servia de exemplo a ser seguido nas demais regiões do país. Nas palavras de Shueler e Magaldi (2008, p. 43),

[...] a escola primária experimental paulista afirmava-se, assim, como parâmetro para as escolas públicas republicanas, referido, num sentido amplo, à organização do universo escolar. O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros.

A criação dos chamados grupos escolares se deu nesse período. Estes estabelecimentos de ensino, segundo Marcilio (2010), foram importantes que implicaram uma concepção diferente ao ensino primário, contribuindo para, de certa forma, modernizar o sistema escolar brasileiro. Eram instalados em prédios construídos especificamente para o seu funcionamento, propunham um curso seriado, exames, prêmios, boletins de frequência, mobiliário e materiais didáticos especiais. Ou seja, a escola começou a ter parâmetros e características até então pouco observadas no ensino das crianças.

IMAGEM 2: Alunos estudando na Escola-Modelo Caetano de Campos, em 1901⁹



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

⁹ http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_23/sampa.html

As transformações no ensino estabelecidas por São Paulo, logo após a Proclamação da República, mais precisamente ao longo da década de 1890, contribuíram para a criação de um modelo articulado de ensino, cujos resultados foram a criação de grupos escolares, as escolas normais, os jardins de infância públicos, os primeiros ginásios, entre outros. Toda essa conjuntura, para Marcilio (2010), sinaliza que a criança brasileira estava se transformando em escolar; estava brotando o sistema escolar elementar brasileiro.

A escola compreendida como um local capaz de contribuir para a regeneração do povo brasileiro é um dos pontos significativos da educação republicana. Neste entendimento, acreditava-se que via educação era possível incutir nos indivíduos princípios de higiene e moral nas mais variadas disciplinas escolares. Desta forma, cabia aos professores transmitir às crianças noções de higiene corporal, com a intenção de que estas pudessem cuidar da sua saúde, pois, como bem salienta Vago (1999, p. 2), era papel de toda a escola formar “[...] aqueles que seriam os cidadãos republicanos - civilizados, de maneiras amaciadas, disciplinados, sadios e trabalhadores ordeiros -, que assim poderiam contribuir para o desejado progresso social”

As instituições escolares tornaram-se um espaço para a detecção, prevenção e correção de possíveis anomalias infantis e juvenis. Patto (2004), citando um acontecimento marcante desse período envolvendo Moncovo Filho, menciona que este em determinada ocasião almejava ir ao encontro das crianças nas escolas e nos locais de trabalho a fim de conhecer a real condição de vida das crianças brasileiras e, assim, combater as epidemias e endemias que assolavam a infância a época, mas não teve seu desejo aceito entre as autoridades municipais, então se dirigiu à Casa da Moeda e à Empresa Nacional, onde foi possível examinar os aprendizes que ali trabalhavam. Esse fato foi motivador para que ele desenvolvesse uma

[...] obstinada campanha pela oficialização da "higiene das coletividades infantis" e pela assistência médica a escolares e menores trabalhadores, perseguindo, assim, um dos objetivos do Instituto de Proteção e Assistência à Infância que, nos estatutos de 1899, já incluía a "inspeção médica das escolas que funcionam na Capital da República". Queria ultrapassar o que chamou de "período teórico" do movimento de *higiene escolar* do fim do Império e instava os poderes públicos a tomarem para si a missão de vigilância sanitária de prédios escolares, professores, funcionários e alunos. Fez a crítica das teses sobre higiene escolar defendidas a partir de 1900 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - que não passavam de "compilação do que se fazia no velho mundo, sem referência à nossa situação escolar" - e queria os médicos não como "homens de ciência", alheios à situação da saúde pública nacional, mas como "homens de trabalho e de ciência", voltados para obras "científico-sociais"(PATTO, 2004, p. 209).

A escola primária como lugar de reunião de um grande contingente de pessoas, era concebida como alvo central das políticas sanitárias, no âmbito das quais a vigilância em relação à instituição escolar e aos escolares representou a possibilidade de prevenir e/ou amenizar surtos epidêmicos, ao mesmo tempo, de controlar as condutas das crianças e suas famílias, procurando substituir os seus modos de viver e de se comportar por hábitos higiênicos, considerados como possibilidades de prevenção das doenças e indício de civilização. Nesse empreendimento,

[...] a criação da inspeção médica escolar passou a ser vista como corolário do processo de difusão da escola de massas como se pode depreender dos discursos de médicos e higienistas que desde meados do século XIX, se articulam na formulação de um amplo projeto de higienização social, que incidiu sobre os mais diversos espaços, dentre os quais a instituição escolar (ROCHA, 2007, p. 241-242).

Nesse contexto, a Educação Física, vai ser legitimada por muitos higienista como prática capaz de modificar os hábitos de saúde e higiene da população. A partir da educação física esperava-se educar o corpo com o intuito de constituir uma sociedade com o físico saudável e equilibrado organicamente, sendo assim, esta estaria menos suscetível às doenças. Segundo Ghiraldelli Jr. (2002, p. 17), na perspectiva dos higienistas,

[...] cabe à Educação Física um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação. Mais do que isso, a Educação Física Higienista não se responsabiliza somente pela saúde individual das pessoas. Em verdade, ela age como protagonista num projeto de “assepsia social”. Desta forma, para tal concepção, a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. devem, antes de qualquer coisa, disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que “comprometeria a vida coletiva”.

A Educação Física, para Veríssimo (1985), um dos mais expoentes pensadores da educação republicana, não deveria se restringir apenas a exercícios ginásticos e acrobáticos, o que para ele é uma limitação, visto que nela devia-se fazer presente aspectos voltados para a questão da higiene, que é de fundamental importância para a aquisição e manutenção da boa saúde e, por consequência, para formação de sujeitos fortes. Para ele se fazia necessário a época que se cuidasse

[...] da higiene particular e individual, apenas entre nós conhecida, mas de nenhuma forma praticada. Introduzamos nas nossas escolas, nos nossos colégios e outros estabelecimentos de instrução primária e secundária, a ginástica, principalmente aquela que dispensa aparelhos, os exercícios

calistênicos, as corridas, as marchas, os saltos e os jogos estrangeiros, pois não temos próprios, que melhor se adaptem ao nosso clima, ao nosso meio. Que em cada cidade preparem pequenos ou grandes prados, em parte arborizados, em partes gramados, onde os alunos dos estabelecimento de ensinos públicos e particulares vão conduzidos pelos mestres, em dias determinados, entregar-se a exercícios de corpo e aos salutaros prazeres dos jogos atléticos. (Idem, p. 88).

O período republicano além de ser o contexto de difusão da escola primária, também marcará o surgimento das primeiras instituições escolares destinadas especificamente para a infância - as creches e os jardins de infância. O processo de implantação da industrialização no Brasil, a inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como a chegada dos imigrantes europeus no país, segundo Paschoal e Machado (2009), são fatores que contribuíram para a criação de instituições de cuidado e educação para os filhos dos operários, que ganharam esse direito a partir da reivindicação do movimento operário que começa a se organizar, reivindicando melhores condições de trabalho.

No Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, bem como as viúvas desamparadas. Além disso, outro fator que contribuiu para o surgimento de tais instituições foram as iniciativas de “acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira”(PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 82).

Convém salientar que nesse período havia certa distinção entre as instituições as privadas e as públicas. Estas possuíam como objetivo central se ocupar da alimentação, cuidados para manter a integridade física e com a higiene das crianças; já aquelas tinham o intuito primeiro de, pedagogicamente, desenvolver e educar a criança a fim de prepará-la para o ingresso no ensino regular.

A primeira creche foi construída no ano de 1908 com a finalidade de cuidar das crianças enquanto os pais operários estavam no trabalho, pois estes, na maioria das vezes, não tinham condições financeiras de pagar babás ou instituições privadas para cuidar dos seus filhos enquanto cumpriam sua jornada de trabalho. Desta forma,

[...] para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001, p. 13).

Em 1909 foi inaugurado o jardim de infância Campos Sales, no Rio de Janeiro considerado a primeira iniciativa concreta, uma vez que o primeiro jardim de infância foi, na realidade, criado em 1875 tendo sido fechado logo em seguida por falta de apoio. Pesquisando os jardins de infância públicos nos primeiros anos do século XX, na realidade paranaense, Souza (2010) ressalta que os objetivos deste tipo de instituição para a infância nos anos de 1910 orientavam para a finalidade de desenvolver os sentidos, aproveitar as aptidões, modificar a índole, formar o caráter, despertar e auxiliar o desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais. As investigações realizadas pela referida autora conduziram para a conclusão de que

No plano político e simbólico, os discursos (oficiais e da imprensa) em torno da constituição de jardins de infância no estado expressam parte do repertório que circulava à época – esses estabelecimentos, junto aos grupos escolares no ensino primário, compunham a pauta republicana que designava à instrução o posto de reparadora dos males sociais causados pelo analfabetismo e a função de instrumento de formação moral e cívica (SOUZA, 2010, p. 135).

Convém destacar que várias foram as tendências que acompanharam a criação de creches e jardins de infância no final do século XIX e início do século XX, cada qual apresentando seus próprios discursos e justificativas para a sua criação e implementação. As principais tendências que se fizeram presentes foram a médico higienista, a religiosa (ambas apresentavam a finalidade de combater o alto índice de mortalidade infantil, tanto no seio familiar quanto nas instituições de atendimento infantil) e a jurídico policial (que defendia a infância moralmente abandonada e que vagava pelas vias públicas) (KUHLMANN JR, 1998).

A respeito dessa última tendência apontada acima, nota-se que ela vai permear e fundamentar a intenção de juristas, além da criação de instituições para as crianças pequenas, também de criar instituições de prevenção e de correção da delinquência infantil e juvenil. Evaristo Moraes (1927 apud PATTO, 2004), por exemplo, entendia que com a internação nesse tipo de local não se tratava de fazer executar pena ou castigo, mas, sim, de lhes dar educação, com o fim de colocá-los em circunstâncias de ganharem honrada e honestamente a vida e de serem úteis a sociedade, em vez de constantemente a prejudicarem.

Foram muitos políticos e juristas da época que questionavam o possível papel preventivo da instrução primária obrigatória para o combate à criminalidade. Eles defendiam a criação de instituições de ensino profissional para a infância e a juventude pobre, propondo assim a construção de casas de reforma, casas de abrigo, sociedades filantrópicas, asilos para

cuidar criminosos e viciados, entre outras. Moraes (1927, p. 43 apud PATTO 2004, p. 210), uma das personalidades da época que pensava dessa forma, dizia que

[...] da instrução primária obrigatória, até certa época, que era, por excelência, capaz de, iluminando os espíritos, evitar a corrupção prematura dos caracteres. E muito se repetia, convencidamente, aquele dito das escolas abertas correspondendo a cadeias fechadas... A experiência policial e judiciária demonstrou, porém, que nem sempre a escola torna útil a prisão, e que, em muitos casos, a primeira fornece elementos para que predispostos ao crime se habilitem a entrar na segunda.

Nessa perspectiva que a educação assumia, sua essência estava na instrução e capacitação para o trabalho, mantendo a criança e o jovem sobre constante estado de controle e vigilância. Rizzini (2011) diz que a própria palavra educação nesse contexto corrobora com a hipótese de que o objetivo dos governantes não era realmente tirar a massa da população da ignorância. A ideia de educar que era falada de maneira recorrente, na verdade, apresentava um sentido particular, o qual estava relacionado a combater a ociosidade e a criminalidade e não como meio que possibilitasse melhores chances de igualdade social, isto é, privilegiavam-se, em muitos casos, as formas de correção das crianças, adolescentes e jovens em detrimento de uma educação e qualidade.

A educação utilizada como um meio de prevenção e/ou correção das crianças, adolescentes e jovens, justifica-se por todo o contexto social vivenciado pelos anos que seguiram a Proclamação da República no Brasil, o qual se observava um crescente número de menores abandonados que vagavam pelas ruas das grandes cidades, pedindo, cometendo furtos, logo, precisavam ser assistidos pelo Estado.

2.3. A infância abandonada enquanto questão do Estado

As últimas duas décadas do século XIX marcaram um período de intensas transformações no cenário econômico, político e social brasileiro, as quais irão refletir de maneira intensa na realidade do país. Esse conjunto de mudanças está intimamente relacionado, entre outras coisas, às iniciativas de erradicação da escravidão, como também a necessidade de se estruturar, organizar e modificar a mão-de-obra escrava em livre e assalariada.

Com a Lei do Ventre Livre e a Abolição, os que antes eram escravos ganham a condição de livres, logo de “filhos” e “pais de família”, entretanto, esses direitos não lhes

garantiram oportunidades e condições materiais para uma vida digna. A partir de então, as crianças e menores pobres contribuíram para aumentar o contingente de pessoas nas ruas, estes identificados como “menores abandonados material e moralmente, passaram a ser encontrados nas ruas, brincando, trabalhando, esmolando ou mesmo cometendo pequenos furtos” (ARANTES, 2011, p. 193).

De maneira geral, quase toda a população pobre, nos documentos oficiais, na imprensa, nos relatórios de especialistas da época, era tratada e referenciada como os mais depreciativos adjetivos, os quais serviam para caracterizá-la como a parte da sociedade composta por indivíduos que estavam à margem do projeto de um país que almejava progresso e modernização. No conjunto de termos pejorativos para designar os pobres, encontrava-se:

[...] degenerados, anormais, selvagens, ignorantes, incivilizados, feios, desordeiros, rudes, grevistas, incapazes, preguiçosos, boêmios, anarquistas, brutos, irresponsáveis, desregrados, perniciosos, bêbados, farristas, decaídos, nocivos, arruaceiros, desocupados, marginais, deletérios, animalescos, simiescos, medíocres, sujos, libertinos, trapaceiros, parasitas, vadios, viciados, ladrões, criminosos. Rótulos pejorativos atingiam também as famílias das classes populares (PATTO, 1999, p. 184).

Os sujeitos socialmente marginalizados na República eram vítimas de muitas ações repressivas por parte da polícia. Pinheiro (1984) mostra, a partir de dados coletados em relatórios de secretárias de justiça e de chefes de polícia da cidade de São Paulo, entre os anos de 1890 a 1924, que a maior parte das prisões se deu pela prática de contravenção, isto é, de crimes cometidos sem vitimar outras pessoas; os mais comuns eram os “crimes” de embriaguez, desordem, vadiagem. Além disso, muitos eram detidos apenas por serem suspeitos de algum delito ou, simplesmente, porque precisavam ser “averiguados”.

A preocupação com os sujeitos que perambulavam pelas vias públicas das capitais era tamanha que havia um capítulo específico no Código Criminal de 1890¹⁰ que se destinava para julgar os casos dos chamados “vadios” e “capoeiras”; estes eram enquadrados no caso de “Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover asubsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente offensiva damoral e dos bons costumes” (Art. 399, cap. XIII). No fragmento a seguir podem-se notar as punições impostas para quando estes sujeitos “perturbassem a ordem” pública:

¹⁰ Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo>

Art.402. Fazer nas ruas e praças publicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens,ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Paragraphounico. E' considerado circunstanciaaggravante pertencer o capoeira aalguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art.403. No caso de reincidencia, será applicadaao capoeira, no gráomaximo, a penado art. 400.

Paragraphounico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art.404. Si nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ousegurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penascomminadas para taes crimes.

Nesse sentido, percebe-se que o pensamento republicano, por meio de seus discursos veiculados, moldava uma forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, tendo como sujeitos protagonistas, respectivamente, o imigrante (o trabalhador, o capacitado, o esforçado) e o nacional (vadio, preguiçoso, sem capacidade), principalmente aquele advindo da escravidão (SANTOS, 1999).

Em meio a essa conjuntura, inicia-se uma grande preocupação, particularmente, com a infância, pois as autoridades começaram a pensar como se deveria resolver a questão do aumento do número de crianças que ficavam perambulando pelas ruas e que eram vistas como grande ameaça à ordem pública. Desta forma, pode-se compreender que o olhar direcionado à infância nos primeiros anos da República estava vinculado a um projeto de construção nacional, uma vez que era preciso cuidar, sanear, limpar o país para que ele não fosse tomado pela imoralidade e desordem provocada pela população de crianças e jovens que viviam abandonadas pelo poder público. Sobre a infância abandonada do período, Moraes (1900, p. 57) argumenta que era

[...] inconstatavel a demonstração; toda a gente o sabe: na infância moralmente abandonada reside um dos elementos, talvez o mais poderoso, da criminalidade urbana, é a infância viciosa que fornece essas pavorosas estatísticas – a vergonha da nossa epocha – por onde se vê que a precocidade do crime vae em muito maior do que o avanço do que o progredimento da sciencia, da arte e da industria!

Neste período, para Rizzini (2011), médicos, juristas, filantropos e moralistas começaram a descobrir todo o potencial da infância, identificando a criança como um ser que se podia moldar, tanto para o bem (virtuosa) quanto para o mal (viciosa). De acordo com a referida autora, a elite intelectual da época começou a voltar seu olhar para o descaso perante

a infância desvalida, apontando a necessidade de atingir as meninas e meninos desvalidos que se encontravam abandonados e sujeitos à má influência de famílias viciosas ou entregue às instituições de caridade.

A infância abandonada, portanto, foi alçada a uma das mais importantes e urgentes problemáticas a serem solucionadas no Brasil republicano. Um renomado político da época, o Deputado pelo estado de São Paulo, Motta, por exemplo, vai afirmar que de todos os infortúnios, o da infância abandonada é o mais digno de atenção e cuidados, pois embora os doentes, velhos e alienados merecessem interesse e cuidado, estes em sua grande parte já se encontram no final da vida, enquanto que “o menor abandonado, ao contrário, vai crescer: segundo a educação que receber tornar-se-á um perigo para os que os cercam, ou um honrado capaz de formar, por exemplo, núcleos de homens de bem” (MOTTA, 1909 apud RIZZINI, 2011).

Foram muitas as críticas ao modo como era tratada a infância no período inicial do regime republicano, ainda predominantemente de maneira caritativa, Ataúpo de Paiva (1903 apud RIZZINI, 2011) vai afirmar que a assistência pública à infância era uma espécie “caridade oficial”. Tal expressão por ele utilizada carregava um sentido pejorativo, denunciando o estado da assistência pública caracterizada pela dispersão, pela desorganização, pela efemeridade, já que não havia um controle rígido para com as instituições que cuidavam das crianças.

Os menores abandonados ou desvalidos que vivessem soltos e tidos como uma grande ameaça para a ordem pública eram colocados em asilos. Tal prática se tornou comum a partir do século XIX e se manteve até o século XX, a fim de propiciar educação industrial aos meninos e educação doméstica para meninas. As instituições, geralmente, eram mantidas por ordens religiosas, auxiliadas por doações e por vezes pelos poderes públicos (RIZZINI, 2011).

Moncovo Filho (1926), ao fazer referência ao atendimento realizado pelos asilos de caridade, fez inúmeras críticas a eles, pois não correspondiam ao novo ideal dos “princípios científicos”. Tais instituições são vistas pelo referido autor como condenáveis, onde crianças eram “educadas no carrancismo” de uma instrução quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de higiene, muitas vezes atrofiados pela falta de ar e de luz suficientes.

Também fazendo referência sobre as condições de tais instituições, Faleiros (2011, p. 41) elucida que a época as críticas, especialmente, aos asilos

[...] eram feitas de forma contundente enquanto lugar de “enfurnamento” das crianças, estes eram tidos como locais que não promoviam uma real instrução, não tinham higiene, nem luz, os menores eram pessimamente alimentados e as ruas eram vistas como meio peçonhentos com crianças

seminuas, isoladas ou em maltas, dormindo na rua. Os desvalidos eram desvalorizados. A formação das meninas era voltada para o trabalho doméstico.

A maneira de se conceber a infância, diferentemente da preocupação que se tinha no período do Império, cujas iniciativas de assistência a criança estavam majoritariamente sobre a responsabilidade de ordens religiosas e de ações caritativas, no Brasil República, a atenção para com a infância vai assumir uma dimensão jurídica, o que vai motivar a criação de leis especiais para as crianças, que passam a ser tratadas como um problema que precisava ser solucionado a partir das ações e iniciativas do Estado, que passou a se preocupar de forma mais incisiva com a criação de uma legislação específica para tratar a infância.

A criação de leis para a infância era uma temática que estava bastante em voga em muitos países do mundo, muitos juristas defendiam em congressos internacionais a reformulação das leis para tratar dos menores, em virtude do aumento da criminalidade entre as crianças e jovens que vagavam a própria sorte pelas vias públicas. Além disso, em decorrência de conhecimentos advindos da medicina, biologia e psicologia, por exemplo, a criança começou a ser compreendida como um ser em potencial, no qual se deveria investir na tentativa de formar um futuro homem de bem. De acordo com Rizzini (2011, p. 64),

As leis de proteção á infância, desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX no Brasil, também faziam parte da estratégia de educar o povo e sanear a sociedade. As leis visavam prevenir a desordem , à medida em que ofereciam suporte às famílias nos casos em que não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais poderiam ser entregues à tutela do Estado; e, pela suspensão do Pátrio poder , previam as possibilidades de intervir sobre a autoridade paterna, transferindo a paternidade do Estado, caso se julgasse necessário (sobretudo quando a pobreza deixava de ser “digna” e a família era definida como sendo contaminada pela imoralidade).

O Código Penal Republicano de 1890 pode ser considerado um dos primeiros documentos oficiais que se ocupou em atentar para a questão dos menores. Sua criação se deu antes mesmo da promulgação da Constituição Republicana do Brasil. O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (Decreto n. 847) é datado de 11 de outubro de 1890. Este era um instrumento de coerção e disciplinarização das condutas consideradas impróprias. Tal código adotou uma sistemática um pouco diversa, pois determinava a inimputabilidade absoluta aos menores de nove anos completos; aumentou, portanto, o marco anteriormente adotado. Já para os maiores de nove e menores de quinze, procedia-se a uma análise acerca do discernimento para que fosse afirmada, ou não, a responsabilidade criminal, como se ratifica nos fragmentos a seguir:

Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º. Os menores de 9 anos completos;

§ 2º. Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento

Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda à idade de 17 anos

Nesse contexto, começou, portanto, a ser disseminada a ideia de que a disciplina não deveria existir somente no âmbito das famílias e internatos, mas também nas ruas. Ou seja, a infância deveria ser vista de fato como um problema social cuja solução a ser dada caberia a instituição do Estado, a qual teria a obrigação de recolher os estigmatizados com a denominação de órfãos, infratores, vadios, vagabundos e desocupados e regenerar tais indivíduos para que eles se tornassem úteis para a sociedade.

A problemática da infância abandonada e delinquente, dessa forma, começou a ter no trabalho um meio para resgatar os menores dos maus hábitos e costumes, dentro de uma perspectiva moralizante. Nesse sentido, começaram a ser criadas instituições para formar e tornar a criança e o adolescente mais aptos ao trabalho, como forma de prevenção e correção dos desvios, além de contribuir para movimentar a economia nacional (OLIVEIRA, 2004).

Em meio a toda essa gama de discursos, começaram a surgir decretos e leis com a finalidade de “salvar” a infância abandonada. Franco Vaz (apud FALEIROS, 2011, p. 39) destaca a lei n. 947 de 29 de abril de dezembro de 1902, a qual autorizava o governo a reorganizar a polícia, criar colônias correcionais para a reabilitação profissional dos chamados “Vadios, capoeiras, meninos viciosos” julgados na capital por conta de delitos cometidos.

As instituições criadas, por ocasião da legitimação do sistema republicano, objetivaram promover o recolhimento dos sujeitos tidos como indesejados das cidades, iam ao encontro de uma política de cunho repressivo, haja vista que, nas suas normas e regulamentos, desconsideravam as discussões nacionais e internacionais sobre a maneira especializada com a qual se deveria atender os menores de idade que fossem recolhidos.

Nesse movimento de criar espaços de internação para os menores, o qual vai ser bastante intenso ao longo das duas primeiras décadas da República, surgirão reformatórios e as chamadas escolas premonitórias e correcionais; locais estes onde serão mandadas as crianças e jovens “abandonados, infratores e viciosos”, com a finalidade de recuperar tais indivíduos que eram vistos como uma população perigosa para o bom andamento da sociedade, assim como um possível empecilho para o desenvolvimento e progresso do país.

No ano 1893, o governo adotou uma primeira medida para separar e resgatar os menores ao promulgar Decreto n. 145, que tinha por objetivo central corrigir por meio do

trabalho. Este decreto fornecia sustentação para que fossem recolhidos todos aqueles indivíduos, de qualquer faixa etária ou sexo, que não estando sob a responsabilidade do poder paterno, não apresentassem condições de manter seu sustento e que perambulassem ociosamente pelas ruas e avenidas das cidades.

Já em 1902, o governo começa a criar as chamadas colônias correcionais para resolver o problema da vadiagem no Distrito Federal. Nestas colônias, deveriam ser internados os indivíduos denominados de “menores viciosos”. Estes, conforme o art. 7º, eram aqueles menores inculcados criminalmente, que tivessem agido “sem discernimento”, como também aqueles que “por serem órfãos ou por negligência”, fossem “encontrados sós na via pública. Nestas ações nota-se a

[...] “clara percepção de que numa cidade moderna e saneada era preciso também uma população expurgada de seus piores elementos (...) era urgente e indispensável reprimir a vagabundagem, o vício e o crime com acriação de colônias correcionais, preservando ao mesmo tempo, a mocidade que para aquele se dirigia, por meio d’ uma educação em instituições apropriadas” (RIZZINI, 2001, p. 89).

Na compreensão de Rizzini (2011, p.228), nas primeiras iniciativas do governo republicano predominava a pauta repressiva, para a qual a orfandade e a assistência “científica” já se encontravam na lei, que previa a reabilitação do indivíduo e a separação dos internos por classes, segundo a causa do recolhimento, o sexo e a idade. Além disso, outra inovação da lei, e das mais notáveis constituíam em legitimar a intervenção do Estado na vida privada dos “pobres”, sobrepondo-se a autoridade paterna, quando se trata do internamento de menores.

A tarefa de recolher os menores que ficavam perambulando pelos espaços públicos das cidades ficava a cargo da polícia ou de agentes de segurança, os quais recolhiam, classificavam e direcionavam os indivíduos para os locais de internação, o que pode ser ratificado nas palavras de Vianna (2002, p. 29), ao comentar que

[...] dentre as diversas funções ou atividades que faziam parte da rotina policial no começo do século XX, estava o recolhimento de “menores” encontrados nas ruas – o que poderia incluir situações bastante variadas, diga-se de passagem. A essa tarefa, realizada normalmente por policiais das delegacias distritais ou do Corpo de Segurança, seguiam-se outras, que aqui denomino de classificação e triagem, necessárias para determinar o destino a ser dado a esses “menores”. A classificação mais recorrente eram a de *menores abandonados*, *vadios* ou *responsáveis por pequenos furtos*, formando em conjunto um campo semântico de compreensão dos “problemas da infância” na perspectiva policial.

Vale salientar que é nesse contexto, no qual a infância começa a ser amparada pela instância judicial, que a categoria “menor”, no sentido de criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa se torna popular, sendo incorporada aos poucos em muitos debates e discussões que não necessariamente estavam vinculadas ao âmbito jurídico. Nas palavras de Rizzini (2004, p. 68),

A categoria jurídica da menor idade, historicamente, identificava os *menores* – indivíduos sujeitos aplicação especial das leis – por não estarem no gozo de seus direitos como cidadãos, legalmente submetidos a tutela familiar ou de outros responsáveis. Na segunda metade do século XIX, surgem várias capitais brasileiras, a preocupação com a educação dos pequenos vagabundos e indigentes que circulavam pelas ruas. O emprego meramente jurídico do termo cede ao surgimento de uma nova categoria social, a dos *menores*. O *menor* é identificado como alvo privilegiado de políticas paternalistas, voltadas para o controle e contenção social, especialmente a partir da instauração da república, quando o Estado se volta para a construção de políticas centralizadoras dirigidas a essa população. Foi justamente uma instituição de controle social, a polícia, que em primeiro atuou no esforço de identificação desse grupo social (os *menores*). As instituições estatais, criadas após a instauração do regime republicano, tiveram um papel decisivo na construção jurídica e social da categoria *menor*

Nesse sentido, tanto no Império quanto na República, de acordo com Passenti (1999), a vida da população se mantinha difícil. As mudanças sucessivas nos métodos de internação para crianças e jovens, deslocando-se dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado, e depois retornando a particulares, praticamente deixaram inalteradas as condições de reprodução do abandono e da infração. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais que valorizou, preferencialmente, a internação sem encontrar soluções efetivas

As leis e as políticas para os menores foram alvo de muitos questionamentos e críticas em diversos momentos dos primeiros anos da Primeira República, seja pela natureza repressiva e segregadora das ações impostas pelo Estado, seja pelas péssimas e degradantes condições sob as quais os menores viviam nas instituições de acolhimento. Essa realidade começou a dar sinais de possíveis mudanças mais efetivas somente a partir da implementação do primeiro Código de Menores, o Código Mello Matos, em 1927¹¹.

O Código de Menores de 1927 legislava sobre as crianças e adolescentes menores de dezoito anos que estivessem em estado de abandono. Ele qualificava os menores segundo a sua conduta: “expostos” eram os menores de sete anos, os menores de dezoito anos eram considerados “abandonados”, os que esmolassem ou vendessem pelas ruas eram classificados de “vadios” e os que frequentassem prostíbulos recebiam a denominação de “libertinos”.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm

Além disso, o Código aboliu definitivamente a “teoria do discernimento” e dessa forma, os menores de quatorze anos eram considerados inimputáveis.

Esses conhecimentos sobre a infância na Primeira República contribuíram para se compreender qual a concepção desta que predominava nesse período, no que diz respeito ao cuidado, tratamento, escolarização, assistência por parte do Estado, entre outros. A maioria das discussões traçadas ao longo desta seção emergiu de estudos de autores das regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste do país, o que reflete, em grande parte, a realidade desses locais. Por isso, é relevante se pensar como foi a infância paraense nessa época, se ela era vista a partir de todo esse universo de discursos que eram produzidos e reproduzidos nos primeiros anos do contexto republicano ou tinha algo que se diferenciava. Para tentar entender como era concebida a infância na Amazônia paraense no período de 1900 a 1910 e responder tais questões recorreu-se a jornais da época para realizar tal investigação, cujos procedimentos metodológicos para esta incursão serão explicitados na seção seguinte.

SEÇÃO III:

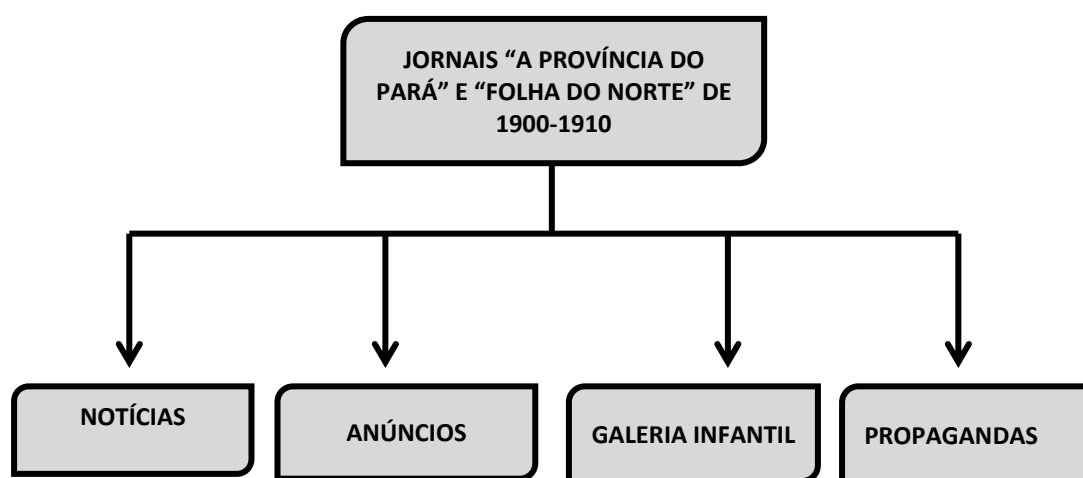
*A Pesquisa sobre a Infância em Jornais Impressos:
procedimentos metodológicos*

A construção de uma pesquisa necessita ter seus caminhos bem delineados, pois são eles que possibilitam a garantia e validade dos dados obtidos ao término do estudo. Na elaboração de um trabalho, seja de campo ou documental, é muito importante mostrar todo o percurso realizado com o *corpus* da pesquisa, qual sistematicamente foi dividida em basicamente 4 Etapas: **pesquisa exploratória; busca, catalogação e identificação das peças; criação das categorias; e tratamento analítico do *corpus***, a fim de revelar aos leitores o como, o porquê e a forma que se alcançou e se chegou a determinado material analítico. Com o intuito elucidar tais questões é que a presente seção se reserva.

3.1. O *corpus* da pesquisa: anúncios, notícias, galerias e propagandas

A partir da seleção das fontes e da delimitação temporal da pesquisa, por meio da pesquisa exploratória – **Etapa 1** da pesquisa documental - passou-se, então, a realizar a leitura e mapeamento nos jornais micro filmados com a intenção de detectar em que locais a temática da infância poderia ser encontrada. Feito isso, observou-se que era recorrente a infância estar presente em basicamente quatro seções: nas notícias, nos anúncios, em uma galeria destinada especificamente para retratar crianças, intitulada “Galeria Infantil”, que circulava exclusivamente no jornal “Folha do Norte”, no ano de 1909; e nas propagandas, como se pode observar no esquema a seguir:

IMAGEM 3: Esquema das seções identificadas nos jornais pesquisados



Após perceber a presença do tema infância em tais seções, iniciou-se a procura e identificação destas, ano após ano do recorte temporal da pesquisa – 1900 a 1910, **Etapa 2**. Os exemplares quando encontrados foram catalogados em um inventário manuscrito, que levou em consideração o tipo, o ano, o jornal, o título e a temática que abordava cada seção, no total foram coletados 128 (cento e vinte e oito) peças. Em seguida realizou-se um mapeamento dos assuntos mais recorrentes, o que limitou a 105 (cento e cinco) peças no total, sendo 39 (trinta e nove) notícias; 17 (dezessete) anúncios; 18 (dezoito) Galerias infantis; e 31 (trinta e uma) propagandas. Ao proceder com a leitura dos exemplares das seções notou-se que alguns destes se aproximavam bastante com relação às temáticas, o que possibilitou agrupá-los da seguinte forma:

Notícias:

- Notícias de acidentes e/ou tragédias ocorridas com crianças;
- Notícias de crianças abandonadas.

Anúncios:

- Anúncios de crianças desaparecidas ou fugidas;
- Anúncios de oferta de trabalho para menores.

Galeria Infantil

- A criança concedida como sinônimo de beleza e inocência;
- A criança concebida como sujeito de um futuro promissor.

Propagandas

- Propagandas de alimentos;
- Propagandas de medicamentos;
- Propagandas de colégios.

A realização de tal agrupamento e da visualização do inventário construído (a partir das variáveis título e temática das seções), permitiu-se a criação de categorias analíticas para as seções, **Etapa 3**, pois ao se entrelaçar as referidas variáveis e com a leitura dos exemplares coletados, percebeu-se que muitos deles se assemelhavam no que diz respeito aos conteúdos e a forma como estes eram abordados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”. Logo, poderiam fazer parte da mesma categoria, facilitando assim o processo de análise. Após

isto, chegou-se a 14 (catorze) categorias para serem analisadas, as quais estão dispostas nos quadros demonstrativos a seguir com o respectivo *corpus* e uma breve explanação de cada uma delas.

NOTÍCIAS

1º categoria: Notícias de crianças abandonadas

QUADRO 1: O abandono de crianças recém-nascidas nas notícias

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
20.02.1904	Folha do Norte	Creança exposta	Bebê é encontrando abandonado em frente a uma vacaria.
28.10.1906	A Província do Pará	Mãe sem entranhas	Cadáver de um bebê é encontrado em caixa de papelão em via pública.
31.08.1907	Folha do Norte	Creança enjeitada	Senhor encontra criança branca e do sexo feminino abandonada na porta de sua casa.
12.03.1909	A Província do Pará	Creança exposta	Relata que criança recém-nascida é encontrada em via pública.
01.09.1909	A Província do Pará	Sem mãe – um crime monstruoso	Polícia abre inquérito para apurar infanticídio de menor que foi morto e jogado no lixo.
02.02. 1910	Folha do Norte	Creança sem mãe	Menino de poucos dias de vida é deixado na porta de residência.
23.07.1910	Folha do Norte	Creancinha exposta	Criança recém-nascida é abandonada em praça pública.

Fonte: Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”

No quadro 1 encontram-se as notícias que apresentam a temática do abandono de crianças pequenas (vivas ou mortas) em vias publicas ou na porta de residências. Observa-se que este era um assunto que está presente em praticamente todo o período compreendido entre 1900 a 1910, nos dois jornais pesquisados. Percebe-se que normalmente a criança abandonada é recém-nascida e intitulada de exposta ou enjeitada; já a mãe é sempre caracterizada como a responsável pelo abandono.

2ª Categoria: Notícias de acidentes domésticos com crianças

QUADRO 2: Acidentes domésticos envolvendo crianças em notícias

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
12.08.1903	Folha do Norte	Creança queimada	Criança se queima em acidente doméstico.
05. 01.1904	Folha do Norte	Creança queimada	Traz a notícia que uma criança que teve acidentalmente o corpo queimado.
07.08.1906	A Província do Pará	Casual- uma creança horivelmente queimada.	Trata de uma criança que ficou gravemente queimada enquanto dormia.
19.09.1906	A Província do Pará	Dolorosa desgraça	Menina de três anos se queima ao brincar com candeeiro.
17.03.1907	A Província do Pará	Uma creança queimada	Menina de 8 anos se queima ao brincar com fósforos e querosene.
08.07.1907	Folha do Norte	Infeliz criança	Criança morre queimada ao brincar de queimar papeis.
20.04.1908	A Província do Pará	Afogado num poço	Criança morre afogada num poço e mãe fica aflita pelo acontecimento.
24.04.1908	A Província do Pará	Uma fatalidade- o descuido da infância – uma creança morta e outra ferida.	Criança morre e outra fica ferida ao brincarem com espingarda velha.
01.02. 1909	Folha do Norte	Morte de uma criança.	Criança morre ao cair num poço.
05.01.1909	Folha do Norte	Creança queimada por ácido phenico.	Acidente com acido derramado sobre criança de um ano e seis meses.
06.01.1909	Folha do Norte	Creança queimada- descuido culposos. Pobre criancinha	Noticia uma criança com suas vestes em chamas, a mãe estava ausente.
18.07.1910	Folha do Norte	Cahida num poço	Menina de 9 anos de idade morre afogada ao cair no Poço.
23.07.1910	A Província do Pará	Destino mal	Menino cai em um poço que ficava nos fundos de sua casa e morre afogado.
02.10.1909	A Província do Pará.	A irreflexão das creanças.	Caso de um menino que foi gravemente queimado ao brincar com uma lamparina.
08.10.1910	Folha do Norte	Triste fim	Criança cai no poço e morre afogada.

Fonte: Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”

O quadro 2 apresenta as notícias que trazem como assunto os acidentes que aconteciam com crianças no âmbito doméstico. Como se pode verificar este era o tema mais noticiado dentre as peças encontradas, ocupando as páginas tanto do jornal “A Província do Pará” quanto do “Folha do Norte”, por quase toda a primeira década do século XX. O acidente mais noticiado era em decorrência de queimaduras com lamparinas e substâncias inflamáveis; em segundo lugar encontram-se os acidentes em virtude de afogamentos em

poços, que ocorriam enquanto as crianças realizavam a tarefa de abastecer água para a sua residência ou quando estas brincavam perto deles.

3ª Categoria: Notícias de acidentes de trabalho com crianças

QUADRO 3: Acidentes com crianças no trabalho em notícias

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
09.02.1905	A Província do Pará	Esmagamento	Menor que trabalhava na casa de um coronel teve a mão esmagada num acidente na casa deste.
18.02.1905	A Província do Pará	Desastre	Menino que trabalhava como aprendiz de serralheiro por descuido teve a mão decepada.
18.02.1905	A Província do Pará	Desastre	Menino que trabalhava como aprendiz de serralheiro por descuido teve a mão decepada.
25.08.1905	A Província do Pará	Uma explosão- morte de uma criança	Menino aprendiz de caldeiro trabalhava numa lancha a bordo e morre por conta de uma explosão causada por uma lata de querosene.
22.06.1909	Folha do Norte	As bombas- um menor ferido	Menino empregado de uma casa comercial, ao brincar com uma bomba foi surpreendido com a explosão desta.

Fonte: Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”.

O quadro 3 ilustra os casos de acidentes com crianças no local de trabalho. Em todas as notícias coletadas referentes a este tema as vítimas são meninos com idade que varia de 10 a 12 anos, que realizavam serviços em oficinas, embarcações ou casas comerciais; e as consequências principais eram queimaduras, ferimentos, mutilações e até mesmo a morte. Este tipo de notícia foi encontrado principalmente no jornal “A província do Pará” como mostra o quadro.

ANÚNCIOS

4ª Categoria: Anúncios de ofertas de trabalho para crianças**QUADRO 4:** A oferta de trabalho para crianças em anúncios

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
03.01.1903	Folha do Norte	Creada	Trabalho para adulta ou menor na residência de uma família no interior em lugar saudável.
12.01.1905	Folha do Norte	Menino	Trabalho para menino que se preste a qualquer tipo de serviço.
01.02.1906	Folha do Norte	Creadinho	Trabalho para um creadinho na Travessa Don Romualdo de Seixas.
13.09.1906	Folha do Norte	Menino	Trabalho para um menino de 10 a 12 anos para serviços domésticos.
18.09.1906	Folha do Norte	Menino ou Menina	Trabalho para menino ou menina de 10 a 12 anos para serviços domésticos.
04.05.1910	Folha do Norte	Menino	Trabalho para menino de 10-12 anos para serviço em casa de família.

Fonte: Jornal “Folha do Norte”

O quadro 4 ilustra os exemplares de anúncios que tinham por finalidade anunciar trabalhos para menores de 10 a 12, que, na maioria dos casos, era para a realização de serviços domésticos. Nota-se que tal tipo de anúncio foi encontrado apenas no jornal “Folha do Norte”, assim como que ele está presente em quase todo o período compreendido entre 1900 a 1910.

5ª Categoria: Anúncios de fuga de crianças**QUADRO 5:** A fuga de crianças retratada em anúncios

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
07.03.1905	Folha do Norte	Menor desaparecido	Anúncio pede informações sobre menino que fugiu de casa da madrinha.
04.07.1905	A província do Pará	Menor desaparecida – 50\$000	Anuncia a fuga de uma menor negra da casa seus padrinhos.
20.06.1909	Folha do norte	Menor fujona	Anuncia que menor de 12 anos foge da casa do seu padrinho, o

11.03.1909	Folha do norte	Menor fujão	alferes de bombeiro. Anúncio de pai que solicita informação sobre filho que fugiu.
-------------------	----------------	-------------	--

Fonte: Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”

O quadro 5 apresenta os anúncios que, embora no título destes se diga tratar de um desaparecimento, informam, na verdade, a fuga de crianças de casas onde trabalhavam ou moravam com padrinhos e/ou tutores. Eles estão presentes tanto nos jornal “A Província do Pará” quanto “Folha do Norte”.

6ª Categoria: Anúncios de crianças desaparecidas ou perdidas

QUADRO 6: O desaparecimento de crianças retratado em anúncios

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
04.02.1901	Folha do Norte	Menor desaparecido	Anuncia que menino chamado Luiz de seis anos de idade sumiu ao sair para fazer compras.
23.02.1901	Folha do Norte	Menor desaparecido	Anuncia desaparecimento de menino da casa de tutor, quando este foi levar a quantia de 60\$00 para o amigo de seu tutor.
17.03.1903	Folha do Norte	Creança desaparecida	Anuncia desaparecimento de criança de três anos, de nome Laura, que trajava camisa branca e sapatos de couro amarelo. Ela tem cabelo lórego e parado na fonte.
07.03.1905	Folha do Norte	Menor desaparecido	Anúncio pede informações sobre menino que fugiu de casa da madrinha.
10.07.1905	Folha do Norte	Uma creança perdida dos Paes	Anúncio de pais pedindo informações sobre o filho que se perdeu.
07.09.1907	Folha do Norte	Creança perdida	Anuncia desaparecimento de uma criança da cor morena.
24.02.1909	Folha do norte	Menor desaparecida	Menina Luíza, de 8 anos e filha de uma professora transviou-se ontem.

Fonte: Jornal “Folha do Norte”

O quadro 6 mostra os anúncios coletados cujo conteúdo trata do desaparecimento de crianças tanto meninos quanto meninas, que são anunciados pelos responsáveis destas, os quais oferecem, geralmente, gratificações para quem encontrar os desaparecidos. Nota-se que este tipo de anúncio foi encontrado apenas no jornal “Folha do Norte”, sendo percebido por quase todo o período pesquisado.

**GALERIA
INFANTIL**

7ª Categoria: Galeria Infantil e a imagem bela, formosa e inocente da criança

QUADRO 7: A criança como sinônimo de beleza e inocência na Galeria Infantil.

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
03.01.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição das características da menina margarida, filha de um conceituado comerciante.
10.01.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição da filha de um comandante chamado Baltazar Carvalho.
17.01.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição de três crianças mimosas filhas de um competente guarda-livros.
31.01.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição do filho de um importante senhor.
07.02.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição de uma criança com ar de formosura, um anjo de inocência.
14.02.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descreve a graciosa e meiga filha de comerciante da praça.
28.02.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição de uma criança mimosa de rosto delicado filha de engenheiro.
14.03.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição dos filhos de um importante senhor, funcionário de um banco.
23.03.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição do filho do s.r. João Pinto Ribeiro
11.04.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição de dois irmãozinhos unidos, filhos de um importante comandante.
18.04.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição do risonho filho do comandante João Baena.
29.08.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição do filho do sr. João Pinto Ribeiro.
30.08.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição de um menino chamado Quinzinho, filho de um comerciante.

Fonte: Jornal “Folha do Norte”

O quadro 7 traz os exemplares da Galeria Infantil, uma espécie de coluna social, que tinha como foco as crianças concebidas como sujeitos bem cuidados, educados, belos, formosos e que apresentam uma imagem pura e ingênua. São tratadas como filhos que fornecem orgulho e alegria a seus pais, assim como são exaltadas e elogiadas por suas muitas qualidades, pelo jornal “Folha do Norte”, no qual a galeria é exclusivamente publicada no ano de 1909.

8ª Categoria: Galeria Infantil e a criança como sujeito de um futuro promissor

QUADRO 8: A criança como sujeito com um futuro promissor na Galeria infantil.

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
24.01.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição do gracioso filho de um senhor que desde criança já demonstra gosto pelos esportes, sendo assim, tem grandes possibilidades de ser um “sportman.”
07.03.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição de três crianças encantadoras, duas meninas e um menino, filhos do Dr. Sousa Castro. Enfatiza a figura do menino, o qual é tido como a grande esperança do coração do pai.
21.03.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição de dois irmãos, que têm a possibilidade de se tornarem dois futuros bacharéis em direito ou doutores em saúde.
29.05.1909	Folha do Norte	Galeria infantil	Descrição do filho de importante comerciante, o qual é dito ter grande capacidade para no futuro tomar conta dos negócios da família.
01.09.1909	Folha do Norte	Galeria Infantil	Descrição dos dois filhos de uma expoente médico da cidade que já desde meninos apresentam talento para a profissão do pai.

Fonte: Jornal “Folha do Norte”

O quadro 8 apresenta os exemplares da Galeria Infantil que evidencia a ideia da criança que tem pais cuidadosos e zelosos, que dão a oportunidade dos filhos terem boa educação e se tornarem pessoas que terão um próspero futuro, alguém que tem perspectiva de crescer e se transformar em uma pessoa bem sucedida e com chances de exercer profissões socialmente prestigiadas, como o direito, a medicina, engenharia, entre outras.

PROPAGANDAS

9ª Categoria: Propagandas de alimentos para crianças

QUADRO 9: Os alimentos para crianças anunciados em propagandas

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
18.01.1900	A Província do Pará	FARINHA LACTEA NESTLÉ	Apresenta o alimento que substitui o leite materno, oferecendo uma alimentação completa e saudável à criança.
24.02.1900	A Província do Pará	MELLIN ALIMENTO – o alimento natural para uma criança.	Anuncia alimentos que não contém polvilho, mas que são perfeitos para as crianças.
11.01.1908	Folha do Norte	HORLICK'S MALTEDMILK – O LEITE MATERNO DE HORLICK	Apresenta o leite com adequada proporção nutricional para o perfeito desenvolvimento do recém-nascido. As crianças que usam não são atacadas por enfermidades.

Fonte: Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”

No quadro 9 encontram-se as propagandas de produtos alimentícios para as crianças, que são, na maioria das vezes, alimentos para os primeiros anos de vida. Estes são tidos como elementos perfeitos, importantes, nutritivos e indispensáveis, os quais contribuem de forma significativa para um crescimento saudável dos menores. Nota-se que tal tipo de propaganda se fazia presente tanto no jornal “A Província do Pará” quanto o “Folha do Norte”, inclusive, tendo os mesmos exemplares veiculados por vários anos.

10ª Categoria: Propagandas de fortificantes para crianças

QUADRO 10: Fortificantes para crianças anunciados em propagandas

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
02.05.1900	A Província do Pará	XAROPE FUCOGLYCINA DO D. GRESSY	Apresenta o Xarope composto de plantas marinhas destinado a curar debilidade, anemia, moléstias da infância.
28.05.1900	A Província do Pará	VINHO DO D. VIVIEN	Apresenta um vinho composto de extrato de fígado de bacalhau, que serve tanto para as crianças quanto para os adultos, o qual é dito que contribui para aumentar o apetite, enriquecer o sangue e criar carnes.
09.07.1909	Folha do Norte	EMULSÃO SCOTT	Apresenta tal composto como solução para a cura da anemia, raquitismo e o escrotulose.

09.07.1909	Folha do Norte	XAROPE DE RABÃO IODADO	Apresenta este produto como capaz de excitar o apetite, combater a palidez, tornar firmes as carnes, curar os maus humores, etc.
27.03.1909	Folha do Norte	EMULSÃO SCOTT – protetora das crianças.	Apresenta este composto que afirma que as crianças que tomam se criam gordas e fortes e estão isentos de doenças.
01.01.1910	Folha do Norte	A BELLA SENHORITA SARA SILVA	Apresenta o produto Emulsão de Scott contra raquitismo e anemia, o qual fez da filha do senhor tesoureiro municipal de Bajé uma jovem bela e formosa.

Fonte: Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”

O quadro 10 mostra os exemplares de propagandas de medicamentos recomendados para restituição da saúde das crianças, prometendo deixá-las fortes e saudáveis. Tais propagandas eram anunciadas nos dois jornais pesquisados e por quase toda a primeira década do século XX.

11ª Categoria: Propaganda de medicamentos para verminoses

QUADRO 11: Medicamentos para verminoses anunciados em propagandas

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
05.01.1909	Folha do Norte	VERMIFOGO DE B. A. FAHNESTOCK	Apresenta o referido composto como rival para a exterminação de lombrigas em crianças e adultos.
25.04.1900	Folha do Norte	VERMIFUGO PARAENSE	Apresenta este medicamento contra as verminoses que terrivelmente as crianças são atingidas, tirando-lhes a saúde e muitas vezes a vida.
20.01.1900	Folha do Norte	PÍLULAS ASSUCARADAS BEIRÃO – contra vermes – xarope agradável contra lombrigas.	Apresenta este produto como capaz de curar a maior parte das moléstias das crianças devido à existência de lombrigas no intestino destas, portanto, é de bom conselho para pais e mães fazerem uso de tais remédios contra os vermes.

Fonte: Jornal “Folha do Norte”

O quadro 11 apresenta os exemplares de medicamentos que prometem tratar e acabar com doenças ocasionadas por vermes. Estes tipos de produtos eram anunciados praticamente

em todo o período estudado, tendo a mesma propaganda referente a ele, muitas vezes, veiculada por anos seguidos. Eram quase que exclusivamente presentes no jornal “Folha do Norte”.

12ª Categoria: Medicamentos para o tratamento de doenças respiratórias anunciados em propagandas

QUADRO 12: Propagandas de medicamentos para o tratamento de doenças respiratórias

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
26.02.1900	A Província do Pará	PASTA ZED	Apresenta a pasta para crianças como eficiente para a cura da coqueluche, tosse, bronchitos, constipações.
26.02.1900	A Província do Pará	XAROPE ZED	Apresenta medicamento para crianças que cura irritações, dor no peito, resfriamento, catarros, insônia.
26.02.1900	A Província do Pará	PEITORAL DAS CRIANÇAS DE WERNECK	Apresenta Xarope para crianças, destinado à curar tosse, resfriado, gripe, etc.
12.07.1905	Folha do Norte	PEITORAL DE CAMBARA COQUELUCHE	Apresenta medicamento que famoso médico de recife chega para aplicar com ótimos resultados para órgãos respiratórios. Ele utiliza o remédio Peitoral de cambará e afirma que este é o melhor para infecções pulmonares.
16.01.1906	Folha do Norte	BRONCHITE DAS CRIANÇAS (PEITORAL DE CAMBARA)	Apresenta medicamento criado por um importante medico que serve para curar a coqueluche.
03.07.1906	Folha do Norte	ASTHMA EM DUAS CRANÇAS	Apresenta um medicamento que fez com que duas crianças de 8 e 6 ficassem curadas após usá-lo.

Fonte: Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”

O quadro 12 mostra as propagandas de medicamentos recomendados para o tratamento de doenças relacionadas ao sistema respiratório. Tinham, segundo o que é informado em tais exemplares, a capacidade de servirem e curarem as mais variadas doenças respiratórias, como, por exemplo, tosse, coqueluche, gripe, resfriado, asma, etc. Eram veiculadas por quase todos os anos de 1900 a 1910, em ambos os jornais estudados.

13ª Categoria: Propagandas de colégios de educação para meninos e meninas

QUADRO 13: Colégios de educação mista anunciados em propagandas

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
02.01.1903	Folha do Norte	COLLÉGIO LIBONENSE	Divulga tal estabelecimento de educação infantil com sistema de ensino baseado na instrução pública deste estado.
03.01.1903	Folha do Norte	COLLÉGIO JESUSMARIAJOSÉ	Divulga que tal estabelecimento de educação feminina recebe alunas internas, semi-internas e externas e alunos menores de nove anos.
09.01.1904	Folha do Norte	COLLÉGIO LUSO - PARAENSE	Divulga a imagem e serviços oferecidos pela escola.
07.01.1906	Folha do Norte	COLLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	Divulga a instrução primaria e secundaria mista oferecida por tal instituição de ensino.
02.12.1906	Folha do Norte	PENSIONATO ESCOLAR SILVA BANETO	Divulga oferecer secção de meninos e de meninas com solida e sã educaçãofeminina e noções praticas para carreira comercial masculina garantia de moralidade e seriedade.
03.01.1909	Folha do Norte	COLLÉGIO NACIONAL	Divulga que tal colégio é instalado em vasto prédio, nas melhores condições hygienica.
01.01.1910	Folha do Norte	COLLÉGIO GAUTHEY – fundado em 1908	Divulga os métodos e normas para a instrução de meninos e meninas.
03.03.1910	Folha do Norte	COLLÉGIO PROGRESSO PARAENSE	Divulga que tal casa de educação e instrução moderna apresenta particular cuidado sobre higiene e nutrição.
10.03.1910	Folha do Norte	COLLÉGIO ANGLO-FRANCAIS	Divulga que tal instituição de ensino aceita meninos e meninas de até 10 anos, com instrução moral e cívica obrigatória.

Fonte: Jornal “Folha do Norte”

14º Categoria: Propagandas de colégios para meninas

QUADRO 14: Colégios para meninas anunciados em propagandas

DATA	JORNAL	TÍTULO	TEMÁTICA
07.01.1904	Folha do Norte	COLLÉGIO N. S. DA GUIA – para a educação das meninas.	Divulga os serviços, as disciplinas, normas e valores dessa instituição.
14.03.1904	Folha do Norte	COLLÉGIO N. S. D’	Divulga os serviços, as

		ANUNCIAÇÃO – para educação das meninas.	disciplinas, normas e valores dessa instituição.
12.11.1908	Folha do Norte	COLLÉGIO DE SANTA CATARINA	Divulga a oferta de ensino gratuito à infância, além de prendas para meninas que desejarem um ensino mais aperfeiçoado.
03.03.1910	Folha do Norte	COLLÉGIO PROGRESSO PARAENSE	Divulga tal casa de educação e instrução moderna com particular cuidado sobre higiene e nutrição.

Fonte: Jornal “Folha do Norte”

O quadro 13 e 14 podem ser comentados conjuntamente, pois ambos apresentam propagandas veiculadas no período pesquisado que fazem divulgação de colégios para crianças. Em tais exemplares podem-se perceber aspectos bem interessantes que contribuem para a compreensão da educação da infância, tanto para as meninas quanto para os meninos, tais como disciplinas ofertadas, normas da instituição, filosofia de trabalho, etc. Observa-se, a partir do quadro, que não foram encontradas propagandas de colégios apenas para meninos, bem como que tais exemplares circulavam apenas no jornal “Folha do Norte” e sempre nos meses iniciais e finais de cada ano.

3.2.Tratamento analítico do *corpus*: a análise do discurso bakhtiniana

A escolha do teórico Mikhail Bakhtin para fundamentar a análise discursiva do *corpus* da presente pesquisa se justifica, pois tal perspectiva permite analisar nas notícias, nos anúncios, nas propagandas, etc, os discursos implícitos e explícitos materializados nesses textos, levando em consideração o contexto social, histórico, cultural e ideológico de determinado período histórico, tendo em vista que, na compreensão de tal autor, o processo de veiculação do discurso por mais que possa parecer que foi realizado por um único sujeito, como por exemplo, um jornalista que constrói uma notícia ou um publicitário que elabora uma propaganda, o processo de apreensão e transmissão do discurso não é individual, mas sim cultural, social e historicamente constituído. Além disso, como bem salienta Barros (2005), uma das grandes contribuições de Bakhtin, versa sobre, entre outras coisas, a questão deste entender o discurso como a especificidade das Ciências Humanas e ainda por compreender que homem não só é conhecido através dos textos, mas também se constrói enquanto objeto de estudos nos textos ou por meio deles.

Antes de adentrar e compreender a noção discursiva de Bakhtin se faz necessário entender primeiramente o que ele pensou com relação à comunicação humana, à linguagem, ao dialogismo, à enunciação e ao enunciado, uma vez que estas são categorias muito caras à obra bakhtiniana e que estão intimamente vinculadas a sua formulação de discurso.

Primeiramente, é de suma importância destacar que os estudos de Bakhtin possibilitaram o desenvolvimento de uma teoria no âmbito do fenômeno da enunciação, estabelecendo uma abordagem linguística que procura em seus pressupostos associar a forma e o uso da língua como componentes que irão contribuir para o estabelecimento do sentido no discurso. A linguagem, nesse contexto, passa a ser tratada como social, viva, dinâmica, ideológica e interativa.

Na concepção bakhtiniana de comunicação, a unidade da língua deixa de ser restrita apenas aos aspectos estritamente linguísticos, para atingir uma dimensão mais complexa: o enunciado. Bakhtin (2004) conceitua este como sendo a unidade real da comunicação verbal, para ele, a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um sujeito do discurso. Este vai se moldar à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante.

Neste sentido, pode-se caracterizar o enunciado como um ato vivo na comunicação humana, o qual possibilita que o outro possa estabelecer juízo de valor a respeito do que se pronuncia no discurso. Logo, o enunciado não pode ser limitado a construções morfológicas, sintáticas, assim como a orações ou a parágrafos, uma vez que ele vai expressar a linguagem enquanto um processo dinâmico. A esse respeito Bakhtin (2004, p.297) esclarece que

As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente lingüística), ou combinação de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da fala – palavras, combinação de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade da fala (o que acontece na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal.

O interlocutor, que no passado era caracterizado como um mero espectador passivo em esquemas de comunicação unidirecionais: emissor – mensagem – receptor, assume uma função ativa durante a comunicação, uma vez que se entende que ele pode assumir uma postura no instante da interação comunicativa. O sujeito ao receber e compreender a significação de um discurso, segundo Bakhtin (2004), adota simultaneamente uma *atitude responsiva* ativa, na qual ele concorda ou discorda, completa ou adapta, apronta-se para executar.

A postura ativa assumida pelo outro na comunicação expressa a noção de dialogismo presente nos estudos bakhtinianos. A interação que se estabelece por meio da resposta ou compreensão por parte dos interlocutores implica uma relação dialógica, já que os locutores no instante do processo de interação verbal participam de forma conjunta para construção do sentido no discurso. Brait e Melo (2005, p.156) afirmam que Bakhtin analisa a dialogia entre ouvinte e falante como

[...] um processo de interação “ativa”, quer dizer, não está no horizonte de sua formulação o clássico diagrama espacial da comunicação fundado na noção de transporte da mensagem de um emissor para um receptor, bastando, para isso, um código comum. Para Bakhtin ‘Todo discurso só pode ser pensado, por conseguinte, como resposta. O falante, seja ele quem for, é sempre um, contestador em potencial.

A noção de comunicação como ação dialógica passa a conceber a linguagem como um ato interativo, social, histórico e ideológico. A comunicação humana será entendida como um processo de construção coletiva que se dá pela inter-relação entre o locutor e o Outro, propiciando um entrelaçamento de várias vozes discursivas. No que concerne a concepção do *outro* em Bakhtin, entende-se que

[...] o outro de que fala Bakhtin é condição do próprio discurso porque não é identificado nem com um interlocutor físico, nem com o objeto do discurso. O dialogismo acena concomitantemente para um atravessamento de outros discursos, constitutivo da própria língua, realizado por um jogo fronteiro. Acena, também, para um atravessamento do sujeito pela alteridade da interlocução. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.59).

Referir-se a dialogismo, portanto, é pressupor um “princípio”, uma “propriedade polivalente”, que constitui as noções desenvolvidas e se instaura como uma constante comunicação com o outro, cujo processo não comporta observações estanques. O princípio dialógico em Bakhtin traz uma abordagem da “não-finalização” e do “vir-a-ser”, configurando, com isso, um princípio da “inconclusividade”, da preservação da heterogeneidade, da diferença, da alteridade (DI FANTI, 2003).

Bakhtin considera o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Para ele, o discurso não é individual, porque se constrói pelo menos entre dois interlocutores que por sua vez são seres sociais, assim como não é individual porque constrói um diálogo entre discursos. Desta forma, a noção de dialogismo pressupõe que textos orais ou escritos são construídos como um “tecido de muitas vozes”, ou seja, de muitos textos.

É justamente o contexto dialógico da linguagem que possibilita que múltiplas vozes se entrecruzem, o que Bakhtin denominou de *Polifonia*. Tal conceito é discutido na perspectiva bakhtiniana a partir da análise de romances do escritor russo Dostoievsk. A *Polifonia* implica o entendimento de que todo o discurso está atravessado por outros discursos que partem de um enunciador vivo situado em um momento histórico em um meio social determinado. Isso ocorre, pois cada sujeito se constitui como tal a partir da assimilação de palavras e discursos dos outros.

O que se profere no instante da comunicação, portanto, seja a partir de construções orais ou escritas, é permeado por falas dos outros, as quais são assimiladas, reestruturadas, adaptadas, modificadas, isto é, o discurso é constituído por vozes que já foram propagadas por um determinado indivíduo, em certo tempo, espaço e circunstância. Como bem salienta Bakhtin (2004, p.319):

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, e é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear

Em Bakhtin (1997, p.178), a “palavra” é tratada de uma forma completamente diferente da tradicional, tendo em vista que leva em consideração “sua história, sua historicidade, ou seja, especialmente a linguagem em uso”, tornando-se “elemento concreto de feitura ideológica”. Isto é, em muitas passagens dos escritos bakhtinianos a “palavra” vai assumir a dimensão de discurso. Partindo desse princípio, a “palavra” nem sempre será empregada exclusivamente como um item dicionarizado, mas sim nas mais diferentes enunciações dos locutores, nas mais diversas enunciações de sua prática linguística.

A perspectiva bakhtiniana compreende que a “palavra” sempre se dá em contextos de enunciações precisos, logo, em contextos ideológicos precisos e, em decorrência disso, a palavra sempre estará “carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, pois “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis” (BAKHTIN, 1997, p.95).

A palavra permeia todo ato ideológico, ou seja, os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica, todos os signos não-verbais “banham-se” no discurso e não podem ser totalmente isoladas nem totalmente separadas dele. Para Bakhtin, a língua no

seu uso prático é inseparável de seu conteúdo ideológico, ou seja, ao se realizar um enunciado pode-se veicular qualquer tipo de função que pode ser de natureza ideológica, estética, científica, moral e religiosa.

Ao comungar com a concepção bakhtiniana de signo, Miotello (2005, p. 70) afirma que “[...] todo signo é signo ideológico, isto é, como os signos linguísticos revestem-se de sentidos próprios nas diversas relações sociais e são produzidos em função do interesse de um grupo específico”. Assim, compreende-se o signo como a palavra que carrega os valores sociais dos grupos humanos organizados.

Vale enfatizar que nas postulações bakhtinianas a ideologia é concebida como a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens. Ela se apresenta nas dimensões da *ideologia oficial* – dominante, estável e imutável, legitimada por instituições e da *ideologia do cotidiano*, que é aquela que emerge do contexto prático, casual, social, descomprometido e que se concretiza de forma mais lenta, haja vista que se dá nas práticas e relações cotidianas.

Partindo desse caráter ideológico da palavra, Bakhtin (1997) evidencia um ponto fundamental da enunciação, ao afirmar que por mais completa que seja a enunciação é apenas uma fração de uma comunicação verbal ininterrupta. O discurso (palavra) está “impregnado” de discursos que o antecederam – seja para confirmar, refutar, antecipar respostas – e determinará, por assim dizer, discursos futuros. Em decorrência disso, explica Bakhtin (2004, p.289), a “palavra” não tem autor, “ela é de ninguém”.

Bakhtin (1997) compreende que um discurso é sempre composto de um significado e de um sentido. O significado vai remeter ao sentido comum aos sujeitos de um dado grupo social; que quase sempre apresenta a mesma acepção. Já o sentido vai estar em consonância com a situação enunciativa que o produz, assumindo contornos sempre novos e de acordo com certo contexto discursivo, que vai propiciar ao sentido assumir, em dada circunstância, uma natureza valorativa. Segundo Bakhtin (1997, p.132-134),

A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da significação é a seguinte: o tema constitui o estágio superior real da capacidade linguística de significar. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o estágio inferior da capacidade de significar. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto. A investigação da significação de um ou outro elemento linguístico pode, segundo a definição que demos, orientar-se para duas direções: para o estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior, o da significação: nesse caso, será a investigação da significação da palavra no

sistema da língua, ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada.

No tratamento analítico das peças, **Etapla 4**, serão utilizadas as seguintes categorias bakhtinianas: 1) o discurso ideológico; 2) o discurso Polifônico; e 3) o discurso com sentido e significado, (sintetizadas na imagem 4). No processo de análise serão levados em consideração os seguintes aspectos das peças: i) o título da peça, ii) o corpo do texto e iii) os componentes imagéticos das notícias, anúncios, propagandas e da Galeria Infantil. Em decorrência do grande número de peças, serão analisados 3 exemplares por categoria, cujo critério de seleção destes foi aleatório, tendo em vista que apresentavam temática e configuração muito semelhantes, não havendo, assim, diferenças significativas entre as peças de cada categoria que pudesse permitir a criação de critérios seletivos

IMAGEM 4: Categorias bakhtinianas de análise



Fonte: Baseado em Bakhtin (1997; 2004)

SEÇÃO IV:

Os Discursos sobre a Infância nos Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte” na Primeira Década do Século XX (1900-1910)

A presente seção objetiva discutir o posicionamento discursivo dos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte” sobre a infância na primeira década do século XX, a partir da perspectiva discursiva bakhtiniana. Para tanto, apresenta a análise de 39 peças jornalísticas: 9 (nove) notícias; 9 (nove) anúncios; 6 (seis) exemplares da Galeria Infantil; e 15 (quinze) propagandas, que foram distribuídas em 14 (catorze) categorias analíticas: notícias de crianças abandonadas; notícias de acidentes domésticos com crianças; notícias de acidentes com crianças no trabalho; anúncios de ofertas de trabalho para crianças; anúncios de fuga de crianças; anúncios de crianças desaparecidas ou perdidas; Galeria Infantil e a imagem bela, formosa e inocente da criança; Galeria Infantil e a representação da criança como sujeito de um futuro promissor; propagandas de alimentos para crianças; propagandas de fortificantes para crianças; propaganda de medicamentos para verminoses; propagandas de medicamentos para o tratamento de doenças respiratórias; propaganda de colégios de educação para meninos e meninas; propagandas de colégios para meninas

4.1. Discursos sobre a infância em notícias dos Jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”.

4.1.1. Notícias de crianças abandonadas

Nesta categoria se enquadram as notícias que apresentam como temática o abandono de crianças pequenas em vias públicas ou na porta de residências. Na pesquisa realizada nos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, observou-se que esta era uma temática recorrentemente noticiada, o que sinaliza que esse ato era uma prática comum na época.

A notícia retratada na imagem 5, cujo título é “*Crença exposta*”, veiculada pelo jornal “Folha do Norte” discorre, por exemplo, acerca de uma situação na qual uma criança recém-nascida, branca e do sexo feminino foi abandonada em frente a uma vacaria - um curral específico para comportar vacas, sendo encontrada por uma senhora que vivia na companhia de um dos donos do referido estabelecimento.

IMAGEM 5: Notícia “Crença exposta”

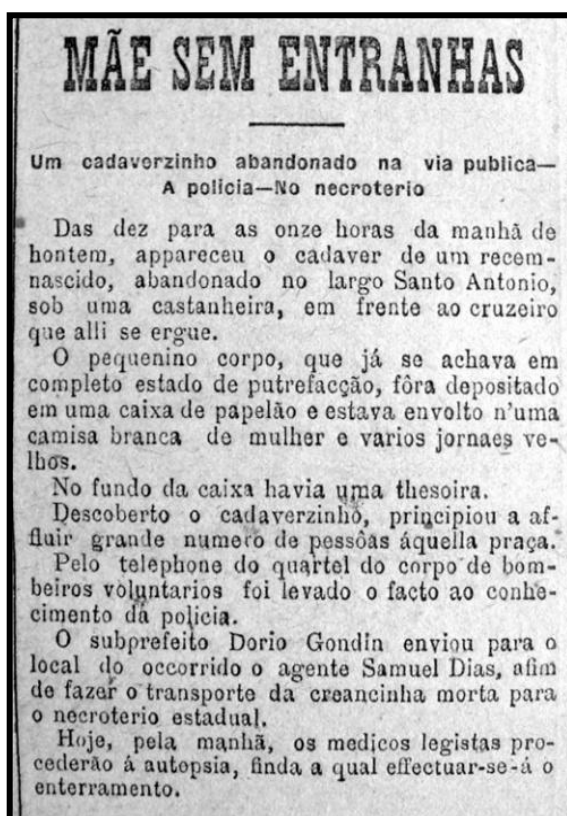


Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 28.10.1905

Como se pode notar a partir da leitura desta notícia, a criança encontrada é tratada por meio de expressões diminutivas como: “*creancinha*” e “*pequena exposta*”, o que serve para estabelecer um sentido de pena e/ou compaixão para com a situação da criança por parte do jornal, já que esta é vista, como é expresso no enunciado do título, como uma “*creança exposta*”, ou seja, um ser que não possui a capacidade de autodefesa, logo, está sujeito à exposição a diferentes situações de risco, a exemplo das condições climáticas, como inclusive é narrado, pois a criança foi encontrada em meio “*à chuva que naquella hora cahia*”.

A notícia ilustrada na imagem 6, denominada “*Mãe sem entranhas*”, também publicada no jornal “*Folha do Norte*”, aborda o caso de um cadáver de um recém-nascido que foi abandonado no espaço público. Ele estava já em alto estado de decomposição, o que leva a inferir que a criança já estava morta há algum tempo em ambiente privado ou que fora deixado há certo tempo em tal local, e só naquele momento foi encontrada. O corpo da criança, a partir do que é relatado, estava envolto de uma veste de mulher, que possivelmente pertencia a sua genitora, bem como envolvido em jornais velhos. Além disso, é dito que na caixa na qual o corpo foi depositado, encontrou-se uma tesoura, que talvez tenha sido o instrumento utilizado para cortar o cordão umbilical do recém-nascido.

IMAGEM 6: Notícia “Mãe sem entranhas”



Fonte: Jornal *A Província do Pará*, de 28.10.1906

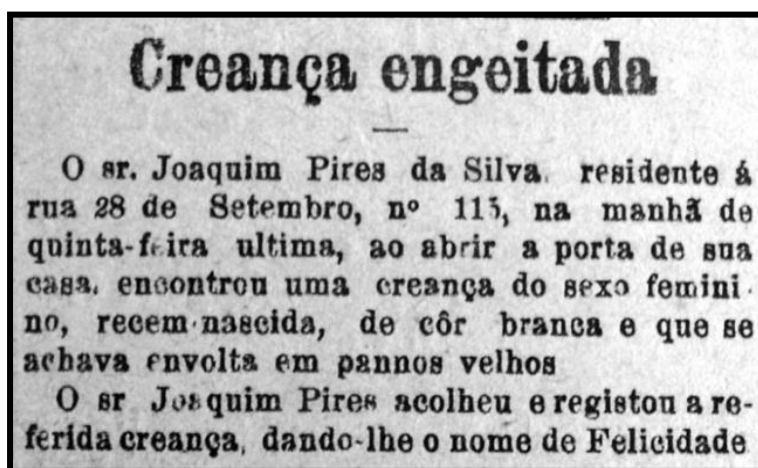
Pode-se notar que o enunciado do título da notícia “*MÃE SEM ENTRANHAS*”, evidencia o posicionamento discursivo do jornal perante esse ato, (des) qualificando a mãe, que pelo que o periódico indica vem a ser a responsável pelo ocorrido, como sendo uma mulher de má índole, sem sentimento, sem apego materno, tendo em vista que foi capaz de cometer tamanha atitude com um ser que é fruto do seu próprio ventre.

Além disso, percebe-se que ao longo da notícia que o jornal se refere à criança com expressões como “o *pequenino corpo*”, “*cadaverzinho*”, “*creancinha morta*”, as quais imprimem discursivamente ao texto, de certa maneira, um sentido de consternação pelo acontecido e até mesmo de pena do recém-nascido, haja vista que tais expressões, semanticamente, contribuem para ratificar a imagem deste como um sujeito desprotegido, que não tem qualquer capacidade de defesa e, por isso, veio a óbito.

Já a notícia intitulada “*Crença engeitada*”, expressa na imagem 7, discorre acerca de uma criança que foi abandonada na porta da casa de um senhor, denominado de “*Joaquim Pires da Silva*”. O fato se deu quando este ao abrir a porta de sua residência avistou uma menina recém-nascida, da cor branca e que estava envolta de panos velhos. O referido senhor, de acordo como o que informou o jornal “*Folha do Norte*”, acolheu a criança e a registrou

com o nome de “*Felicidade*”. Ao apresentar tal informação, acredita-se que jornal intencionou mostrar, metaforicamente, o novo rumo que o destino da menina tomou, antes um “*Creança engeitada*” – desprezada, largada, abandonada, mas que agora, a partir do nome que foi dado, encontrou “a felicidade em uma família”.

IMAGEM 7: Notícia “Creança engeitada”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 31.08.1907

A questão das crianças “expostas” e “engeitadas”, como é retratada nas notícias acima, remete a uma prática que já é conhecida desde o Período Colonial brasileiro, quando recém-nascidos eram abandonados em lugares ermos, ruas, becos, igrejas, passando frio e fome. As principais motivações para tal atitude, geralmente, estavam relacionadas à falta de condições de criar a criança ou por esta ser indesejada, oriunda de relacionamentos socialmente condenados (NASCIMENTO, 2008).

É conveniente mencionar que objetivando amenizar esse problema, em alguns locais do país, foi criado um sistema intitulado “Roda dos expostos”. A Roda, segundo Rizzini e Pilotti (2011), consistia em um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que a pessoa que depositasse a criança fosse identificada. Tal sistema tornava possível esconder a origem das crianças, bem como preservar a honra das famílias. A primeira Roda foi criada na Bahia em 1738 e se expandiu para outros locais, o que não aconteceu com a Província do Grão Pará. Fato este que pode ser uma das causas que faz com que no início do século XX, período em são datadas as notícias analisadas, ainda seja recorrente o abandono e infanticídio de recém-nascidos.

As crianças engeitadas que não morriam quando achadas eram encaminhadas para a polícia ou eram adotadas pelas famílias que as encontravam. O que ocorreu no caso apresentado pelo jornal “Folha do Norte”, na notícia “*Creança engeitada*”, em que o “Sr. Joaquim Pires da Silva” adotou uma menina que foi abandonada na porta de sua casa. Crianças que tinham esse destino de serem recolhidas por mulheres ou “famílias amorosas” chamavam-se, de acordo com Nascimento (2008), de “filhos da sorte” e inclusive recebiam nomes que expressavam tal condição, o que foi recorrentemente percebido nas notícias encontradas, ao serem acolhidas eram denominadas de “*Felicidade*” (nome dado a menina da notícia imagem 7), “*Vitória*”, “*Esperança*”, “*Salvador*”, etc.

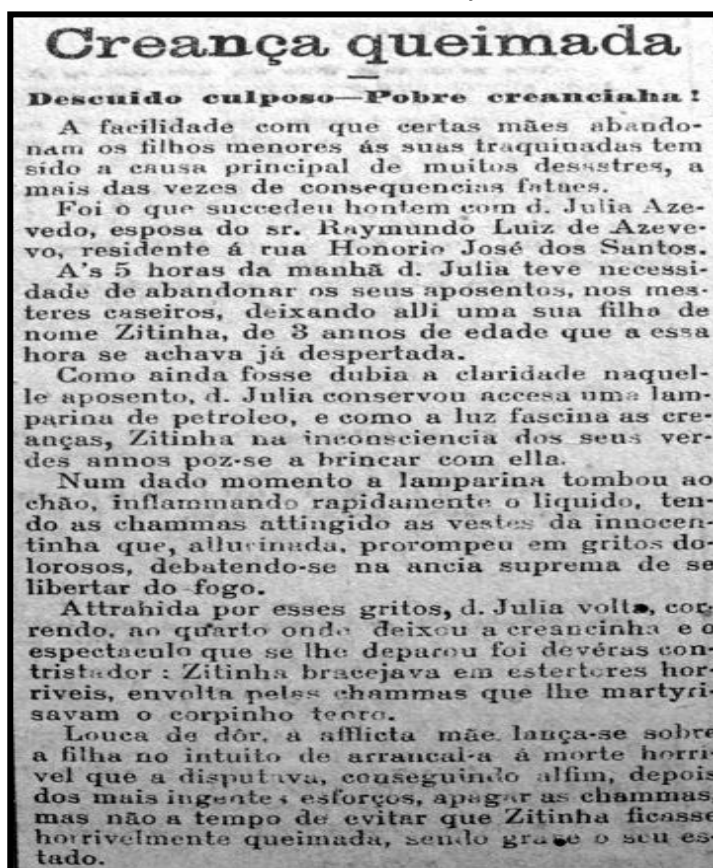
Marcílio (2011) denomina o ato de recolher e adotar crianças no referido período como a “prática de criar filhos alheios” e diz que sempre, e em todos os tempos, foi bastante difundida e aceita no Brasil. Para tal autora, eram raríssimas as famílias brasileiras que não possuíam um filho de criação em seu seio, isto mesmo antes de existir um estatuto específico para regular e tratar da adoção de crianças.

4.1.2. Notícias de acidentes domésticos com crianças

A temática de acidentes domésticos com crianças foi a mais recorrente entre as notícias encontradas, tendo dois tipos de acidentes como os mais frequentes. Em maior proporção, têm-se acidentes com lamparinas e substâncias inflamáveis como o querosene, por exemplo, os quais vitimavam as crianças com graves queimaduras e até levando-as a morte; em segundo lugar encontram-se os acidentes em decorrência de afogamentos em poços, que ocorriam enquanto as crianças realizavam a tarefa de abastecer água para a sua residência ou quando estas brincavam perto deles.

A notícia “*Crença queimada*”, produzida pelo jornal “Folha do Norte”, imagem 8, trata de um acidente ocorrido com uma menina de três anos de idade chamada “*Zitinha*”, que na ausência de sua mãe – que necessitou sair por alguns momentos do quarto, começou a brincar com a chama da lamparina que iluminava o ambiente, ao mexer em tal objeto este caiu tendo o líquido desta se espalhando pelo chão e atingindo a roupa da menina que ficou em chamas, provocando graves ferimentos.

IMAGEM 8: Notícia “Creança Queimada”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 06.01.190

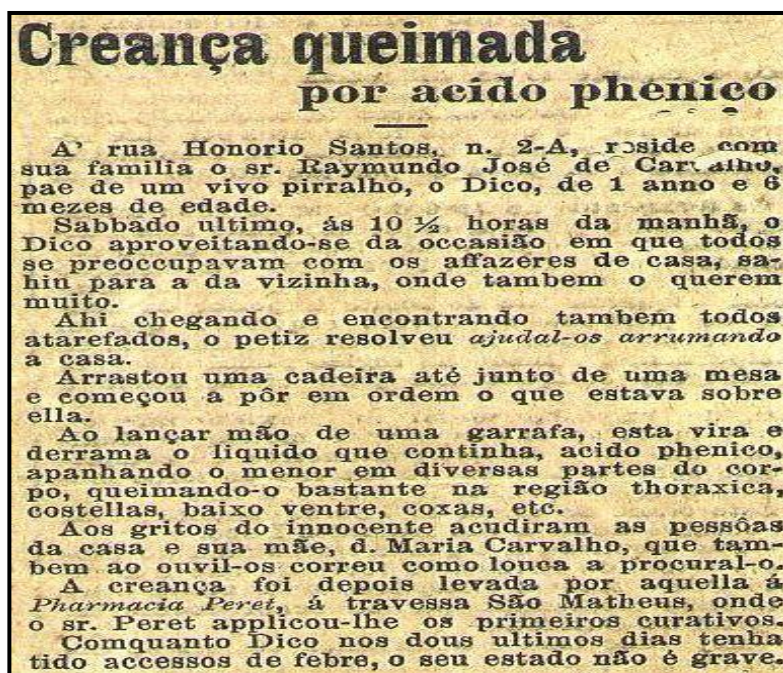
Observa-se que o jornal faz questão de se posicionar perante o ocorrido, qualificando o fato como “*um descuido culposo*”, como é destacado no subtítulo da notícia. Essa postura assumida pelo jornal fica bastante clara logo no início do corpo da notícia, quando se atribui às mães a responsabilidade por ocorridos dessa natureza, quando é enunciado que “*a facilidade com que certas mães abandonam seus filhos tem sido a causa, de muitos desastres, mais das vezes de consequencias fataes.*”

Já a criança é tratada como a “*pobre creancinha*”, a “*inocentinha*”, a menina que possui um “*corpinho*”, no qual tais termos contribuem para enfatizar toda a impotência e fragilidade da “*Zitinha*”, o que também converge para reforçar a possível irresponsabilidade da mãe que errou gravemente ao deixar uma criança pequena “*na inconsciência de seus verdes anos*” sozinha.

A notícia referente à imagem 9, que se intitula “*Creança queimada por ácido phenico*”, trata de um acidente ocorrido com um menino chamado “*Dico*”, de um ano e seis meses de idade. O fato se deu quando a criança aproveitando do descuido dos familiares, que

se preocupavam com as tarefas de casa, saiu para a residência de uma vizinha, onde também estavam realizando alguns afazeres domésticos, foi então que o garoto começou a se envolver com o que estava sendo realizado e se dispôs a mexer em uns objetos que estavam espalhados desordenadamente sobre uma mesa. Em determinado momento, ao pegar uma garrafa contendo “*acido phenico*”, o garoto derramou o conteúdo, que lhe atingiu em várias partes do corpo, provocando nele graves queimaduras.

IMAGEM 9: Notícia “creança queimada por acido phenico”



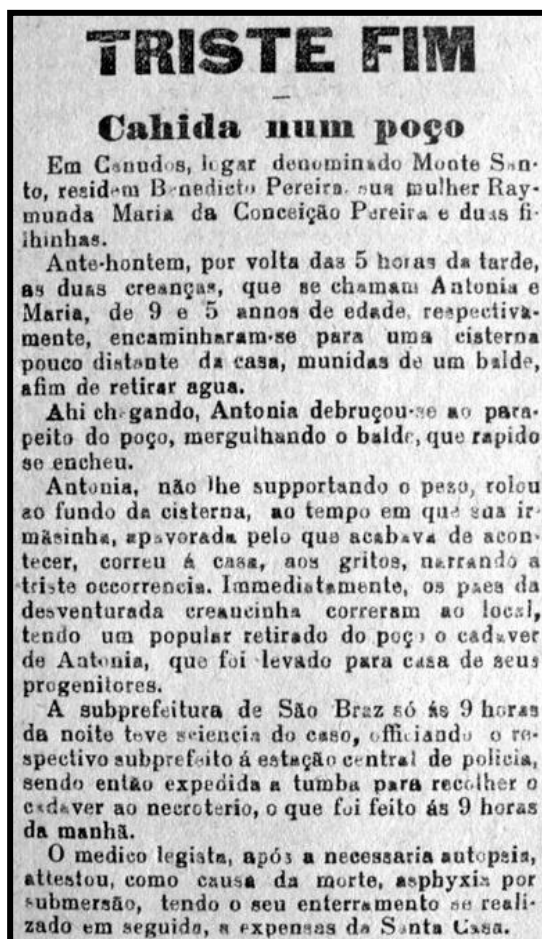
Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 05.01.1909

Nota-se que algumas informações pontuadas pelo jornal sugerem, assim como na notícia apresentada acima, certa falta de cuidado dos pais, que, por exemplo, não se preocuparam com uma criança de tão baixa idade, ao ponto desta sair de casa sem os pais saberem e que somente se deram conta que o garoto não se encontrava na residência quando este gritava em decorrência das queimaduras; e só a partir daí a mãe resolve procurá-lo. Além disso, o próprio fato da vizinha ter deixado o menino de um pouco mais de um ano “ajudar” nas atividades também pode sinalizar alguma despreocupação para com este.

A notícia “*Triste Fim*”, publicada no jornal “Folha do Norte”, imagem 10, traz como assunto um acidente ocorrido com uma menina de nove anos de idade denominada “*Antonia*”, que juntamente com sua irmã “*Maria*”, de cinco, foi retirar água de um poço que ficava a certa distancia de sua casa. Quando a garota mais velha se debruçou para pegar água, o balde

rapidamente se encheu e ela não conseguiu sustentar o peso deste e acabou caindo dentro do poço, vindo a falecer por afogamento.

IMAGEM 10: Notícia “Triste fim”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 08.10.1910

O jornal trata o fato como uma fatalidade, que fez com que “*Antonia*” tivesse, como bem é enfatizado no enunciado do título, um “*TRISTE FIM*”. Tal ideia também é ratificada pelo próprio modo como a menina é referida “*a desventurada creancinha*”, ou seja, alguém que é desgraçado, infeliz, desditoso e que, por isso, teve esse destino trágico ao cair no poço. Percebe-se que em nenhum momento o jornal sinaliza sobre o perigo de duas meninas de nove e cinco anos estarem realizando uma atividade que apresentava riscos e que é pesada para uma criança, que acabou por não dar conta desta, pois, infere-se que o peso do balde ficou acima do que ela poderia suportar, pela idade e tamanho, ocasionando esse grave e fatal acidente.

Os discursos que estavam presentes nas notícias de acidentes ocorridos com crianças estavam centrados na falta de cuidados das famílias, especificamente das mães que não

cuidavam da forma como deveriam e, por isso, a criança estava sujeita a inúmeras situações que lhes traziam consequências sérias como doenças, ferimentos, lesões e até mesmo a morte. E a fim de contornar a “falta” de cuidados e de conhecimentos das mães, as autoridades, principalmente a partir da figura dos médicos, veiculavam conhecimentos da Puericultura e mesmo após receber tais conhecimentos se alguma coisa viesse a acontecer com a criança, segundo Martins (2004), ainda assim a responsabilidade seria toda da mãe, pois esta recebeu todas as informações necessárias, mas não soube cuidar do filho.

A questão do cuidado com as crianças era inclusive alvo de matérias publicadas no jornal “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, a fim de instruir as mães sobre as formas mais adequadas e cientificamente comprovadas de criar seus filhos, como pode ser evidenciado na matéria publicada no jornal “A Província do Pará”, de autoria do “Dr. Nascimento Gurgel” - um especialista, isto é, um sujeito “cientificamente” autorizado para tratar sobre o assunto, a qual informa diversos procedimentos às mães:

A terra é um brinquedo perigoso, pois além de corpos estranhos perigosos tem micro-organismos diversos, como os do tétano, tuberculose, corbusculo, etc, por isso debes evitar que seus filhos brinquem com ela (...)
 É preciso que tenhas cuidado com a água seja de mar, rio, lago ou poços, que as crianças adoram estar imersas para evitar contaminação e não debes deixar que os pequenos passem muito tempo com as roupas molhadas para não adquirirem coceiras (...)
 As crianças que se divertem ao brincar com animais domésticos (cão, gato, porco, galinha, etc.), pois estes podem passar doenças veiculadas por pulga, carrapatos e percevejos. (...)
 Cito ainda as mães que tem o costume de colocar nos pescoço das crianças berloques diversos (mãozinha de madeira, dentes, botões, etc.) que causam irritação e ferimento na pele sensível dos pequenos.”(HIGYENE INFANTIL, FOLHA DO NORTE , 1908, p. 1)

É importante evidenciar que todo esse discurso da mulher, enquanto quase que exclusiva responsável pelo criar e cuidar, é historicamente construído, uma vez que foi colocado a ela o dever de zelar pela criação, educação e saúde das crianças, ou seja, ao longo da história e em todos os meios sociais o tratar da infância vem sendo concebido como assunto de mulher (CARVALHO, 1999).

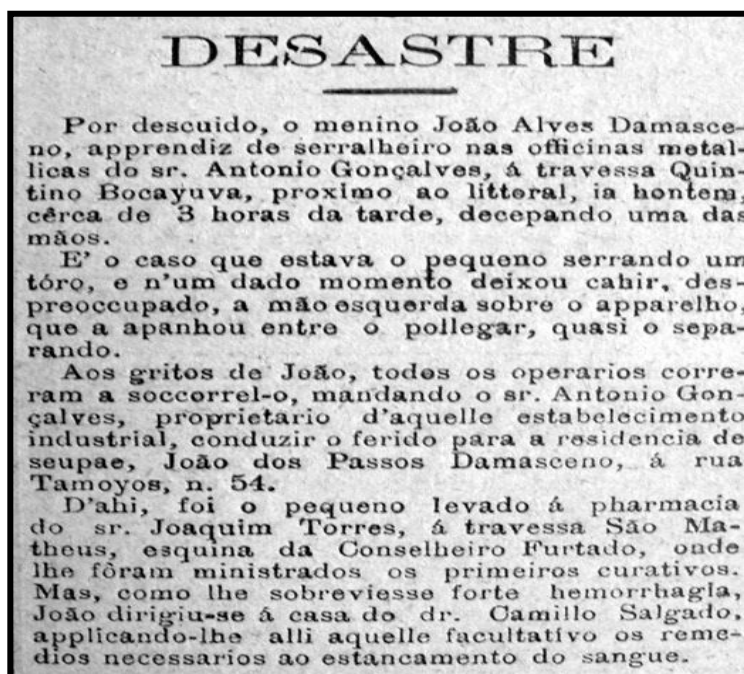
Convém pontuar, além disso, em algumas situações, que os jornais não atribuem diretamente às mães a responsabilidades dos acidentes, sobretudo, quando a criança estava em situações de trabalho, como se nota na notícia “*Triste Fim*”, imagem 10. Nestes casos, o ocorrido se dá por falta de sorte, acaso, descuido, o que não deixa de se assemelhar com o posicionamento dos jornais perante as notícias de acidentes no trabalho, o qual será

apresentado a seguir, pois também a criança está trabalhando, mas com a diferença de realizar atividades de cunho doméstico, ou seja, de qualquer forma se está exercendo o nobre e moralizante trabalho, tão discursado na época, o que poderá ser percebido com mais detalhe nos exemplares da categoria subsequente.

4.1. 3. Notícias de acidentes com crianças no trabalho

As notícias que se enquadram nessa categoria tratam de acidentes ocorridos com crianças no local de trabalho, que provocavam graves danos a elas, tais como queimaduras, ferimentos, mutilações e até mesmo a morte. A notícia intitulada “*DESASTRE*”, ilustrada na imagem 11, relata um acidente ocorrido com um menino chamado “*João Alves Damasceno*”, que exercia a função de aprendiz de serralheiro em uma oficina de metalurgia. Conforme o que é informado pelo jornal, o acidente se deu quando o garoto realizava a tarefa de serrar “tôro” (pedaço de tronco de árvore) e foi vítima de um corte grave na mão esquerda, quando esta deslizou em direção ao aparelho que ele manipulava para desenvolver seu trabalho.

IMAGEM 11: Notícia “Desastre”



Fonte: Jornal *A Província do Pará*, de 18.02.1905

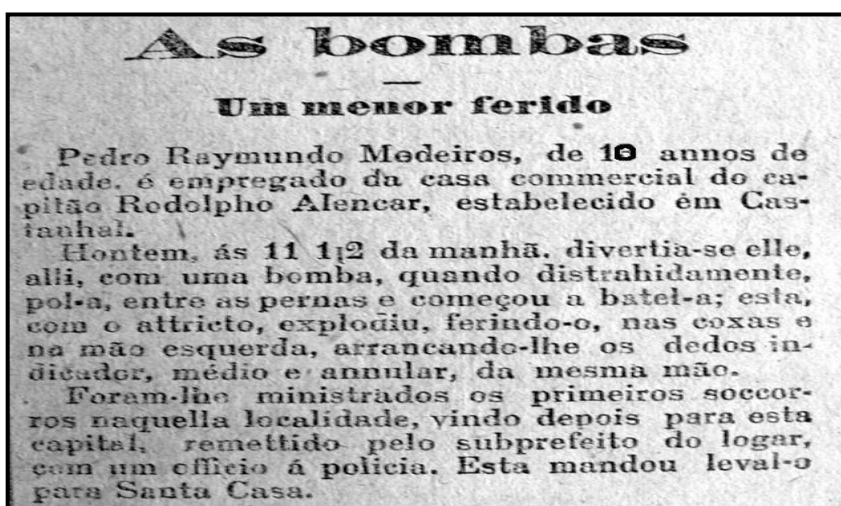
Segundo o jornal “*A província do Pará*”, o acidente se deu por descuido, tendo em vista que o menino executava tal atividade de modo “*despreoccupado*”. Percebe-se que em nenhum momento é mencionada a questão do perigo de tal atividade, que o espaço oferecia

risco para uma criança que o próprio jornal enfatiza em dois momentos ser um menino “pequeno”; muito pelo contrário, pois o próprio enunciado do título, “*DESASTRE*”, já evidencia que o acidente se deu em virtude do acaso, de uma fatalidade, o que, de certo modo, eximi possíveis responsáveis pelo referido acidente.

Outro aspecto que chama a atenção nesta notícia diz respeito ao atendimento prestado ao menino, que primeiramente é socorrido pelos outros operários que ali estavam, quando ouvem seu grito de dor. Em seguida, o proprietário do estabelecimento, o “*Sr. Antonio Gonçalves*”, manda o ferido para a residência de seu pai; fato este que evidencia que o empregador não se sentia responsável pelo acidente, o que pode ser justificado pelo próprio tom impresso por parte do jornal, o qual considera que tudo foi um acidente, um descuido, uma desatenção da própria vítima. Logo, cabia à família prestar os devidos cuidados ao garoto.

Já a notícia “*As bombas*”, imagem 12, publicada no jornal “*Folha do Norte*”, informa um acidente ocorrido com um menino de 10 anos, denominado de “*Pedro Raymundo Medeiros*”, que trabalhava como funcionário em uma casa comercial, no município de Castanhal/PA. O fato se deu quando ele manipulava uma bomba, a qual se pode inferir que seja um produto de venda de tal comércio, que explodiu ferindo-o em várias partes do corpo, inclusive, decepando alguns dedos da mão.

IMAGEM 12: Notícia “*As bombas*”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 22.06.1909

Por meio do que é relatado ao longo da notícia, nota-se que o jornal atribui tal acontecido ao menino, uma vez que este se divertia de maneira distraída com um artefato perigoso que por “fatalidade” veio a explodir. Assim como na notícia anterior, em nenhum

instante se faz referência que o local pudesse apresentar perigos para uma criança, como por exemplo, a existência de bombas, produto este passível de acidente e que teoricamente deveria ser manuseado por um adulto, muito menos expressa qualquer menção a possíveis responsáveis por tal acidente.

Na notícia “*Uma explosão*”, que está ilustrada na imagem 13, publicada no jornal “A Província do Pará”, relata um acidente ocorrido com uma criança de 12 anos chamada “*Anselmo Cantuaria Gomes*”, que trabalhava como aprendiz de caldeira a bordo de uma lancha. O acidente aconteceu quando o menino realizava um serviço de soldagem e acidentalmente o instrumento que ele utilizava no momento entrou em contato com uma lata de querosene, provocando uma grande explosão, cujas chamas atingiram-no gravemente, levando-o ao óbito horas depois.

IMAGEM 13: Notícia “Uma explosão”



Não podendo se conter em pé, Anselmo começou a rolar no fundo da lancha, até que as chamas se extinguiram, deixando-o totalmente queimado e em horrível estado.

O pessoal de bordo conduziu o pobre de Deus para as oficinas, ao tempo em que era chamado o dr. Henrique Imbassahy, medico do arsenal de marinha, o qual promptamente compareceu e tratou o ferido.

Pouco depois, os seus collegas levaram-no, n'uma rede, para a sua residencia, á rua Jurunas, 106, esquina da rua Conceição, onde o envolveram, nu, em folhas verdes de bananeira.

A policia, logo que teve sciencia do facto, enviou para aquella casa o agente Antonio Rola com ordem de promover a remoção do enfermo para o hospital de Caridade, o que se não effectuou por estar o infortunado rapazito entregue aos cuidados de sua familia. Ás 5 horas foi chamado o dr. Dantas, afim de o medicar convenientemente. Este facultativo, depois de examinar o doente, receitou vários medicamentos para uso externo.

Infelizmente, quando os remedios chegaram da pharmacia Anselmo succumbia nos braços de sua angustiada mãe, no meio de dores inenarraveis. O obito deu-se ás 6 horas da tarde.

Anselmo Cantuaria Gomes era de cor parda e natural d'este Estado; tinha apenas 12 annos edade e era filho de Leonôr Francisca Corrêa.

Na officina em que apprendia o officio de caldeireiro, o que ganhava diariamente applicava á manutenção de sua mãe, que ainda fica com 3 filhos: Luiz, de 19 annos; Izabel, de 18; e Maria, de 8.

Durante a noite, grande numero de pessoas compareceram á casa da victima, attrahidas pelos commentarios feitos accêrca da fatal occorrença.

O cadaver de Anselmo Gomes será inhumado hoje, ás 10 horas da manhã, no cemiterio Santa Izabel.

Fonte: Jornal A Província do Pará, de 25.08.1905

No transcorrer desta notícia chama a atenção certas expressões com as quais a criança em questão é referenciada: “*o infeliz Anselmo*”, “*o pobre Deus*” e “*o infortunado rapazito*”, as quais corroboram para expressar o sentido de que o acidente apenas se deu em decorrência de uma fatalidade, de algo que aconteceu por falta de sorte ou por infelicidade do menino, isto é, a partir dessa ideia, assim como se pode notar nos exemplares acima apresentados, em nada é ressaltado com relação ao ambiente de trabalho e aos perigos da atividade por ele desenvolvida, a qual envolve alta temperatura, fogo, substâncias inflamáveis, entre outros.

Outro aspecto importante que merece ser pontuado diz respeito ao destaque dado pelo jornal “A Província do Pará” ao fato do menino estar aprendendo o ofício de caldeiro e fazer uso do dinheiro advindo de seu trabalho para ajudar no sustento de sua mãe e seus três irmãos. Dessa forma, infere-se que este fato ao ser salientado serve, de certa maneira, para discursivamente valorizar, dignificar o ato de trabalhar, mostrando esta ação do garoto como correta e/ou exemplar, não levantando em nenhum momento as possíveis consequências de uma atividade de risco para um sujeito de apenas 12 anos de idade.

A partir do que foi percebido nas três notícias desta categoria, tornou-se possível notar que o trabalho envolvendo crianças e adolescente era uma prática bastante comum no período pesquisado, bem como os acidentes que estas estavam sujeitas, tendo em vista que embora fossem denominadas de “aprendizes”, as crianças, em sua maioria meninos, realizavam trabalhos de adultos.

Segundo Moura (1999), nesse contexto, a mão-de-obra infantil era bastante utilizada por ser mais em conta do que a de um adulto, por isso, a predileção em muitos casos pelo trabalho infantil, o que pode justificar inclusive o fato das notícias analisadas terem em comum a descrição de crianças realizando atividades que não condiziam com a sua idade.

O trabalho infantil nas primeiras décadas do Brasil República, era em si pouco questionado, como pode ser ratificado no posicionamento dos jornais “A província do Pará” e “Folha do Norte”, que não teciam nenhuma consideração sobre as atividades pesadas e arriscadas que as crianças realizavam, embora a legislação de 1891, que regulamentava o trabalho infantil por ocasião do incremento de indústrias e o aumento de oficinas no país que demandou um aumento considerável da força de trabalho, apresentasse especificidades com relação às atividades que as crianças poderiam exercer, como se verifica nos fragmentos a seguir:

Art. 10. Aos menores não poderá ser commettida qualquer operação que, dada sua inexperiencia, os exponha a risco de vida, taes como: a limpeza e direcção de machinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens, correias em acção, em summa, qualquer trabalho que exija da parte delles esforço excessivo.

Art. 11. Não poderão os menores ser empregados em deposito de carvão vegetal ou animal, em quaesquer manipulações directas sobre fumo, petroleo, benzina, acidos corrosivos, preparados de chumbo, sulphureto de carbono, phosphoros, nitro-glycerina, algodão-polvora, fulminatos, polvora e outros misteres prejudiciaes, a juízo do inspector.

Art. 12. Ao infractor de qualquer disposição do presente decreto será imposta pelo inspector, com recurso para o Ministro, dentro do prazo de cinco dias, a multa de 50\$ a 100\$, conforme a gravidade do caso, sendo do dobro na reincidencia. Na imposição e cobrança das multas se observarão as regras estabelecidas relativamente ás que são impostas por infracção das disposições do regulamento do serviço sanitario¹².

Além do trabalho em oficinas e fábricas, Lacerda (2002), ao pesquisar a infância dos imigrantes no estado do Pará, no final do século XIX e início do XX, afirma que as ocupações para as crianças giravam também em torno da realização de trabalhos em comércios locais, nos quais estas ocupavam a tarefa de caixeiro em mercenárias, padarias, lojas de tecidos, entre outros. Tal trabalho “quase sempre era muito mal remunerado, além de expor esses pequenos trabalhadores a toda sorte e arbitrariedade por parte dos adultos (LACERDA, 2002, p. 397)

A notícia “A Bomba” ilustra muito bem esse tipo de ocupação atribuída às crianças, ao retratar o caso do menino “Pedro”, de dez anos de idade, que ao brincar com uma bomba no estabelecimento comercial onde trabalhava foi ferido gravemente quando o artefato explodiu. Tal acontecimento remete a um aspecto relevante a ser discutido no que tange ao acidentes que ocorriam quando as crianças brincavam no espaço de trabalho. Segundo Moura (1999, p. 269) acidentes com essa motivação eram comuns em fábricas e oficinas, em que pelas longas jornadas de trabalho as crianças não tinham tempo de viver como tal, por isso, estes locais acabavam sendo “o espaço no qual crianças e adolescentes entregavam-se às brincadeiras próprias da idade, transformando em brinquedo aquilo que eventualmente tinham nas mãos.”

Incursões bakhtinianas...

Partindo de um enfoque metodológico à luz da perspectiva bakhtiniana para analisar os discursos presentes nas notícias das categorias acima apresentadas, notou-se ser possível empregar a categoria do *discurso com sentido e significado* postulada por Bakhtin, sobretudo, no que foi revelado nas notícias de acidentes com crianças e de acidentes com crianças no trabalho, em que se verificou certas palavras com as quais os jornais “A Província do Pará” e

¹² Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>

“Folha do Norte” fazem referência às crianças: “*desarfortunado*”, “*desafortunada*”, “*desventurada*”, “*infeliz*”, “*pobre*”, por exemplo. Essas palavras estão empregadas nas notícias com a intenção discursiva que vai além de seu sentido dicionarizado, isto é, antes de intencional dizer que as crianças da qual se fala nas notícias são de fato sem sorte, sem posses, sem destino ou tristes, elas contribuem para expressar o modo como estas eram concebidas pela sociedade da época, pois como bem salienta Bakhtin (1988, p. 100),

Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um texto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções.

A palavra, nessa perspectiva bakhtiniana, assume uma dimensão interindividual, ou seja, é repleta, em sua constituição, de vozes que são ou foram utilizadas historicamente para se referir, nomear, julgar, qualificar inúmeros sujeitos, objetos e situações. Neste caso particular dos jornais paraenses analisados, as palavras acima mencionadas, contribuem para evidenciar o “valor” atribuído pela imprensa à infância, o qual remete a uma concepção de infância, principalmente a das classes economicamente desfavorecidas, que é retratada como uma categoria social em risco, descuidada, sem perspectivas, largada a própria sorte.

Outra categoria bakhtiniana encontrada remete ao *discurso polifônico* ou *polifonia*, a qual Bakhtin (2002, p. 6) compreende ser a existência de múltiplas vozes e consciências “independentes e imiscíveis”, que coexistem em um mesmo texto, não se caracterizando como meros objetos do discurso de um autor de determinado texto, mas “os próprios sujeitos desse discurso”.

Esse entrelaçamento de vozes pode ser percebido a partir do posicionamento dos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte” no que tange às notícias de crianças abandonadas, que responsabilizava enfaticamente as mães dos recém-nascidos, as quais eram tidas como desnaturadas, sem sentimento, de má índole e sem afeição pelos filhos. A postura dos jornais evidencia a voz da moral, do machismo, da religião, da Igreja, do discurso patriarcal, que se relacionam para reforçar a concepção de um modelo idealizado de mãe/mulher que deveria ser pura, submissa, fiel aos preceitos morais e religiosos, etc, pois em nada se considera o fato de que criar uma criança sem pai ou fruto de uma relação moralmente condenada era algo bastante complicado na sociedade da época, mas a todo o momento os jornais pesquisados ao se referirem a essa questão evidenciam a mãe como a única culpada.

Além disso, pode-se pontuar também a voz do saber médico que confluía para essa representação da mulher, uma vez que esta procurava difundir a ideia de que o amor materno é um sentimento inato, puro, nobre e sagrado e de que cuidar e educar a criança seria vocação natural das mulheres, logo tais atitudes expressas nas notícias contra os filhos eram inadmissíveis, e caso isto fosse feito a mãe estaria realizando “(...) uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade (...)” (ASSUNÇÃO, 1909 apud RAGO 1997, p. 35-36).

Com relação às notícias de acidentes com crianças percebeu-se a forte presença da categoria do *discurso ideológico*, o qual possibilita revelar visões de mundo ideologicamente constituídas de um dado contexto social e histórico, pois para Bakhtin (1997) os discursos materializados em textos, nesse caso exemplares de notícias, partem de uma consciência constituída por meios dos discursos ideológicos que dialogicamente o sujeito entra em contato, haja vista que a ideologia na perspectiva bakhtiniana é caracterizada como a expressão, a regulação e a organização das relações histórico materiais dos sujeitos.

Nessas notícias, ainda seguindo esse viés da forma como as mães eram concebidas pelos jornais, observa-se que estas eram tratadas como as responsáveis diretas pelas fatalidades ocorridas com as crianças, expressando a concepção de mulher como responsável única pelo cuidar das crianças, visão ideologicamente reforçada e difundida nesse contexto no qual as notícias analisadas se inscrevem. Esta compreensão é uma tônica deste momento histórico que foi intensificada a partir do discurso médico e higienista que passa a ser bastante difundido nos finais do século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, no qual a mulher deveria assumir o seu instinto natural e sua responsabilidade para com as crianças que serão o futuro da nação, com o auxílio e direcionamento da própria Puericultura, que começava a ser instituída enquanto ramificação do higienismo para especificamente dar conta do cuidado e da saúde das crianças nos anos iniciais do século XX.

Desse modo, “tudo que ela [a mulher] tem que fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 1997, p. 75); enquanto que os homens serão os sujeitos destinados ao trabalho fora do lar, o que evidencia a própria questão do discurso machista, que ainda hoje apresenta seus ecos na sociedade contemporânea. Para Rago (1997, p. 80), neste contexto,

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a

obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. “Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação” (RAGO, 1997, p. 80).

Corroborando nessa direção, Sarges (1998), ao tratar do contexto do estado do Pará, diz que o discurso que se tinha sobre a mulher, principalmente, a pertencente às camadas mais pobres nos primeiros anos do século XX, estava bastante presente nos discursos de Antônio Lemos¹³, o qual entendia que esta deveria exercer com honradez o trabalho no âmbito doméstico e sempre em prol de seu companheiro, nas palavras de Lemos, a mulher “(...) não pode ficar circunscrita ao gracioso papel de ornamento do lar. É necessário que ela seja não só a mãe de família tradicionalmente boa e amorável, mas também a companheira eficaz de inteligência culta que com o esposo compartilhe as lutas cotidianas (...)”

O *discurso ideológico* bakhtiniano também é fortemente notado nas notícias acerca dos acidentes com crianças no trabalho, pois expressam um contexto histórico no qual o ato de trabalhar era impregnado de discurso de cunho moralizante, que reforçava a ideia de que ele dignificava o sujeito e dava a condição de pessoa honesta que contribui para a economia do país. Essa compreensão evidencia a forte presença a ideologia dominante no que tange à noção de trabalho, já que este é concebido a partir de uma visão única, estável, legitimada, ou como entende Bakhtin (1997), a partir da “*ideologia oficial*”. Este discurso está implícito na notícia “*As bombas*”, no qual o menino “*Anselmo*” morreu em uma explosão quando atuava como aprendiz de caldeiro, mas, de certo modo, é “valorizado” pelo jornal “*A Província do Pará*”, pois com o que ganhava ajudava a sua família.

Esse discurso de grande enaltecimento do trabalho recorrente na época, ideologicamente incutia a ideia de que ao fornecer a crianças e adolescentes a oportunidade de aprender uma profissão se possibilitava “resgatá-los e preservá-los do contato pernicioso das ruas, que projetava sobre as cidades, as sombras de uma crescente criminalidade (MOURA, 1999, p. 276), haja vista que a infância, principalmente a pobre, era tida como um seguimento social que deveria ser moldado, visto que potencialmente poderia tender tanto para o bem quanto para o mal. Desta maneira, procuravam-se formas de tornar as crianças mais aptas ao

¹³ Antônio José de Lemos (Maranhão, 17 de dezembro de 1843 — Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1913) foi um político e intendente brasileiro com base eleitoral no estado do Pará. Lemos foi o principal responsável pelo desenvolvimento urbano da cidade de Belém, tendo projetado uma série de modificações que regeriam a vida do cidadão paraense àquela época, sendo tratado como “o maior administrador municipal dos últimos tempos”, além de ser dono do título de mais poderoso e recorrente mito político da Amazônia.

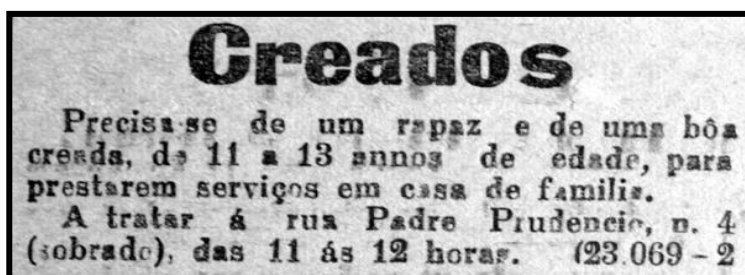
trabalho, nesse período inclusive, começa a se implantar o ensino profissional (OLIVEIRA, 2004). Porém como nem todos tinham acesso a este, muitos trabalhavam como aprendizes diretamente nas fábricas e oficinas, com quase nenhuma orientação, cuidado e fiscalização.

4.2. Discursos sobre a infância em anúncios dos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”

4.2.1. Anúncios de oferta de trabalho para crianças

Os anúncios que se enquadram nesta categoria, todos extraídos do jornal “Folha do Norte”, apresentam como propósito comunicativo anunciar ofertas de emprego a crianças e adolescentes. Na maior parte das peças encontradas, o trabalho oferecido é de natureza doméstica, a ser realizado em casas de família e se destina a meninos, mas também foi possível observar, em menor proporção, anúncios de empregos para meninas.

IMAGEM 14: Anúncio “Creados”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 23.07.1902

O anúncio da imagem 14, que traz o título “*Creados*”, por exemplo, informa que estão precisando de um rapaz e de uma criada eficiente em suas funções, cuja idade deve estar entre 11 e 13 anos para prestarem serviço em casa de família. Já o anúncio “*Menino*”, imagem 15, tem como alvo especificamente meninos, como é expresso no título, e que devem ter de 10 a 12 anos de idade, também para a realização de serviços domésticos; e os interessados devem se direcionar a um estabelecimento denominado “*Padaria Hortência*”.

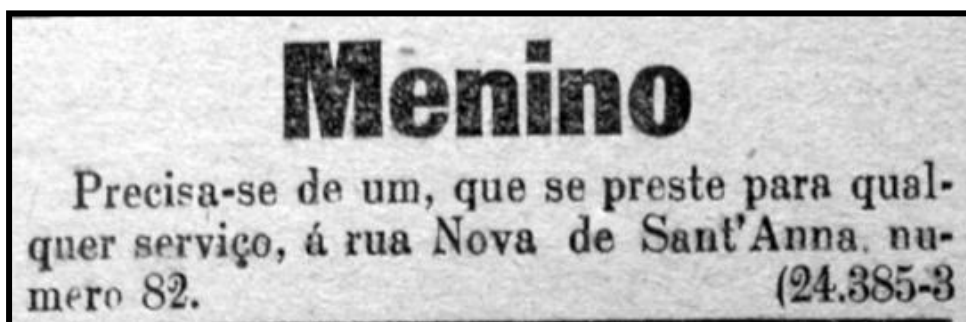
IMAGEM 15: Anuncio “Menino II



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 13.09.1906

O terceiro anúncio também intitulado “Menino”, imagem 16 apresenta um diferencial com relação aos demais, uma vez que não explicita de forma objetiva os serviços a serem desenvolvidos, pois é dito que se precisa de um menino “*que se preste a qualquer tipo de serviço*”, enfatizando que o possível empregado que aceite o cargo deverá estar à disposição de fato para qualquer tipo de atividade.

IMAGEM 16: Anúncio “Menino”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 12.01.1905

Os anúncios acima revelam, como bem pontua Ferreira (2001), que além dos trabalhos em fábricas e oficinas, ao longo da história, as crianças também eram aproveitadas em tarefas domésticas, realizando, comumente, as tarefas de ajudantes de cozinha, copeiros e criados dos filhos da casa. Esses pequenos empregados estavam sujeitos à obrigação de fazerem qualquer tipo de atividade, como se percebe no anúncio da imagem 16, ou seja, “os patrões não tinham escrúpulos em usar as crianças como bem lhes prouvessem” (FERREIRA, 2001, p. 68).

Os anúncios da categoria seguinte podem servir também para ilustrar essa outra forma de exploração da força de trabalho infantil, mas nesse caso eles oferecem indícios de uma forma de exploração mais velada, que se manifesta no interior das residências, mas pelo o que se infere, culmina com a fuga dos menores das chamadas “casas de famílias”.

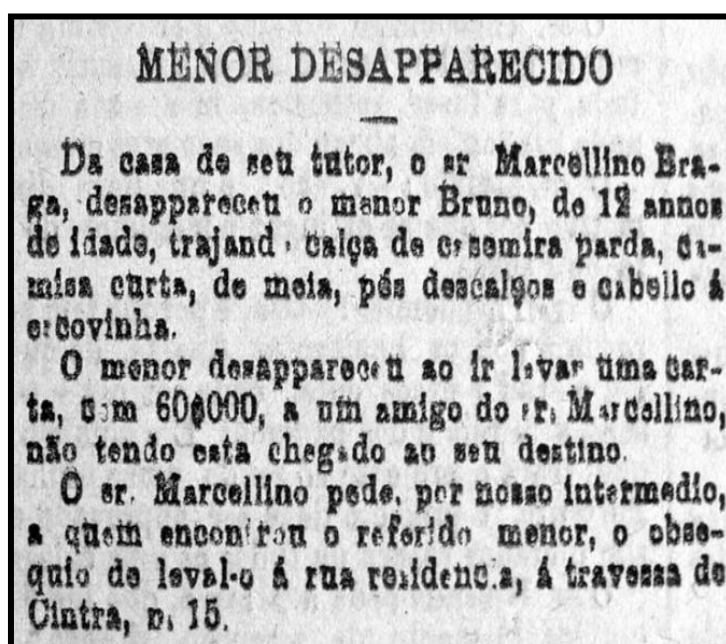
4.2.2. Anúncios de crianças fugidas

Os anúncios que se adéquam a esta categoria trazem informações sobre crianças que embora no título destes se recorra a denominação de desaparecidos ou desaparecidas, o conteúdo expressa que são, na verdade, crianças que fugiram, principalmente, de residências nas quais trabalhavam.

O anúncio ilustrado na imagem 17, denominado “*Menor desaparecido*”, por exemplo, relata o desaparecimento de um menino de 12 anos de idade, chamado “*Bruno*”, da

casa de seu tutor. O garoto quando sumiu vestia calça, camisa curta de meia, estava com pés descalços e o cabelo “à escovinha”, ou seja, utilizava o corte bem rente ao coro cabeludo (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS¹⁴). De acordo com o que é relatado pelo jornal “A Província do Pará”, o menino desapareceu da referida casa, quando ia entregar uma carta contendo a quantia de 60\$000 a um amigo de seu tutor.

IMAGEM 17: Anúncio “Menor desaparecido”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 23.02.1901

Nota-se que ao destacar tal fato, o jornal dá a entender que o acontecido não se trata apenas de um simples desaparecimento como sugere o título “*MENOR DESAPARECIDO*”, mas sim de uma fuga, tendo em vista que a quantia em dinheiro a ser entregue a mando de seu tutor não chegou de fato ao seu verdadeiro destinatário, portanto, pelo que se subentende, o garoto possivelmente não está desaparecido e sim fugido. Ao final do anúncio pede-se que quem encontrar o menor o leve a residência do “*Sr. Marcellino Braga*”, seu responsável.

O anúncio “Menina desaparecida”, imagem 18, informa o desaparecimento de “*Constantina*”, de 9 anos de idade, que levou todos os seus pertences, da casa de seu padrinho. Conforme o que foi relatado, pelo jornal “A Província do Pará”, a garota estava a algum tempo em tal residência para receber “*educação necessária*”. A menina é descrita de cor mameluca e cabelos mais ou menos crescidos.

¹⁴ Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>

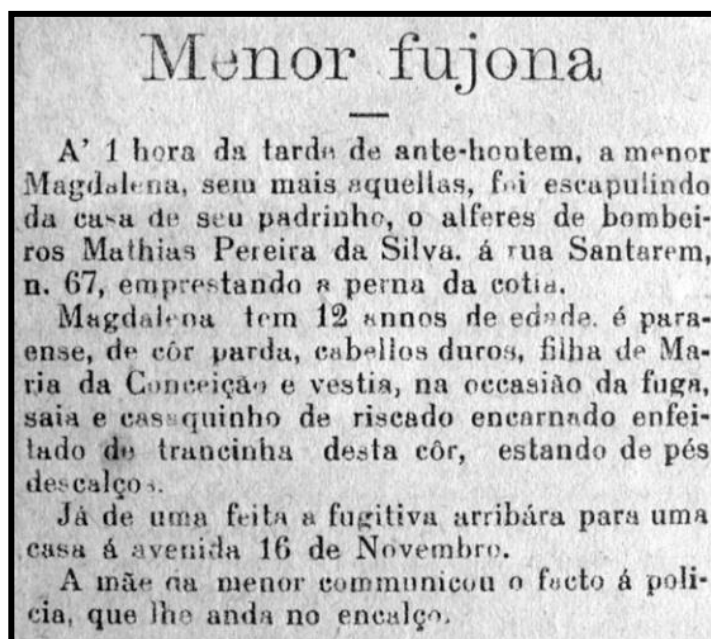
IMAGEM 18: Anúncio “Menina desaparecida”



Fonte: Jornal *A Província do Pará*, de 04.07.1905

Chama atenção, como é dito no anúncio, que o seu padrinho o “Sr. João Monteiro Barbosa”, não tomou nenhuma providência para encontrar a menina, cabendo a mãe desta a atitude de comunicar o sumiço às autoridades. Além disso, vale pontuar que a mãe diz que não há risco da menina “perder-se”. Este enunciado pode levar o leitor a duas interpretações: de que a menina não tem como se perder geograficamente pela cidade, bem como de que ela, por questões morais, não tem como se perder, isto é, cometer atos tidos como moralmente desviantes para a época.

Já o anúncio “Menor fujona” referente à imagem 19 informa explicitamente, diferentemente dos dois acima apresentados, uma fuga, como fica claro no enunciado do título. Relata o ocorrido com uma menina de 12 anos de idade, denominada “Magdalena”, que fugiu da casa de seu padrinho. A menor é descrita como sendo natural do Pará, da cor parda e de cabelos duros. É dito que a garota “escapuliu” da casa de seu padrinho, o alferes “Mathias Pereira da Silva”, emprestando a “perna a cotia”, ou seja, fugiu de forma rápida, assim como este animal, por isso a comparação. Sua Mãe, “Maria da Conceição” foi quem informou sobre o ocorrido às autoridades. No ato da fuga, conforme o jornal “Folha do Norte”, a menina trajava casaquinho de riscado encarnado enfeitado de trancinha desta cor, estando de pés descalços.

IMAGEM 19: Anúncio “Menor fujona

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 20.06.1909

As informações expressas nesses anúncios remetem a uma prática bastante presente na Amazônia, que é a questão da tutela de menores, que foi um sistema amplamente utilizado no Brasil desde o Império até a República através do qual o Estado responsável pelas crianças órfãs ou abandonadas podia passar a guarda para uma família, cabendo à criança a obrigação de cumprir o que estava determinado no acordo judicial. O mediador de tal processo era o chamado juiz de órfãos que estabelecia a tutela e em certas situações a solda (depósito bancário destinado às crianças em regime de soldada). As crianças inseridas em tal regime tinham direito a alimentação, moradia e roupas, mas, em contra partida estariam sujeitas ao trabalho não remunerado. Além disso, a criança não fazia parte legalmente da família, estando simplesmente numa posição de acolhimento legal, juridicamente reconhecido (SOUSA, 2010).

O Sistema de tutela se desenvolvia, de acordo com Mariano (2001 apud Sousa 2010), basicamente nas formas: direta, que era baseada num pedido formulado por um tutor que recorre ao judiciário para ter a guarda de uma criança; e na indireta diz respeito à necessidade de um tutor no decorrer do processo, como nos casos de defloração, abandono e casamento. Além dessas, havia a forma informal, na qual a criança está sob a guarda de um tutor sem passar por um processo judicial, embora se assemelhasse bastante à tutela formal (direta e indireta), inclusive, em alguns casos, havia o registro de contrato pelo tutor e a mãe em cartório.

Sousa (2010) aponta, ainda, uma forma de tutela denominada de “soldada informal”, que se refere aos casos em que as famílias sem recursos entregavam seus filhos para serem criados por terceiros em troca de uma quantia, geralmente, irrisória. Neste tipo de tutela, em algumas situações, o acordo estabelecido entre o tutor e a família previa a garantia de alimentação e moradia do menor em troca do trabalho, que poderia ser não remunerado ou remunerado com uma pequena quantia em dinheiro.

Pelo o que é relatado nos anúncios, infere-se que a atitude de fuga das crianças é uma resposta a forma como estas eram tratadas, que ao que tudo indica era permeada de exploração da força de trabalho, castigos e punições, pois caso estivessem nos respectivos lares para receberem a chamada “educação necessária” não haveria o significativo número de anúncios dessa natureza. Em consonância com essa ideia, Sousa (2010, p. 62) diz que de fato os maus tratos aos menores era algo recorrente, o que fazia com que a tutela representasse, em alguns casos, “um destino ainda pior do que aquelas vivenciadas nas instituições de expostos ou mais perversas do que o convívio familiar.”

Vale ressaltar que a questão dos maus tratos e do uso da violência como método educativo e/ou punitivo é bastante antigo, remetendo-se historicamente, ao Brasil Colônia, quando é introduzido “pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, em 1549” (GUERRA, 2001, p.43), tendo em vista que os portugueses chegaram às terras brasileiras e encontraram uma população que não aplicava castigos e punições físicas às crianças, e com a intenção de disciplinar e catequizar os indígenas é que tais práticas passam a serem adotadas. Del Priore (1999) menciona que o padre jesuíta José de Anchieta, por exemplo, entendia que amar é castigar e dar trabalhos nesta vida, logo os comportamentos tidos como maus e os vícios deveriam ser combatidos com açoites e castigos.

Tratando dos castigos e maus tratos das crianças escravas, Ferreira (2001) afirma que estas eram práticas constantes e se caracterizavam, sobretudo, a partir de punições físicas que deixavam profundas marcas aos sujeitos castigados:

Se bem novinhos, a palmatória soava, surda e seca, na palma da mão, nos braços e pernas; na adolescência, qualquer deslize implicava severa punição, como o tronco, em que o menino era preso pelas canelas e açoitado como o bacalhau, chicote pequeno, de cabo de couro ou madeira, com pontas de couro retorcido. Os sucessivos golpes abriam talhos, nos quais eram colocadas substâncias ácidas como o vinagre, o que piorava as lesões (FERREIRA, 2001, p. 68).

Dessa forma, percebe-se o quanto a criança pobre era explorada por parte de uma elite que se apropriava do discurso do trabalho, bem como da prática da tutela e do

apadrinhamento para fazer uso da mão-de-obra infantil ao seu bel prazer e necessidades, como é sinalizado nesses anúncios acima apresentados. Pode-se inferir que as fugas, as quais são camufladas pelos anunciantes e pelos jornais como desaparecimentos, eram a única forma dos menores se livrarem da vida praticamente sem direitos que levavam, que os limitavam inclusive a reivindicarem pagamentos por seus serviços prestados, o que pode ser claramente ilustrado se for tomado como exemplo uma notícia veiculada pelo jornal “Folha do Norte”, de 13 de fevereiro de 1909, denominada “*Espancamento de uma creança*”, na qual um menino ao cobrar seus ordenados aos patrões foi violentamente espancado por estes.

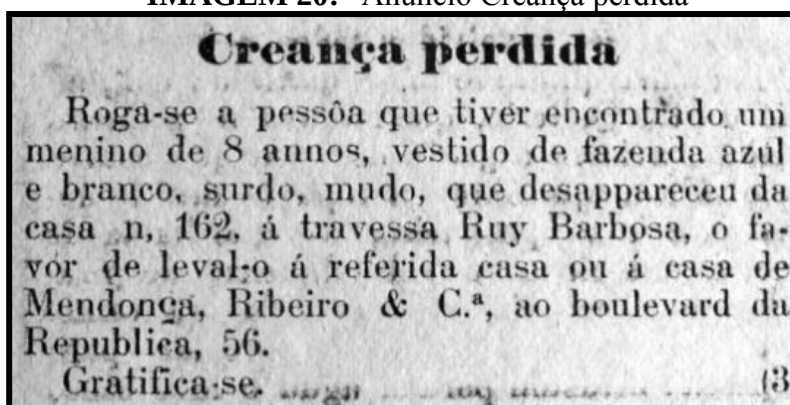
4.2.3. Anúncios de crianças desaparecidas

Os anúncios englobados nesta categoria apresentam conteúdo que remete de fato ao desaparecimento de crianças, sem motivação aparente, cujos anunciantes solicitam encarecidamente que sejam encontrados os menores sumidos, muitos inclusive oferecem gratificações a quem achar os desaparecidos.

O anúncio “*Creança perdida*”, imagem 20, comunica o desaparecimento de um menino surdo e mudo que sumiu de sua casa. A deficiência apresentada por ele corrobora para o entendimento de que ele desapareceu, podendo estar perdido sem conseguir voltar para casa, pois não tem como se comunicar de modo eficiente.

Nota-se que a palavra utilizada no início do texto, “*Roga-se*”, direcionada para quem encontrou o garoto, imprime um sentido de súplica, evidenciando toda a vontade da família em ter o garoto de volta. Além disso, convém destacar que é oferecida recompensa para quem achar o menino e entregá-lo à casa de “*Mendonça, Ribeiro & C.^a*”.

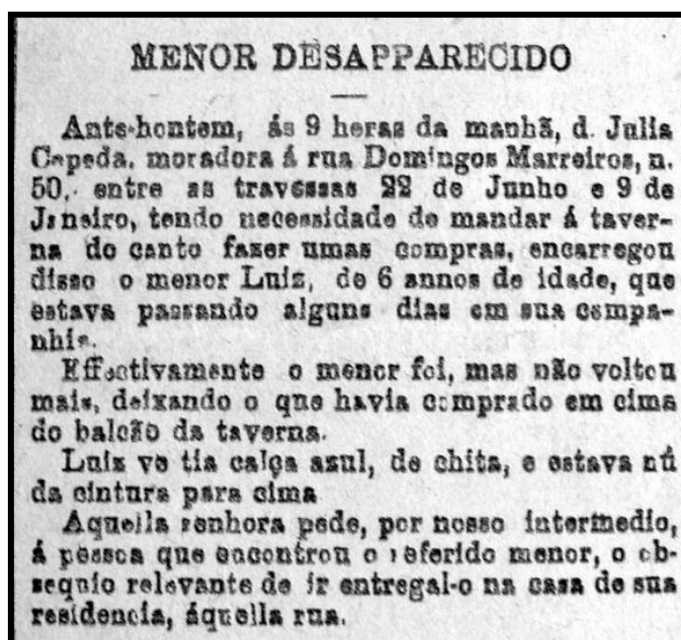
IMAGEM 20: “Anúncio Creança perdida”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 24.02.1909

O anúncio “*Menor desaparecido*” referente à imagem 21 informa o desaparecimento de um menino denominado “*Luiz*”, de 6 anos de idade, que estava passando alguns dias na casa de uma senhora chamada “*D. Júlia Cepeda*”, logo não era um criado. O desaparecimento ocorreu quando a criança foi fazer compras em uma taverna próxima ao local onde ele estava hospedado.

IMAGEM 21: Anúncio “Menor desaparecido”

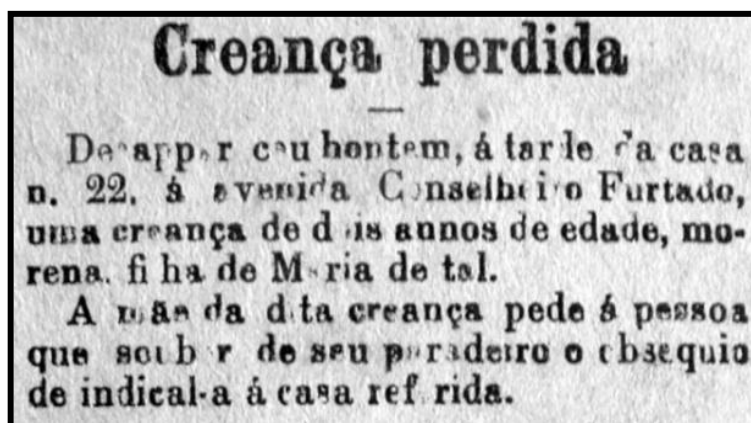


Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 04.02.1901

O jornal “*Folha do Norte*” enfatiza que o garoto chegou a fazer as compras, esquecendo-as no balcão de tal estabelecimento; informação esta que contribui para dar ênfase de que ele não sumiu com a quantia que lhe foi dada para realizar as compras, o que corrobora com o enunciado do título “*MENOR DESAPARECIDO*”. Diferentemente do que é sugerido no anúncio da categoria analítica acima, na qual o menino “*Bruno*” sumiu com o dinheiro que deveria ser entregue a um amigo de seu tutor. Ao final do anúncio é dito que a referida senhora, por meio do jornal, pede para quem encontrar essa criança a leve para a residência desta por “obséquio relevante”.

Já o anúncio da imagem 22, “*Criança perdida*”, trata do desaparecimento de uma criança, de cor morena, de dois anos de idade que sumiu de sua casa. Percebe-se certo tom depreciativo e desdenhoso com que tanto a criança quanto a mãe são referidas: “*dita criança*” e “*Maria de tal*”, o que sinaliza que estas são da classe pobre, bem como o pouco interesse em relatar esse caso, se for levando em conta o escasso número de detalhes com que se relata o ocorrido com essa criança.

IMAGEM 22: Anúncio “Criança perdida”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 07.09.1907

Incursões bakhtinianas....

A partir do que foi percebido nos anúncios e em consonância com a teoria discursiva bakhtiniana, nota-se a presença marcante do *discurso ideológico* que reveste a questão do trabalho infantil, como também foi visto na categoria das notícias que discorrem sobre acidentes com crianças no trabalho. A veiculação de tais anúncios ratifica a forte presença do discurso ideológico do trabalho, que legitima esta prática como uma ação natural, digna e regenerante, inclusive, para as crianças, que era veiculado nesse período e que se ancora na *ideologia oficial* de que fala Bakhtin (1997), uma vez que essa noção de trabalho era legitimada e amplamente difundida pelo Estado e reforçada pela classe dominante que fazia uso do seu poder econômico para explorar os sujeitos (neste caso crianças) nessa lógica ideológica que permeava as relações de trabalho desse contexto.

Tal questão fica bastante clara se for levado em consideração que a prática de oferta de emprego para menores era pública, circulando explicitamente nos jornais da época, enfatizando, conforme Bakhtin (1997), que o ponto de vista, o lugar valorativo e a situação são sempre determinados pelo viés da história, da sociedade e da cultura.

Já os anúncios que se ocupam em relatar fugas e desaparecimentos sinalizam a voz discursiva bakhtiniana de uma elite, materializada por esses dois jornais pesquisados, que evidencia que o tratamento dispensado nos anúncios variava de acordo com a raça e classe social, fazendo ecoar, polifonicamente, as vozes do preconceito racial e de classe social, uma vez que os anunciantes pertencentes à classe economicamente mais privilegiada tinham direito a textos elaborados com mais cuidado, destacando-se os nomes pomposos das famílias,

assim como se privilegiam os detalhes que podiam facilitar a localização da criança, que era um filho ou parente legítimo; em contra partida, quando o anunciante pertencia à classe pobre o anúncio revelava certo descaso. Essa diferenciação expressa, de certo modo, o maior “valor” dado pela imprensa à criança da elite em detrimento da criança pobre, que se caracteriza como aquela que não tem poder aquisitivo, vive sob regime de tutela ou apadrinhamento, é negra ou mestiça, mal vestida, logo, nessa lógica, depreende-se que não era tão importante e necessário o seu “encontro”.

4.3. Discursos sobre a infância na Galeria Infantil no jornal “Folha do Norte”

A galeria infantil publicada no ano de 1909, no jornal “Folha do Norte” tinha como finalidade apresentar crianças, filhas de personalidades importantes da cidade de Belém nesse período. Tal galeria se assemelha às atuais colunas sociais na atualidade, assim como estas, a galeria enche de qualidades e elogios os sujeitos nela retratados. Entre os exemplares encontrados foi possível perceber que a infância da elite era vista basicamente por meio de duas concepções:

4.3.1. A criança como sinônimo de beleza, formosura e ingenuidade

Os exemplares que fazem parte desta categoria trazem como foco as crianças concebidas como sujeitos bem cuidados, educados, belos, formosos e que apresentam uma imagem pura e ingênua. São tratadas como filhos que fornecem orgulho e alegria a seus pais, assim como são exaltadas e elogiadas por suas muitas qualidades, pelo jornal no qual a galeria é publicada.

A galeria infantil I, imagem 23, apresenta como personagem central um menino chamado “Ayres”, de um pouco mais de 1 ano de idade, o qual o jornal diz ser um “*patusco*”, ou seja, muito brincalhão e engraçado. Ele é filho do guarda-livros “*Fernando Queimado*”. O garoto, ainda, é descrito como “*cheio de vida e com uma expressão de doce alegria nos lábios inocentes*”. Características estas que aproximam a imagem da criança da ideia de pureza e ingenuidade.

IMAGEM 23: Galeria Infantil I



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 31.01.1909

A galeria II referente à imagem 24 traz a “*interessante*” menina “*Arsinoé*”, filha de um comandante chamado “*Balthazar Carvalho*”. A garota é descrita com palavras que a adjetivam de maneira bastante positiva. Qualidades estas que, segundo o jornal “*Folha do Norte*”, as fizeram estar em destaque nesta galeria. Ela é tida como “*gentil*”, “*mimosa*” e com “*expressão de meiguice*”.

IMAGEM 23: Galeria Infantil II



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 21.01.1909

Já a galeria infantil III, imagem 25, dá destaque a três crianças: Maria de 5 anos, Eduardo de 9 e Joãozinho de 7 anos de idade, este fazia aniversário no dia da publicação da galeria. As crianças são descritas como “*mimosas*” e “*gentis*.” De acordo com o que é informado pelo jornal, a garota e os garotos são tidos como o “*encanto do lar*”, de um competente guarda-livros denominado “*Francisco Baptista Pereira*”. Além disso, as crianças são tratadas como um grupo encantador, cujas fisionomias expressam qualidades como inteligência e vivacidade.

IMAGEM 25: Galeria Infantil III



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 17.01.1909

4.3.2. A criança enquanto sujeito de um futuro promissor

Os exemplares que se enquadram nesta categoria apresentam a ideia da criança que tem pais cuidadosos e zelosos, que dão a oportunidade dos filhos terem boa educação e se tornarem pessoas que terão um próspero futuro, alguém que tem perspectiva de crescer e se transformar em uma pessoa bem sucedida e com chances de exercer profissões socialmente prestigiadas, como o direito, a medicina, a engenharia, entre outras.

IMAGEM 26: Galeria Infantil IV



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 21.03.1909

A galeria infantil IV, imagem 26, por exemplo, traz a imagem de dois meninos bem vestidos, em meio a uma paisagem que remete a um jardim. Estes são filhos de “*Jorge de Almeida*”, que segundo o jornal, sonha que os meninos sejam no futuro dois bacharéis em direito ou dois médicos – “*apóstolos da melhor sciencia de curar*”, já que não pode torná-los capitalistas. O pai é descrito como carinhoso e desvelado pelas interessantes e pequeninas crianças. Ao final, o jornal deseja votos de que os garotos tenham um futuro brilhante.

Enquanto que a galeria da imagem 27 apresenta o filho de 18 meses de idade, de um “*estimável*” comandante denominado de “*João Baena*”. O menino é caracterizado como um “*padegozinho*” (engraçadinho) risonho, no qual o pai deposita todas as esperanças. Embora a primeira vista possa parecer que o personagem central da galeria seja uma menina por conta das vestes, de fato é um menino, como se ratifica no decorrer do texto. Além disso, nesta época era comum os bebês serem trajados com roupas que se assemelhavam a vestidos, cheios de rendas e laços, o que é confirmado em outros exemplares encontrados desta galeria, inclusive no exemplar da imagem 19.

IMAGEM 27: Galeria Infantil V



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 21.03.1909

A esse respeito Nascimento (2012) afirma que até o final do século XIX e início do século XX no Brasil os meninos ainda eram vestidos como as meninas, este hábito de afeminar os meninos foi trazido da Europa, principalmente de Portugal e da França. Somente por volta dos seis aos sete anos o menino vestia-se, por exemplo, de uniforme, modelo usado pelos militares, tornando-se um traje de “galã” e próprio para os meninos serem fotografados, o que fica evidenciado nos exemplares expresso nas figuras 25 e 26 desta categoria. Ainda sobre a forma que as crianças eram trajadas à época, Nascimento (2012, p. 98) comenta

[...] que a maneira de se trajar delas diferenciava-se pelo sexo e na maneira de posar diante de uma câmera. As meninas, de um lado, mostravam-se muito feminina, vestidas geralmente de branco que representava a pureza além de um aspecto angelical que a sociedade exigia das meninas. Os meninos, de outro lado, com trajes brancos em composição com o azul marinho do modelo de marinheiros, por conta dos vestígios comportamentais o que nos chama mais atenção é que os meninos, por exemplo, estão geralmente em pé e em uma pose “adultocêntrica”.

Nascimento (2012) também ressalta que os costumes na sociedade paraense no início do século XX, de vestir as crianças, sobretudo a criança das famílias abastadas tinha forte influência da moda européia. E acredita que como outrora os meninos eram confundidos com

os homens, as miniaturas das roupas de militares, de certa forma representavam uma distinção que começava a existir mais concretamente com relação aos meninos.

Retomando o que é ilustrado na Galeria Infantil V, imagem 27, percebe-se que o jornal trata o menino que tem 1 ano e seis meses como o “Sr. *Anthenor Macedo Barbosa*” e diz que ele, uma criança que pela idade ainda pouco consegue se comunicar verbalmente de forma satisfatória quiçá expressar vontade própria, não está disposto a trair as esperanças de seu pai com relação ao seu futuro, pois vai ser, segundo o jornal, um grande homem, comportado, estudioso, empreendedor, com “*genio amável e o ânimo generoso de seu pai*”.

Já a galeria infantil VI, imagem 28, traz como personagem o “*interessante Christiano*”, filho do “Dr. *Gastão Lobão*”, de 3 anos. O garoto na imagem aparece com trajes esportivos e em posse de instrumentos que remetem aos utilizados para a prática do jogo de tênis. Esta cena faz com que o jornal faça uma projeção do possível futuro do menino ao dizer que “*Eis aqui o projecto de um valente SPORTMAN*”, pois, conforme o que é relatado, desde essa idade o pequeno se mostra amante dos jogos esportivos, logo, tem grandes possibilidades de se tornar futuramente um homem do esporte.

IMAGEM 28: Galeria infantil VI



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 24.01.1909

Incursões bakhtinianas...

Por meio dos exemplares dessas duas categorias relacionadas à Galeria Infantil, observou-se a marcante presença do *discurso polifônico*, haja vista que em tais textos, como bem salienta Bakhtin (2004), coexistem vozes sociais que se cruzam e tecem discursos, que convergem, neste caso, para o entendimento da imagem social que se tinha do homem e da mulher nesse contexto histórico. Nota-se, por exemplo, que sempre a criança que será concebida como sinônimo de um futuro promissor é a do sexo masculino, mesmo quando se descreviam meninos e meninas em uma mesma galeria, as esperanças sempre são depositadas nos meninos, o que evidencia a voz do discurso machista do homem como o sujeito capaz de exercer determinadas profissões como o direito, a medicina, engenharia. Já com relação às meninas se faz presente a voz ideológica da mulher enquanto aquela que deveria ocupar o lugar de dona de casa e/ou cuidadora dos filhos. Realidade essa que pode ser elucidada em uma matéria jornalística veiculada nesse período:

O homem será médico ou chimico, engenheiro ou soldado; virerá sobretudo fora de casa, exposto à dispersão e às deformações da vida profissional; sem vagar as mais das vezes para ser, ainda que não fosse senão uma hora em cada dia, simplesmente e totalmente um homem. A mulher, pelo contrário, salvo certas exceções, nunca se exigirá que seja senão mulher, isto é, moça, esposa e mãe, que tudo, pois, na sua educação se combine para que Ella se realize plenamente a si própria sob esses três aspectos. E para que isso seja necessário? Que sua educação seja antes de tudo esthetica, moral e no mais larga da acepção da palavra, religiosa. (A ESCOLA. Belém, Ano 1, nº 03, jun 1900, p. 349 apud Melo, 2008, p.158).

O discurso com sentido e significado também é identificado na Galeria infantil, uma vez que em muitos momentos há a reiteração de palavras que servem para adjetivar as crianças representadas nesta seção, a exemplo de “alegre”, “mimosa”, “interessante”, “gentil”, “meiga”, que são utilizadas não somente para ressaltar suas qualidades, mas sim imprimem o próprio sentido da infância filha de uma elite que gozava de grande prestígio social. Neste sentido, cada palavra utilizada pode ser caracterizada como “[...] uma pequena arena para o choque de acentos sociais diferentemente orientados. Uma palavra na boca de um indivíduo é um produto da interação viva de forças sociais” (BAKHTIN, 1997, p. 41).

Não se pode deixar de ressaltar que essa seção é o único momento em que a infância é retratada por meio de imagem, neste caso especificamente por meio de desenhos, gravuras dos personagens, mas não é qualquer rosto de criança que é estampado, e sim o de crianças brancas e pertencentes às famílias da elite. Esse fato, juntamente com a forma pela qual a

criança ilustrada nos exemplares da Galeria é tratada evidencia também a voz de uma elite que demonstra a dicotomia existente entre a criança rica e a pobre: a primeira concebida como bela, formosa, pura, ingênua, sujeito de um futuro bom, bem educado pelos pais; já a segunda, vista nos anúncios e notícias, é a desafortunada, infeliz, coitadinha, desventurada, que apresenta pais desnaturados, irresponsáveis, etc. Visões estas que, ideologicamente, apontam, de certo modo, a maneira que a infância pobre era entendida: uma categoria muitas vezes marginalizada e potencialmente sujeita a aumentar o contingente de crianças e adolescentes que vagavam pelo espaço urbano, causando transtornos e ameaçando a ordem pública tão almejada no discurso republicano.

4.4. Discursos sobre a infância em propagandas nos jornais “A Província do Pará” “Folha do Norte”

4.4.1. Propagandas de alimentos para crianças

As propagandas de alimentos voltadas para a infância se debruçam em anunciar farinhas, leites e compostos que são tratados como nutritivos e ideais para o crescimento e saúde das crianças. É importante salientar que os exemplares analisados a seguir eram praticamente as únicas marcas divulgadas, sendo inclusive utilizados os mesmos textos por quase todo o período de 1900 a 1910.

Na propaganda que diz respeito à “*FARINHA LÁCTEA DE NESTLÉ*”, imagem 29, nota-se que esta é divulgada como sendo um alimento completo tanto para bebês quanto para crianças maiores. É caracterizada como um alimento tão completo e importante que chega a ser visto como um “*substituto inestimável*” para o leite das mães, isto é, a mãe que adotar tal produto para a alimentação dos filhos estará oferecendo um alimento de grande eficácia e qualidade, assim como o leite materno. Vale ressaltar que esta marca é uma das mais antigas e conhecidas a nível mundial e umas das primeiras a serem importadas para o Brasil, desde 1876. Originalmente sua composição era a base de leite de vaca, farinha de trigo e açúcar¹⁵

¹⁵ Disponível em: <http://www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>

IMAGEM 29: Propaganda “Farinha Lactea de Nestlé”



Fonte: Jornal A Província do Pará, de 18.01.1900

Na propaganda referente ao leite maltado de “HORLICK”, imagem 30, observa-se que o discurso expresso no texto objetiva tratar tal produto como perfeito para o desenvolvimento dos recém-nascidos e que as crianças que usam não ficam sujeitas às enfermidades que estão relacionadas, muitas vezes, ao leite de proveniência duvidosa. Além disso, são relatados todos os seus benefícios, como sua composição, seu fácil preparo e armazenamento e suas propriedades que permitem uma digestão tranquila, ou seja, é o produto ideal e perfeito tanto para mães quanto para os filhos.

IMAGEM 30: Propaganda “Leite maltado Horlick”

Contém todos os elementos nutritivos na devida proporção, para o perfeito desenvolvimento de recém-nascidos e é notável que as crianças que o usam não são atacadas pelas enfermidades características da infância, tais como cholera infantil, diarreia, dysenteria e outras funestas enfermidades que com muita frequência provêm do uso de leite impuro, adulterado, ou de origem suspeita, ou ainda de alimentos mal combinados e peor cozinhados. A base do Leite Maltado de Horlick o leite o mais puro possível, pasteurizado para destruir os germes que possa conter e combinado com um extracto de cevada e trigo escolhidos. Apresenta-se na forma de pó e prepara-se facilmente, juntado-lhe água, sem que se precise uma cozedura. O seu sabor é delicioso e as crianças desenvolvem-se magnificamente com o seu uso. Conserva-se indefinidamente em frascos hermeticamente fechados. Para mães e crianças que criam os filhos é de grande utilidade, pois sendo de fácil digestão, o estomago mais fraco o retém mesmo quando não pode supportar outros alimentos.

A venda nas principais drogarias, farmacias e mercearias

Fonte: Jornal Folha do Norte, de 11.01.1908

Já a propaganda que discorre sobre a marca de alimentos “MELLIN”, imagem 31, inicia fazendo referência, comparativamente, ao alimento natural leite, conhecido no mundo inteiro e que não apresenta em sua composição o polvilho, que, segundo é dito no texto, não pode ser digerido pela criança. No transcorrer da propaganda, é informado que mesmo sendo um alimento artificial não contém polvilho, logo, “*é um perfeito alimento para as criancinhas*”. É comunicado, também, que tal produto é adequando para todos os climas e facilmente é encontrado. Portanto, oferece grande praticidade para seus consumidores.

IMAGEM 31: Propaganda “Mellin alimento”



Fonte: Jornal A Província do Pará, de 18.01.1900

É relevante salientar que a divulgação dos produtos destinados à alimentação das crianças pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte” acompanha a grande preocupação existente à época com relação aos cuidados para com crianças, pois, nesse contexto, a mortalidade infantil ainda correspondia a um significativo número, como pode ser constatado no quadro 15, que foi baseado em dados do relatório de Antônio Lemos sobre a questão dos óbitos da capital paraense de 1905 a 1906, que revela que a diarreia e a esterite infantil, no ano de 1906, eram as doenças que mais levavam a óbitos entre todas as outras do período analisado.

A alimentação era vista como um dos principais fatores das mortes das crianças, as autoridades, os médicos e os sanitaristas atribuíam tal problemática ao leite, bem como a certos alimentos que eram dados às crianças nos primeiros meses de vida. Sarges (1998) diz

que em 1907, no estado do Pará, por exemplo, Lemos enfatizava à péssima qualidade do leite e à alimentação prematura composta de iguarias pesadas e de difícil digestão era a combinação de aspectos para a alta taxa de mortalidade infantil. Ele, também, não dispensava críticas aos alimentos artificiais, que eram vistos como um dos contribuintes das mortes de crianças. Tal informação ajuda a entender, em parte, as estratégias das propagandas acima apresentadas, que intencionam mostrar tais alimentos como nutritivos, eficazes, benéficos, haja vistas que também eram tidos como produtos que poderiam ser responsáveis por tais óbitos.

QUADRO 15: Doenças que mais levavam ao óbito de 1905 a 1906 em Belém

ANO	DOENÇAS	ÓBITOS
1905	Febre amarela	172
1905	Tuberculose	311
1906	Varíola	34
1906	Febre amarela	253
1906	Tuberculose	352
1906	Beribéri	192
1906	Diarréia e esterite infantil	397
1906	Hanseníase	25

Fonte: LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal, 1906, p. 52-61 (apud, SARGES, 2010, p. 167).

Com relação ao leite materno, a qual os produtos anunciados nas propagandas da “*Farinha Lactea de Nestlé*”, dos “*Alimentos Mellin*” e do “*Leite Maltado Horlick*” dizem ser substitutos, de eficácia e funcionalidade similar, passa a ser alvo de grande atenção e controle. A amamentação das crianças por partes das mães legítimas começa a ser intensamente estimulada, assim como o próprio cuidado com os hábitos de alimentação e de higiene das mães são atentados para que estas não transmitissem doenças aos filhos ao alimentá-los com seu leite.

Nesse movimento, a prática da amamentação mercenária, que é uma tradição datada, no Brasil, desde os tempos coloniais e que num primeiro momento era bastante aceitável e concebida como a solução para as mulheres brancas que não conseguiam ou não queriam

amamentar seus filhos, recebe críticas e restrições severas, tendo em vistas que as mulheres pobres que se prestavam a amas-de-leite poderiam passar doenças mortais às crianças. Antonio Lemos ao tratar dessa questão vai ser contrário a tal prática, considerando as amas mal educadas, ignorantes, desmoralizadas e supersticiosas. Para ele, “raras são aquelas verdadeiramente bondosas e, o que é mais sério – perfeitamente sadias” (LEMOS, 1905, p. 156 apud SARGES 1998, p. 147).

Lemos criticava também, conforme Sarges (1998), os patrões por não realizarem rigorosos exames nas amas, já que no ato da admissão dessas serviçais a única coisa que praticamente se levada em conta era que esta possuísse bastante quantidade de leite, segundo ele, os patrões deveriam levar em consideração os antecedentes e os hábitos de origem e alimentares. A respeito destes, Lemos diz que as amas

[...] nas refeições habituais, comem com glotoneria inerente às pessoas de modesta origem transplantadas para um lar onde reina a fartura. E nos intervalos, não lhe faltam o clássico açaí, a bacaba, o café e dez outras beberagens oleosas, excitantes, e entre as quais a moda veio introduzir diversos líquidos espirituosos como a cerveja. (LEMOS, 1907, p.124 apud SARGES, 1998, p. 147-148).

A imprensa vai ser utilizada nesse período como um dos principais meios de informação sobre os cuidados e procedimentos que precisam ser seguidos e tomados para a alimentação das crianças. O jornal “A Província do Pará”, por exemplo, veiculou uma extensa matéria no dia 07 de maio de 1901, baseada em um artigo elaborado pelo Dr. Américo Campos, na Revista “Pará-Médico”, intitulada “*Alimentação Infantil*”, a qual objetivava instruir os pais de “boa vontade” a como dirigir convenientemente a alimentação das crianças. Nela continham informações e orientações sobre: os cuidados que se deve ter com o leite diretamente extraído das vacas para que ele não se torne uma substância contaminada; a verificação da procedência do leite e da honestidade do vendedor para que este não venda um produto adulterado com água de qualidade duvidosa; a possibilidade de utilização de leite industrializado de boa qualidade e procedência por parte das mães que não podem alimentar; e, por fim, orienta que as pessoas alugadas como amas de leite deverão ser sãs e obrigadas à matrícula, sujeitando-se mensalmente ao exame do leite.

4.4.2. Propagandas de fortificantes para crianças

As propagandas que fazem parte desta categoria trazem como tema medicamentos, em sua maioria emulsões, vinhos e xaropes, que são anunciados para a venda e têm como finalidade prevenir e restituir a saúde infantil, curando-as das mais variadas doenças que as crianças são acometidas.

A propaganda que divulga o produto denominado “VINHO DO Dr VIVIEN”, ilustrado na imagem 32, recomenda este composto tanto para crianças quanto para adultos. Tal vinho, segundo o que é informado na propaganda, apresenta os seguintes benefícios pra quem o consumir: excita o apetite, reanima as forças enriquece o sangue e “*Crea carnes*”. De acordo com o que é afirmado nessa propaganda, é um remédio muito prescrito para curar enfermidades como, “*anemia, rachitismo, tísica, escrófula, reumatismo, perdas brancas, moléstias da pelle etc.*”

IMAGEM 32: Propaganda “Vinho dr. Vivien”



Fonte: Jornal A Província do Pará, de 28.05.1900

Na imagem que segue esta propaganda, pode-se notar a figura de uma mãe com duas crianças, um menino e uma menina, em uma cena na qual a mãe aparece tomando uma dose do produto e os filhos aparecem com os braços estendidos como se é estivessem pedindo para tomar o “VINHO VIVIEN”, pois como é dito no enunciado: “*tanto as crianças como as pessoas grandes tomam com muito gosto o delicioso vinho*”. Esta estratégia serve para atrair os consumidores ao pontuar que estes produtos além de todos os seus benefícios ainda é muito saboroso, diferentemente da maioria dos medicamentos.

Já a propaganda ilustrada na imagem 33, refere-se ao produto “*EMULSÃO DE SCOTT*”, que é enunciada como a “*protectora das crianças*”. Este medicamento, de acordo com o que é dito na propaganda, é muito necessário para as crianças que nascem debilitadas, servindo como leite para a nutrição e desenvolvimento destas.

IMAGEM 33: Propaganda “Emulsão de Scott”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 09.07.1909

A propaganda informa, também, que as crianças que consomem esta Emulsão “se criam gordas e fortes e estão isentas do rachitismo, da escrófula e bem protegidas contra o ataque insidioso do crupe e da tosse ferina, da febre, escarlatina sarampo”. Além disso, serve para outras doenças típicas da infância, não provoca nenhum mau a quem consumir o produto, visto que não possui substâncias nocivas ou irritantes.

Na imagem que segue a propaganda, observa-se a presença da imagem de uma mulher representando a figura de uma mãe e de uma criança representando o seu filho. Este aparece com os braços estendidos em direção da mulher que esta derramando o produto em uma

colher, representando o desejo da criança de consumir tal bebida, pois como ressalta o enunciado que acompanha essa cena “*ele gosta e pede mais*”.

A propaganda retratada na imagem 34 traz como título “*A BELLA SENHORITA SARA SILVA, ANTES FRACA E ANÊMICA, AGORA ROBUSTA E FORMOSA...*”, acompanhando esse enunciado tem-se a imagem de uma moça, com a fisionomia que expressa uma imagem de pessoa forte e saudável. É informado que a moça,

IMAGEM 34: Propaganda “Bella senhorita Sara Silva”

conhecida pela sua beleza e formosura, é filha do tesoureiro municipal de Bajé, no Rio Grande do Sul. De acordo com a propaganda ninguém imagina que ela era fraca e doente quando criança, pois sofria de *Rachitismo* e *Anemia*.

Com a intenção de mostrar a eficácia do produto é dito que a menina havia feito uso de diferentes medicamentos, mas só obteve melhora quando o médico indicou a “*EMULSÃO DE SCOTT*”. A partir de então rapidamente ela ficou forte, robusta e formosa, fato que, como é veiculado na propaganda, sempre acontece quando se ingere tal emulsão, pois, ela é “*salvadora às criaturas rachísticas e anêmicas*”.

4.4.3. Propagandas de medicamentos para tratar vermes.

As propagandas que prometiam tratar as doenças em decorrência das verminoses eram muito recorrentes no contexto pesquisado. A propaganda da imagem 35, por exemplo, trata do “*VERMÍFUGO DE B.A FAHNESTOCK*”, apresentando-o como um medicamento indicado para combater vermes, mas especificamente as lombrigas. Ele tido como o exterminador desse tipo de verme, tanto nas crianças quanto nos adultos, é um produto anunciado como tão eficiente capaz que é capaz de “*extirpar pelas raízes em poucas horas de todas as lombrigas*”. É concebido, ainda, como o mais poderoso, o verdadeiro, por isso, não se deve



aceitar e comprar outro que não seja este vermífugo, já que todos os outros são, de acordo com a propaganda, substitutos.

IMAGEM 35: propaganda “Vermifugo B. A. Fahnestock”



Fonte: Jornal Folha do Norte, de 05.01.1909

IMAGEM 36: Propaganda “Vermifugo Paraense”

Enquanto que a propaganda ilustrada na imagem 36 anuncia um medicamento intitulado “*VERMIFUGO PARAENSE*”, cujo texto inicial informa todos os problemas e perigos decorrentes das vermes para as crianças, que “*são terrivelmente perseguidas por esses parasitas*”. Como é informado na propaganda, os vermes precisam ser eliminados do organismo da criança e para tal o “*VERMIFUGO PARAENSE*” é um medicamento poderosíssimo. Além disso, o gosto e o cheiro deste produto são bem aceitos pelas crianças. Na imagem que acompanha tal propaganda, observa-se a presença de três crianças pequenas de mãos dadas com bonecas e voltadas para o símbolo do “*VERMIFUGO PARAENSE*”, repassando a ideia de contemplação e interesse em face de toda a eficiência do medicamento



Fonte: Jornal Folha do Norte, de 05.01.1909

Já a propaganda referente à imagem 37 trata de dois produtos, o primeiro denominado de “PÍLULAS BEIRÃO CONTRA VERMES”; o segundo trata do “XAROPE AGRADÁVEL PARA LOMBRIGAS”. A propaganda informa que os vermes apresentam variados sintomas e causam graves doenças nas crianças, o que, muitas vezes, faz com que elas recebam medicação inadequada. E para evitar que isso ocorra o texto aconselha que os pais e as mães de família utilizem os remédios “Beirão” contra vermes, pois são medicamentos que mesmo que a criança não possua verme não causarão danos, pois são “*levemente purgativos e sem irritarem os estomago e intestinos restituem as crianças um bem estar gerais*”.

IMAGEM 37: Propaganda “Pilulas e Xarope Beirão”



Fonte: Jornal Folha do Norte, de 20.01.1900

A veiculação de propagandas para a prevenção e tratamento das vermes, neste contexto, era bastante recorrentes, sinalizando uma preocupação que se tinha nesse contexto com as verminoses que acometiam as crianças, ocasionando enfermidades e, em muitas situações, a morte. Como se pôde notar nas propagandas acima apresentadas, os medicamentos por elas veiculados são tratados como grande e única solução para eliminar os vermes.

Nesse entendimento, “os pais e mães de família” como é citado na propaganda dos produtos “Beirão”, isto é, aqueles que de fato se preocupam e se ocupam da boa saúde dos filhos são os responsáveis por sanar tal problemática. E, especificamente, a infância era o seguimento social que nessa época estava mais vulnerável, por terem organismos mais

frágeis, logo mais suscetíveis às moléstias; e quando pobres ainda havia o complicador das consequências da má alimentação, das péssimas condições de moradia, da falta de higiene, entre outros.

Ao pesquisar as doenças, a saúde e as práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911), Amaral (2006), fundamentado no Boletim de Estatística Demographo-Sanitaria da cidade de Belém, de dezembro de 1911 que trata do número de óbitos por profissões, ilustra essa realidade frágil da infância, ao evidenciar que no período de 1905 a 1911 existia um assustador índice de mortalidade entre menores e crianças. A mortalidade entre meninas atingia 11.260 (41,766%), enquanto a de meninos representava 5.329 (19,766%), ou seja, somente as crianças correspondiam do total de 26.290 óbitos, a considerável parcela de 16.589 meninos e meninas (61,322%).

A fim de amenizar essa realidade, a lógica dos governantes, médicos e sanitaristas se pautava na estratégia de intervir nos lares das famílias, uma vez que esse era considerado o foco e o *locus* das muitas mazelas no âmbito da saúde que eclodiam na sociedade. No Pará, Antônio Lemos foi um dos grandes difusores desse discurso, que era um dos pontos centrais de sua política saneadora da capital do estado, a qual intencionava manter limpo e em ordem o espaço urbano, bem como modificar e adestrar os hábitos da população, como se pode notar no fragmento:

O sucesso do processo de desodorização da cidade através dos serviços sanitários teria maior eficácia se iniciasse pelo ambiente privado, pois de nada valeria se a população persistir em as ruas e as suas casas em estado de imundice: A higiene privada é, no entanto, a base da higiene pública. Os melhores auxiliares do poder, quanto ao anseio urbano, serão os próprios munícipes, quando se convencerem estes que a saúde depende em linha reta do anseio que observarem nas suas casas e do rigor com que forem aplicadas as medidas de limpeza prescrita pelos códigos modernos de higiene (LEMOS 1905, apud SARGES 2010, p. 186).

Não se pode perder de vista que, nesse contexto, Belém apresentava sérios problemas de insalubridade e tratá-los passou a ser umas das principais ações de Lemos, visando seu projeto de embelezamento da capital paraense aos moldes do que de melhor se tinha na Europa. Nas palavras de Sarges (2010), o intendente Antônio Lemos, ao adotar uma política saneadora preventiva, propunha-se não somente zelar pelo “bem-estar social”, mas também cuidar de determinados aspectos da vida urbana, tais como saneamento básico, saúde pública, estética e beleza da cidade, entre outros, a fim de que “não fossem prejudicados pelos maus hábitos de uma população indisciplinada e fétida” (SARGES, 2010, p. 160).

Entre as medidas de utilizadas por Lemos, de maneira a consolidar seu discurso higienista, foram destaques: a inspeção das casas quanto à condição de higiene e iluminação, visto que as residências eram tidas como focos de doenças e epidemias; a proibição quanto à aglomeração de pessoas, já que isso aliado ao clima, concebido por Lemos como propício para a disseminação de epidemias, poderia ser um grande facilitador de contágio e transmissão de moléstias; e a inspeção de alimentos, a qual passa a ficar sujeita à fiscalização municipal pautada em uma rigorosa legislação; a carne, por exemplo, só poderia ser consumida pela população após a autoridade reconhecê-la como “sã e nutritiva” (art. 13), e os locais de venda deveriam ser preparados ou construídos para tal finalidade e conservados com toda a higiene” (SARGES, 2010, p. 167).

4.4.5 Propagandas de medicamento para tratar doenças respiratórias

Os medicamentos destinados ao tratamento de doenças respiratórias eram bastante anunciados em propagandas no início do século XX. Exemplar deste tipo, a propaganda intitulada “*Bronchite das creanças*”, referente ao medicamento “*Peitoral de Cambará*”, imagem 38, inicia relatando o sucesso do “*ilustre médico Emygdio Montenegro*”, o qual realizou testes com o medicamento já referido no tratamento de várias doenças do sistema respiratório. Este narra, em discurso direto, que tem empregado com grandes resultados em suas clínicas o “*Peitoral de Cambará*” para tratar das diversas afecções das vias respiratórias, principalmente, no trato da “*bronchite catarral nas creanças, quando atravessam a crise da primeira dentição*”. Ao término do relato diz, então, que “*o referido é verdade e o juro em fé do meu grau*”. No final da

IMAGEM 38: “Bronchite das creanças”



Bronchite das creanças
A medicina de SOUZA SOARES
é o allivio
da humanidade

Sendo esta uma das doenças que mais predomina nas creanças tornando-se muito perigosa quando atravessam a crise da dentição o illustre medico do Recife, o exm^o sr. dr. Emygdio Montenegro, depois de ter applicado com optimos resultados o **Peitoral de Cambará** do sr. Souza Soares, em diversas doenças dos orgãos respiratorios, submetteu algumas creancinhas ao mesmo tratamento, e dos seus effeitos diz o sabio medico:

“Attesto, que tenho empregado com o melhor resultado em minha clinica o **Peitoral de Cambará**, preparado pelo sr. Visconde de Souza Soares, de Pelotas, nas diversas affecções das vias respiratorias, como poderosos emoliente, principalmente na bronchite catarral das creanças, quando atravessam a crise da primeira dentição. O referido é verdade e o juro em fé do meu grau.

Recife.—Dr. Emygdio Montenegro”. (Firma reconhecida)

O **Peitoral de Cambará**, que é o melhor remedio para as affecções pulmonares, bronchitis, coqueluche, asthma, rouquidão e qualquer tosse, tem o seu deposito geral no Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico, Souza Soares, em Pelotas (Estado do Rio-Grande do Sul)

Vende-se em todas as pharmacias e drogarias do Brazil. Frasco (sellado) 3\$700

Depositarios nesta cidade:—Machado & C^{as}, Francisco Chermont & C^{as}, Cezar Santos & C^{as}, Carvalho Leite & C^{as}, Navegantes & C^{as}, Pereira Baptista & C^{as}, Pontes, Filhos, Rodrigues, Vidigal & C^{as}, Herculano Carvalho & C^{as}, A. J. A. de Magalhães, José da Silva Oliveira & C^{as}, M. J. de Almeida & C^{as}. (s)

Fonte: Jornal Folha do Norte, de 16.01.1906

propaganda é informado que o “*Peitoral de Cambará*” é eficaz também contra “*bronchites, coqueluche, asma, rouquidão e qualquer tosse*”, podendo ser encontrado em todas as farmácias e drogarias do país.

Na segunda propaganda desta categoria, ilustrada na imagem 39, tem-se o “*Peitoral das Creanças de WERNECK*”, o qual é caracterizado como um xarope específico para as crianças, sendo adjetivado como “*a mais feliz composição, esplendidamente sancionada pela experiência e observações de notáveis clínicos*”. Por sua vez, os clínicos indicam tal produto para uma infinidade de doenças. É dito que ele pode ser utilizado para tratar “CATARRHOS PULMONARES, TOSSES, BONQUITES, ROUQUIDÃO, DEFLUXOS, ASTHMA, COQUELUCHE” e, em geral, em todas as doenças do peito e da garganta. Ao final é indicado o modo de usar e onde este pode ser encontrado.

IMAGEM 39: Propaganda “Peitoral Werneck”

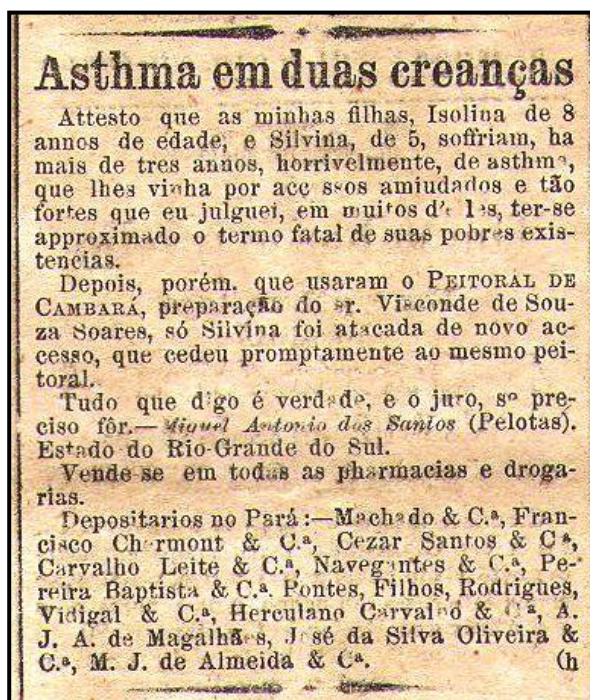


Fonte: Jornal A Província do Pará, de 26.02.1900

A terceira propaganda, intitulada “*Asthma em duas creanças*”, imagem 40, apresenta uma configuração um pouco diferenciada com relação aos exemplares acima, uma vez que o discurso parte não do produto enquanto empresa ou do médico que fez uso e recomenda o medicamento, mas sim do próprio sujeito consumidor, que testemunha a favor do produto, quando diz “*Attesto que as minhas filhas, Isolina de 8 anos de idade, e Silvinha, de 5, sofriam, há mais de tres annos, horivelmente, de asthma*”, mas depois que “*usaram o PEITORAL DE CAMBARÁ, preparação do Sr. Visconde de Sousa soares, só Silvinha foi*

atacada de novo acesso, que cedeu promptamente ao mesmo peitoral". No final conclui seu relato: "*Tudo que digo é verdade, e o juro, se preciso for – Miguel Antonio dos Santos (Pelotas)*".

IMAGEM 40: Propaganda "Asthma em duas creanças"



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 03.07.1906

A primeira característica que chama atenção nas propagandas de medicamentos destinadas ao tratamento de doenças respiratórias tange ao fato destas anunciarem produtos que servem de maneira eficaz para uma infinidade de enfermidades. Rodrigues (2008), em um estudo que investigou a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919), diz que nesse período nos jornais paraenses eram comuns, como se evidenciou nos exemplares acima apresentados, propagandas de medicamentos nas quais o milagroso e o científico dividiam o mesmo espaço nas colunas dos jornais; os produtos nelas anunciados eram, a fim de expressarem credibilidade, bastante adjetivados enquanto remédios de eficácia certa e curas fantásticas.

Nas propagandas dessa época era muito recorrente a utilização de testemunhos dos sujeitos supostamente curados ou de alguém próximo a eles, o que se verificou no exemplar de título "Asthma em duas creanças", imagem 40, cujo pai relata a eficácia do "Peitoral Cambará" ao ser ministrado para suas duas filhas. Tal intenção argumentativa era justamente a de convencer outros possíveis consumidores sobre os benefícios do medicamento.

De acordo com Rodrigues (2008), na realidade e na prática, muitos desses medicamentos divulgados como eficazes, milagrosos, poderosos, multifuncionais e até mesmo saborosos, eram nada agradáveis ao paladar, apresentavam resultados limitados e, em determinados casos, provocavam fortes efeitos colaterais, mas ainda assim,

[...] esses medicamentos poderiam ser encontrados nos comércios do interior e nas boticas e farmácias da capital. Aliás, o papel desses estabelecimentos era bastante curioso. Além de vender medicamentos, neles encontravam-se consultórios médicos, prestavam-se o que conhecemos hoje como primeiros socorros e até praticavam-se cirurgias. Em suma, eram “pau para toda obra”! (RODRIGUES, 2008, p. 56)

Incursões bakhtinianas...

A partir do que se observou nos exemplares das propagandas de alimentos e medicamentos ficou bastante destacado a presença do *discurso ideológico* cientificista que era bastante difundido nessa época e que se materializa nesses textos, que se constituem em construtos produzidos por sujeitos essencialmente históricos, como ressalta Bakhtin (1997), que falam de um tempo e lugar determinado, servindo, assim, para ilustrar um contexto social e histórico bem definido, que neste caso em particular remete a uma época de grande efervescência do discurso advindo da ciência. Este discurso é notado, principalmente, quando na propaganda é enfatizado que o medicamento foi testado, observado, experimentado por um homem “da ciência”, por alguém que enuncia de uma posição de prestígio, aquele que recebeu educação sistemática e legitimada academicamente, como o farmacêutico e o médico.

Tais profissionais, por sinal, recebem bastante visibilidade nas propagandas. Por exemplo, na propaganda intitulada “*Bronchite nas Crianças*”, chama atenção a imagem de um senhor de óculos, bem trajado, de boa aparência e abraçando uma criança, que possivelmente deva ser o médico “*Souza Soares*” criador desse medicamento e do qual o enunciado que completa a cena se refere “*A medicina de SOUZA SOARES é o alívio da humanidade*”. Construindo o discurso, fortemente veiculado nas primeiras décadas do século XX, da ciência enquanto verdadeira, confiável, protetora e a serviço da humanidade, haja vista que só ela é capaz de solucionar de forma eficaz e comprovada todos os problemas do mundo.

Percebe-se que a intenção discursiva de tal ênfase na figura do cientista, do médico, do farmacêutico, do clínico trazidas na imagem ou até mesmo no relato feito pelo “*ilustre médico Emygdio Montenegro*”, na mesma propaganda, justificando e difundindo o discurso

cientificista, que ideologicamente também está a serviço da legitimação da ciência e da medicina perante a prática da medicina popular, tão forte e presente na realidade amazônica.

Nessa discussão, observa-se claramente o embate entre a *ideologia oficial* bakhtiniana – dominante, estável e imutável e a *ideologia do cotidiano*, que é aquela que nasce no contexto prático, casual, social, descomprometido e que se concretiza de forma mais lenta, haja vista que se dá nas práticas e relações cotidianas. Nas palavras de Bakhtin (1997, p. 121), “a *ideologia do cotidiano* constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência”. A ciência fundamenta-se na primeira enquanto que o saber popular se inscreve como produto da segunda.

O embate que se estabelece entre essas duas formas de saber está relacionado ao avanço da ciência e de seus métodos, criando a dicotomia entre o mensurável, experimentável, observável e as formas de conhecimento pautadas nas crenças, na religiosidade, nas tradições, etc. No campo da infância, as mães foram aconselhadas pelos puericultores, por exemplo, a deixarem de lado as crendices populares tradicionalmente utilizadas na criação e cuidado com as crianças, tais como simpatias, bebidas, infusões e banhos de ervas por conhecimentos científicos que se encontravam à época em plena efervescência.

Já nas propagandas de fortificantes, observa-se a presença do *discurso polifônico* postulado por Bakhtin. Nelas evidencia-se a voz do *discurso ideológico* do higienismo, quando se enfatiza que esses medicamentos são tidos como capazes de fazer com que a criança alcance o ideal de sujeito da época: forte, saudável e robusto, a qual estava a serviço da formação de cidadãos modelos para a nação e exemplos a serem seguidos (VEIGA; GOUVÊA, 2000). Observa-se, ainda, a presença da voz discurso da mulher enquanto cuidadora a partir das imagens presentes nas propagandas do “*Vinho Dr. Vivien*” e do “*Emulsão Scott*”, haja vista que a mulher é retratada discursivamente como aquela que é responsável pelo cuidar, proteger, zelar pela saúde e bem estar do filho. Representação esta que vai ao encontro do modelo de mãe e mulher difundido à época, sobretudo, pelos médicos higienistas, que atribuíam essa responsabilidade quase que exclusivamente a elas, como bem enfatiza Rago (1997).

A *polifonia* bakhtiniana está presente também nas propagandas de alimentos para crianças, já que elas se revestem tanto da voz do discurso advindo da Puericultura, que visava modificar, à luz dos conhecimentos científicos, o modo como as mães direcionavam os cuidados com a higiene e alimentação das crianças, quanto a voz do discurso racista e

preconceituoso que se direcionavam sobre a mulher pobre que, muitas vezes, via na prática do aleitamento mercenário uma ou a única fonte de subsistência. Além disso, a própria voz de uma elite, representada nos empresários e industriais, que nesse contexto de franca expansão dos alimentos artificiais para as crianças se aproveitava para adquirir consumidores, divulgando não somente seus produtos, mas também reforçando ideologias.

Nesse sentido, nota-se que estas propagandas acima analisadas, de um modo geral, comungam para a disseminação da *ideologia oficial* do Estado, da qual fala Bakhtin (1997), fundamentada no discurso higienista, que procurava retirar das mãos das autoridades a parcela que lhe cabe na questão da garantia e manutenção da saúde e qualidade de vida da população, pois ao atribuir aos pais, aos alimentos e aos medicamentos a solução para as enfermidades as quais prometem exterminar, camufla, de certo modo, a responsabilidade das autoridades de assegurar saneamento e infraestrutura urbana à todas as camadas da população e não somente as áreas nobres e embelezadas nas quais residia a elite, como ocorreu com a cidade de Belém nos finais do século XIX e início do XX.

4.4.5. Propagandas de colégios para meninos e meninas

As propagandas de colégios eram textos que se faziam presentes, principalmente, no jornal “Folha do Norte”. Elas objetivavam divulgar os serviços, estrutura, disciplinas e cursos para interessados em matricularem seus filhos. Chama a atenção que em sua grande maioria estas propagandas faziam questão de enfatizar seguirem o programa oficial de instrução pública do Pará, o que se infere ser uma estratégia de convencimento a fim de mostrar que a instituição é séria e segue padrões oficiais. Esses aspectos contribuem para se ter uma noção da educação que se pregava nesse contexto. Os enunciados que permeiam esses exemplares, neste sentido, estão impregnados de vozes sociais que revelam a forma de pensar dessa época, já que, como revela Bakhtin (1997, P. 17), a enunciação pode ser compreendida como uma réplica do diálogo social, “é a unidade de base da língua, trata-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um ‘horizonte social’”.

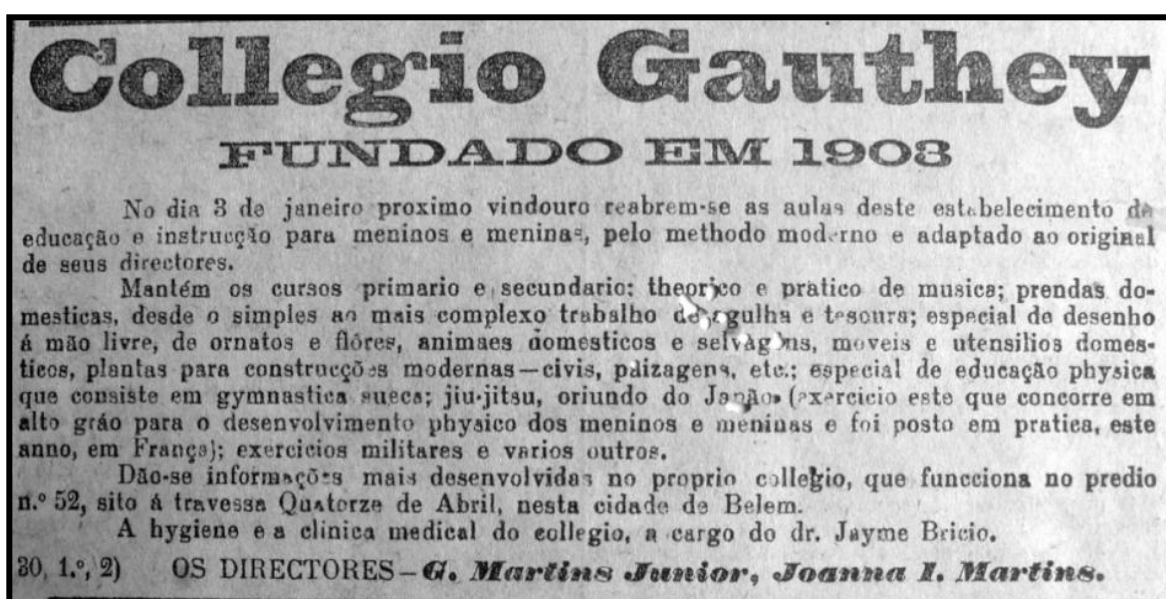
Antes de adentrar e pontuar especificamente os discursos presentes em tais propagandas é conveniente salientar o grande destaque dado nas propagandas, bem como o significativo número destas que dizem oferecer educação para ambos os sexos, o que sinaliza que tais instituições estavam em consonância com o que de moderno se discutia no âmbito educacional.

De acordo com Melo (2008), a origem das escolas mistas no cenário paraense emerge entremeada no discurso de uma elite intelectual que pretendia dar um novo sentido à educação e às práticas tradicionais. A sua institucionalização foi realizada entremeada às escolas femininas e masculinas, e se baseou em um conjunto de alterações e permanências no desenho proposto para a educação imperial, 1881. Para tal autora,

A Província do Grão-Pará, concatenada com as discussões pedagógicas nacionais, fez das escolas mistas uma das respostas encontradas para a tentativa de introduzir no ensino a co-educação do sexos, um dos elementos referentes da educação moderna tendo já se consolidado oficialmente a inserção de meninas em escolas de meninos, e de meninos em escolas de meninas nos setecentos, o berço institucional da escola mista ocorreu na Província do Grão Pará no princípio da década de oitenta, pela lei n. 1.030, de 07 de maio de 1880, durante a administração do presidente da Província José Coelho da Gama Abreu (MELO, p. 115-116).

A propaganda ilustrada na imagem 41 apresenta os serviços do “*Colégio Gauthey*” que diz seguir, na instrução de meninos e meninas, o “*methodo moderno*” e adaptado ao original pelos directores. No curso primário e secundário, oferece aulas de musica, prenda doméstica e trabalhos com agulha, tesoura e desenho. Além disso, ainda, informa oferecer especial atenção à *educação fisica*, a qual consiste nos conteúdos de ginástica sueca, jiu-jitsu (para ambos os sexos), exercícios militares. Também fornece a “hygiene e clinica medical” a cargo “dr. Jaime Bricio”.

IMAGEM 41: Propaganda “Collégio Gauthey”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 01.01.1910

Já a propaganda referente ao “*Collégio Luso-paraense*”, imagem 42, apresenta os principais serviços oferecidos por tal instituição de ensino. Primeiramente, argumenta que um dos principais pontos para a qualidade do ensino é o espaço onde ele funciona, que deve ser “*hygienico*”, o que, segundo é dito, tal colégio possui, pois passou por uma recente reforma. É informado que é seguido os modernos princípios pedagógicos e a educação se faz em família, “*havendo o maior cuidado em desviar os maus instinctos e incentivar os bons*”. Para tanto, a diretora dispensa cuidados maternos aos alunos.

IMAGEM 42: Propaganda “*Collégio Luso-Paraense*”



Collegio Luso-Paraense

Avenida S. Braz, n. 36

O collegio LUSO-PARAENSE, fundado e dirigido pelos abaixo assignados, reabriu suas aulas no dia 7 de janeiro corrente.

A sua directoria convencida de que um dos principais elementos para que um estabelecimento de educação preencha as qualidades de um bom internato é a casa escolar, fez-se instalar no vasto e hygienico predio da Avenida S. Braz, n.º 36, o qual ainda este anno passou por importantes reformas.

De accordo com os modernos principios pedagogicos, a educação no collegio Luso-PARAENSE faz-se em familia, havendo o maior cuidado em desviar os maus instinctos e incentivar os bons.

A dir e' ora tem para os alumnos devotos maternos, superintendendo directamente o serviço interno.

Conhecida a vantagem pedagogica da co-educação dos sexos, f'ic' ella desde algum tempo installada neste estabelecimento, dando os mais proveitosos resultados, como um estimulo para o alumno, quer nos torn'ulos do estudo, quer no procedimento moral, quer no preparo para o futuro convívio social.

A educação physica, o avigoramento do corpo para o trabalho intellectual não tem sido descuidado: dispõe o collegio de excellentes aparelhos gymnasticos, sendo a respectiva aula confidada a regencia de um competentissimo professor.

No collegio é dado o ensino primario e secundario.

Curso primario

O curso primario mercede da directoria cuidados especialissimos.

O ensino da leitura, no qual se tem visto muitas vezes perder um tempo precioso, prolongando o além de toda a medida, e gerando no animo da criança a aversão ao estudo, pela falta de methodo adequado, será tambem olhado com amor extraordinario; é pois no a b e que a creança dá os primeiros passos, e nestes se revelam as qualidades que decidirão do futuro do estudante.

Para este fim, o livro adoptado será o bello Novo Methodo de LEITURA intuitivo e progressivo do dr. Paulino de Brito.

Este curso é ministrado de accordo com os programmas do ensino official e está a parte elemental confiada á directora, auxiliada por habéis professoras normalistas, e a complementar ao director.

Durante a sua existencia de 3 annos o collegio LUSO-PARAENSE em apresentando nos exames de diplomas de estudos primarios 46 alumnos, dos quaes a maioria obteve approvações plenas.

Isto é uma prova f'isante de que o ensino primario transmittido neste collegio é uma realidade, tal como o quer a pedagogia—o allucece forte em que se hão de assentar os futuros conhecimentos do estudante.

Ainda este anno appas do maior rigor havido nos exames foram approvados plenamente 10 alumnos e simplesmente 2.

Curso secundario

O curso secundario divide-se em curso de preparatorios, curso normal e curso commercial pratico.

Curso de preparatorios

Abrange as seguintes cadeiras: Portuguez, Mathematica, Geographia, Franc'ez, Inglez, Latin, Physica e Chimica e Historia Natural, todas leccionadas por professores de competencias comprovadas.

Curso normal

Tambem o collegio mantém um curso adaptado ao actual programma do ensino normal, sendo nelle leccionadas as materias que constituem os tres primeiros annos.

Curso commercial

No anno vin'ouro inaugurar-se-á no estabelecimento um curso commercial pratico, abrangendo as seguintes cadeiras: Portuguez, Arithmeticas practicas, Franc'ez e Inglez praticos, Calligraphia, Geographia Commercial e escriptura pratica.

Chama-se a attenção dos srs. paes de familia para este curso, cujo principal fim é preparar o alumno para os labores da vida commercial em nosso meio.

Além destas aulas funcionarão ainda com regularidade as de piano, violino, flauta e gymnastica.

As r'efeições são feitas em familia, variadas e sadias.

Pensões modicas.

Os directores acham-se promptos a attender aos srs. paes e correspondentes dos alumnos que desejarem maiores esclarecimentos.

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 20.01.1908

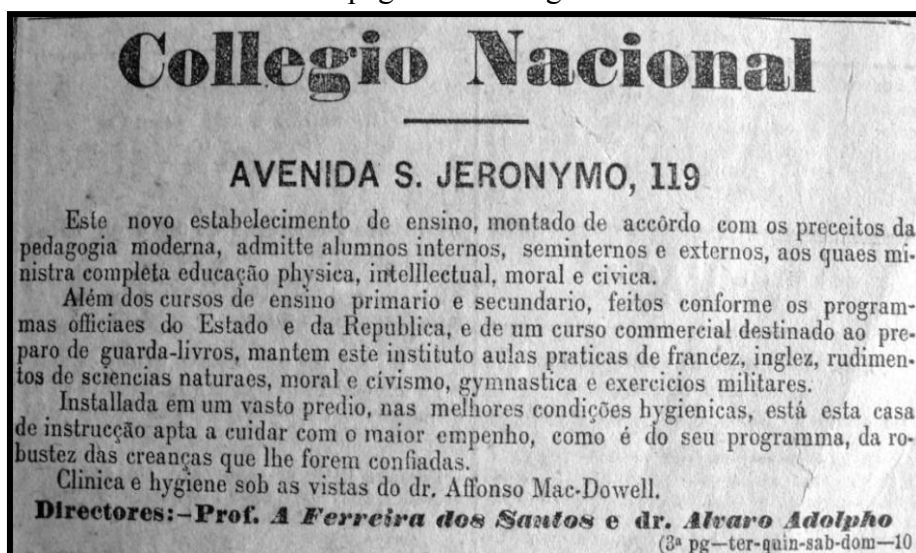
A instituição afirma conhecer as vantagens pedagógicas da co-educação dos sexos, que já funciona ali há certo tempo, dando os maiores resultados. Além disso, é dito ser dado estímulos para os alunos, seja nos estudos, no procedimento moral e no preparo para o convívio social. Com relação à “*educação Physica*”, comenta-se que o avigoramento do corpo

para o trabalho intelectual não é abandonado, pois o colégio apresenta excelentes aparelhos de ginásticas e um competente professor.

No ensino primário, que conforme é relatado, funciona de acordo com os programas do ensino oficial, a escola oferece para as crianças um adequado método de leitura, que é ministrado com amor “*extraordinário*”, uma vez que na aprendizagem das primeiras letras as crianças dão passos que decidirão o futuro do estudante. Para tanto, o livro utilizado é “*bello Novo Methodo de Leitura intuitivo e “progressivo*”, do Dr. Paulino de Brito. São, ainda, exaltados os resultados da instituição, que revelam que o ensino de fato é uma realidade como manda a pedagogia. No final, informam-se as outras modalidades oferecidas: ensino secundário, preparatório, normal e comercial.

Já a propaganda que trata do “Collegio Nacional”, imagem 43, é relatado ser este um novo estabelecimento de ensino que foi montado conforme os preceitos da pedagogia moderna, ministrando “*completa educação physica, intelectual, moral e cívica*”. Assim como cursos de ensino primário e secundário de acordo com os problemas oficiais do estado e da República. Oferece aulas de francês, inglês, rudimentos de ciências naturaes, moral e civismo, gynnastica e exercícios militares. Na propaganda é destacado, também, que o “collegio” é instalado em vasto prédio das melhores condições de hygiene, diz, também, que esta instituição é capacitada para cuidar da robustez das crianças que ali forem estudar, oferece clinica e hygiene.

IMAGEM 43: Propaganda “Collégio Nacional”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 10.03.1910

4.4.6. Propaganda de colégios para meninas

A primeira propaganda desta categoria diz respeito ao “Collegio Jesus Maria José”, imagem 44, o qual é tratado como um antigo e conceituado estabelecimento de educação para meninas. Menciona oferecer o Ensino Primário completo e seguir o programa indicado pela a Instrução Pública do Estado. Sinaliza uma parte do currículo de disciplinas oferecido às alunas “*Aulas de piano, canto, e prendas domésticas*”, o que ilustra uma amostra dos conhecimentos que as meninas deveriam adquirir para ter uma educação adequada.

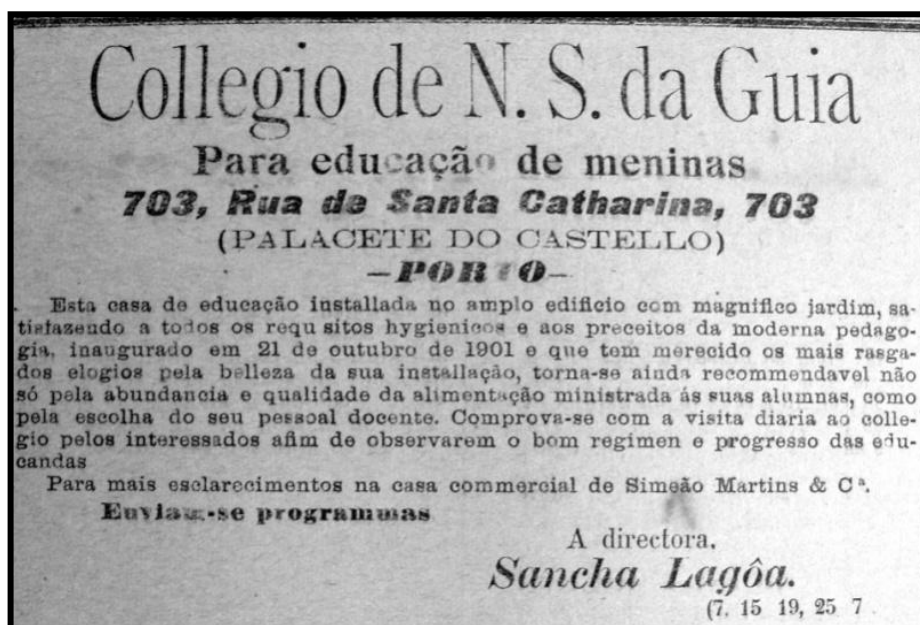
IMAGEM 44: Propaganda “Collegio Jesus Maria José”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 03.01.1903

Já a propaganda que destaca o “Collegio N. S. da Guia”, imagem 45, para a educação de meninas, ressalta a questão do espaço de tal instituição, a qual é “*installada no amplo prédio com magnífico jardim, satisfazendo a todos os requisitos hygienicos e aos preceitos da moderna pedagogia.*” Além disso, o referido colégio também é recomendado não somente pela abundancia e qualidade da alimentação oferecida as suas alunas, mas também pela escolha do corpo docente. Ao final é dito ser admitida visitas diárias a fim de se comprovar o bom regime da escola, bem como o progresso das educandas.

IMAGEM 45: Propaganda “Collegio de N. S. da Guia”



Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 07.01.1904

A propaganda ilustrada na imagem 46 traz informações acerca do “*Collegio N. S. d’ Annuniação*”, o qual é destinado para a educação de meninas, as quais podem ser internas, semi-internas e externas. É relatado que a diretora de tal instituição “*D. Marcolina de Miranda*” terá o máximo de escrúpulo na escolha de professores competentes para *ministrar disciplinas como: “Lingua portugueza, franceza e ingleza, costura e bordados”*. Em seguida é apresentada uma tabela de preços relacionados as suas respectivas modalidades e mais alguns cursos ministrados: “*piano, musica, desenho e gynástica*”. Ao término da propaganda é dito que a diretora empregará “*o máximo desvelo para o progresso intellectual e moral de suas alumnas, dispensando-lhes os mais carinhosos cuidados*”.

IMAGEM 46: Propaganda “Collegio N. S. d’ Annunciação”

COLLEGIO
DE
N. S. d'Annunciação
PARA
EDUCAÇÃO DE MENINAS
Fundado e dirigido pela sr.
D. Marcolina de Miranda
43, Rua Santo Antonio, 43
Proximo do Jardim da Estrella—**LISBOA**

O Collegio de Nossa Senhora d'Annunciação admite
alumnas internas, semi-internas e externas

A directora terá o maximo esrupulo na escolha dos professores para competentemente ministrarem o ensino que consta de:
Lingua portugueza, franceza e ingleza, costura e bordados.
Preparando para exame de 1º e 2º grau.

Os pagamentos são feitos adiantados

INTERNOS	EXTERNOS
Joia 25\$000	Joia 2\$000
Mensalidade 18\$000	Mensalidade 4\$000
Tratamento de roupa. . . 2\$000	
SEMI-INTERNOS	
Joia 6\$000	Piano 3\$000
Mensalidade 9\$000	Musica 1\$500
	Desenho 2\$000
	Gymnastica 1\$000

Qualquer outra disciplina depende de ajuste especial

A directora coadjuvada pelos mais professores empregará o maximo desvelo para o progresso intellectual e moral de suas alumnas, dispensando-lhes os mais carinhosos cuidados.

Para melhores informações, nesta cidade, em casa do
sr. Candido José Rodrigues e na *Pharmacia do Povo*.

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, de 14.03.1904

Incursões bakhtinianas....

Partindo do princípio de que as propagandas são textos produzidos com a intenção de convencer o outro a adquirir determinado produto ou serviço, convém ressaltar que o conteúdo mencionado nelas, seguindo essa lógica, é uma amostra do que se tem de melhor, de tendência, de qualidade, de aceitável e de desejável em determinada sociedade. No caso específico dos exemplares acima apresentados, expressa o modelo corrente de educação na primeira década do século XX.

Dessa maneira, os discursos pontuados nas propagandas de colégios possibilitam compreender questões acerca da educação da infância desta época, uma vez que, conforme Bakhtin (1997), os textos são produtos de uma criação ideológica que não estão aquém do contexto histórico, social e cultural no qual eles são datados, portanto, não podem ser

considerados uma produção individual, mas sim criações constituídas por discursos ideológicos que circulam e atravessam os sujeitos por meio da linguagem.

A partir dessa lógica bakhtiniana, percebeu-se nas propagandas de colégios a presença marcante do *discurso ideológico* do higienismo, que tanto se materializou no contexto escolar nas primeiras décadas do século XX. O higienismo se apresenta, nos conteúdos ensinados que se pautavam na higiene corporal, na alimentação, no vestuário, entre outros. No centro dessa nova configuração da cultura escolar “[...] estava o corpo das crianças: a organização da cultura escolar deveria cultivar um corpo belo, forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro, racional, em contraposição àquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso” (VAGO, 1999, p. 2).

Nesse sentido, a Educação Física assume grande representatividade, como bem fica expresso na significativa importância dada a ela enquanto disciplina pelos colégios. Essa grande ênfase na Educação Física era algo bastante discutido nesse contexto, na compreensão de José Veríssimo, por exemplo, uma sociedade que preza pela civilidade e que leve a sério o futuro de uma nação não deve abrir mão da educação física, sobretudo, desde a infância, a fim de preparar uma geração sã e forte. Segundo este estudioso, ela é tão importante nos primeiros anos de vida de uma criança quanto os cuidados relacionados ao vestuário, alimentação, ao arejamento dos quartos, entre outros

Ainda se tratando da Educação Física, percebe-se o destaque dado aos exercícios militares enquanto conteúdo dessa disciplina, o que é bem ilustrado na propaganda do “Collegio Nacional” e do “*Collegio Gauthey*”. Segundo Ghiraldelli Jr. (2007), a prática da educação física com base nos exercícios militares, intenciona a obtenção de uma juventude forte, baseada numa conduta disciplinar capaz de suportar o combate, a luta, a guerra, de forma a elevá-la a “servidora e defensora da Pátria.” Nesta concepção, que foi intensa a partir da década de 30 do século XX, “a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. Só tem utilidade se visam à eliminação dos incapacitados físicos, contribuindo para uma maximização da força e poderio da população”. Fato que evidencia a Educação Física para fins eugênicos.

O *discurso ideológico* higienista, ainda, pode ser observado no cuidado a que se propõem tais instituições no que se refere ao espaço físico da escola que deveria obedecer “as melhores condições de hygiene”, como também à higiene e nutrição dos alunos, para a formação de sujeitos fortes, saudáveis e robustos, assim como na presença da figura do médico em tais estabelecimentos de ensino. Profissional este que será o responsável por

verificar, estimular e controlar os hábitos dos alunos, de maneira a incutir a noção de cuidado com a saúde e higiene nas crianças.

Outra materialização do *discurso ideológico* bakhtiniano se nota na questão da educação moral e cívica, que é algo muito pertinente de se pontuar nessas propagandas, haja vista que é bastante evidenciada enquanto conteúdo de ensino de tais instituições, o que revela toda uma preocupação, a partir da veiculação do *discurso ideológico* da nacionalidade e do patriotismo, de formar os estudantes de modo a criar um sentido de identificação e valorização da pátria. Desta maneira, o *discurso ideológico* se reveste de sentidos específicos que, de acordo com Bakhtin (1997), são forjados e veiculados em prol de um grupo dominante, neste caso, o Estado e seus ideais republicanos.

Coelho (2008, p. 132), ao discutir a escola primária no Pará, nas primeiras décadas do século XX, afirma que

O programa de instrução moral e cívica apresentava específicos para a formação básica do cidadão de uma República ainda recente. Aprender quais eram os deveres e as obrigações sociais: amor ao trabalho, sentimento de caridade, respeito à velhice, à honra à vida e à propriedade alheia, o jogo e o álcool como fatores de degradação moral e a ociosidade como principal causa de todos os vícios; os deveres cívicos: direito ao voto e a obrigação de prestar serviço militar; direitos e deveres para com os patrões: a ambição (no bom sentido) e a economia como fator de progresso e riqueza; exaltação do sentimento de patriotismo e nacionalismo e reconhecimento dos símbolos nacionais (bandeira, hino, escudo de armas), moldavam o cidadão exemplar que a escola primária pretendia formar para uma sociedade republicana já consolidada.

Veríssimo (1985), tratando da noção de civismo na educação, entende que é necessário, e indispensável em um país que vivencia o regime político republicano, conhecer as suas instituições, saber as leis com as obrigações que impõe, os deveres que garantem. Deve-se, ainda, estudar as leis gerais de moral, de economia e de política, que fazem parte das sociedades e que estabelecem e dirigem as relações entre seus membros.

Observou-se, além disso, em algumas propagandas enunciados que se referiam à educação do caráter dos alunos/alunas, o que converge para o *discurso ideológico* que expressa a noção de infância concebida à época, a qual, nas palavras de Rizzini (2011, p. 24), era percebida como valioso patrimônio da nação, um ser em formação que “tanto pode ser transformado em ‘homem de bem’ (elemento útil para o progresso da nação) ou num ‘degenerado’ (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos)”.

No caso específico dos exemplares dos colégios para meninas, verificou-se importantes indícios que revelam um pouco da concepção de educação das meninas do referido período histórico, que estava pautada em um modelo de educação que tinha o intuito

de formar a mulher para ser uma boa mãe, esposa e dona de casa, seguindo o ideal republicano, como compreende Veríssimo (1985, p.122):

A mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia da sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. Nem as há, ou pôde haver mais difíceis, nem mais dignas e mais nobres, e se houvessem de ser desempenhadas na perfeição requerer-se-iam na mãe de família mais capacidades de que têm de comum ainda os mais capazes chefes de Estado.

Tal discurso sobre a educação feminina fica bastante evidenciado quando se observa algumas disciplinas oferecidas em tais textos por parte dos colégios: costuras, bons modos, bordados, etc. Discutindo as escolas femininas, Louro (1997, p. 62) comenta que neste tipo de instituição dedicavam-se

[...] intensas e repetidas horas ao treino de habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens 'prendadas', capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura. As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes isso se fazia de forma tão densa e particulares que permitia - a partir de mínimos traços de pequenos indícios, de um jeito de andar ou falar - dizer, quase com segurança, que determinada jovem foi normalista, que um rapaz cursou o colégio militar, ou que um outro estudou no seminário.

Coelho (2008), ao retratar as aulas de trabalhos manuais de costura e de bordado para as meninas, elucida que a professora sempre deveria ter cuidado com a posição dos corpos e das mãos das estudantes, sempre procurando observar a maneira que elas manejavam a agulha, tendo em vista que para aprender a bordar e costurar bem, era de suma importância uma posição correta do corpo. Tal preocupação da professora nas aulas das prendas domésticas se justificava, “pois com ela se pretendia formar, além de alunas prendadas, alunas com atitudes corporais corretas, necessário para uma sociedade higiênica e civilizada, como aquela idealizada pelos republicanos” (COELHO, 2008, p. 59).

Após a análise dessas duas categorias que se ocupam de discutir as propagandas de colégios veiculadas no jornal “Folha do Norte” ficou elucidado alguns aspectos que permeavam a educação primária nas primeiras décadas do século XX. Entre estes ficou bastante enfatizado que existiam concepções distintas do que seria a educação para meninos e meninas, uma vez que

Das mulheres esperava-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho na política, o exercício de liberdade, inclusive sexual, a incorporação dos atributos de proteção e autoridade (ALMEIDA, 2006, p. 73).

Essa forma diferenciada se fazia presente inclusive nas próprias escolas que se auto proclamavam serem destinadas a ambos os sexos, tendo em vista que, na realidade, elas apenas ofertavam vagas nas escolas de meninos para meninas e de meninas para meninos, com o intuito de serem vistas enquanto instituições modernas, mas se mantinham maneiras de se educar, o que deixa claro o *discurso polifônico* bakhtiniano por meio das vozes que ecoam discursos de uma sociedade conservadora, machista e preconceituosa à época, que procurava modelar homens e mulheres a determinados modos de comportamento e estereótipos bem definidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cabo deste estudo é conveniente ressaltar o esforço a ele empreendido no que diz respeito à tentativa de se produzir uma pesquisa situada na incipiente área da história da infância no Pará, que ainda carece de pesquisadores e interessados em desvendar e (re) contar essa parte da historiografia desse estado, o que vai possibilitar compreender importantes aspectos culturais, históricos e sociais que se fazem ou se fizeram presentes, enquanto vozes ecoadas, na constituição da sociedade paraense.

A opção investigativa pela ótica da imprensa do Pará, mais precisamente por meio dos dois mais importantes impressos à época: “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, tornou possível entender a compreensão da infância por meio da voz de uma elite que se materializava na imprensa e (re) produzia as concepções discursivas que permeavam à infância paraense desse contexto.

A partir das questões suscitadas nesses jornais, observou-se que os assuntos que estavam relacionados à infância se faziam presentes principalmente: os cuidados para com a criança, o trabalho infantil, a higiene, os acidentes e tragédias e a educação por meio do que é divulgado, sobretudo, nas propagandas dos colégios. São temáticas que revelam os ângulos que a infância era concebida na primeira década do século XX e que convergem para a visualização dessa categoria social neste recorte da história do Pará.

Nas peças analisadas: anúncios, notícias, propagandas e na galeria infantil foi possível perceber que na constituição destas circulavam uma infinidade de discursos que contribuíam para mostrar o “valor” atribuído à infância pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”. A exemplo disso, tem-se os discursos: do higienismo; da valorização do trabalho enquanto prática dignificante, regenerante e moralizadora; do discurso ideológico da mãe/mulher como cuidadora; do cientificismo em detrimento do conhecimento popular, entre outros.

Percebeu-se, também, que socialmente à infância era vista a partir da classe social na qual o sujeito criança estava inserido, ou seja, no caso da criança pobre, notou-se que esta era sempre tratada como um sujeito que estava “jogado a própria sorte”, sem perspectivas de um futuro, tendo em vista que ela sempre vai ser tida como a criança “desafortunada”, a “infeliz”, “a pobre criança”; já a da classe economicamente mais favorecida é sempre a bela, formosa, a ingênua, a bem cuidada e aquelas que terão um futuro promissor, inclusive pelo fato de seus pais terem sido pessoas de sucesso e, por isso, simbolicamente lhes é dado a

oportunidade de receber tal legado. Além disso, pode-se evidenciar, na questão do diferenciado tratamento dado as crianças ricas e pobres, a visibilidade dada à imagem desta, pois como ficou percebido na categoria que trata da galeria infantil é somente a criança da elite que é “enxergada”, que tem rosto, que tem forma e representação no jornal, mais especificamente, no “Folha do Norte”.

No que tange à relação infância e família, o que fica expresso, por meio do posicionamento discursivo da imprensa escrita, relaciona-se ao cuidado/não cuidado e à importância/não importância, uma vez que sempre a família pobre será aquele núcleo no qual a criança estará sujeita a todos os tipos de violências, enquanto que a criança da família rica será o centro, o orgulho dos pais, representando discursivamente a ideia de família que protege, transmite segurança e condições para a educação e boa formação dos filhos.

Já no âmbito educacional, notou-se, a partir das propagandas dos colégios, particularmente, uma educação pautada em dois pontos principais: o econômico e o gênero. O primeiro evidencia que nas instituições educativas, mesmo que funcionassem de forma gratuita e particular paralelamente, sempre quem possuía mais dinheiro recebia a educação completa, sinalizando um ensino diferenciado e privilegiado para apenas uma parcela; com relação à questão de gênero verificou-se que havia a nítida separação entre educação de meninos e de meninas, mesmo quando o colégio anunciava adotar uma educação mista, pois como ficou expresso nas disciplinas contidas nas propagandas, infere-se que o ensino das escolas mistas eram efetivados apenas em um prédio comum, mas o aprendizado era distinto: os meninos formados para receberem uma educação para no futuro exercerem uma profissão privilegiada e legitimada socialmente, e as meninas educadas para serem boas mães, esposas e donas de casa.

As discussões levantadas nesta pesquisas convém salientar, corroboraram para convergir com a compreensão de que não se tem apenas uma forma de conceber a infância, como bem pontuam Freitas e Kuhlman Jr (2002), quando entendem que a infância assume diferentes faces que estão vinculadas às propostas de sua investigação, ao modo e olhar a elas dispensado, o que permite subdividi-la em infância abandonada, pobre, rica, delinquente, trabalhadora, explorada, entre outras.

Não se pode esquecer de mencionar também que em nenhum momento emergiu nas peças analisadas informações referentes à infância indígena, no período de 1900 a 1910. Fato este que chamou bastante atenção e suscitou curiosidade de entender essa “não visualização” ou “o não lugar da criança indígena” nas páginas dos dois mais representativos jornais impressos do estado do Pará nesse contexto.

Vale pontuar que a principal dificuldade enfrentada para o desenvolvimento desta dissertação se assenta no ainda escasso número de produções acadêmicas que versam tanto sobre a história da infância quanto sobre a historiografia da educação no estado do Pará, o que, de certa maneira, ainda limita as discussões as produções ao Sul e Centro-Oeste do país; questão que deve ser sempre ponderada a fim de que não se “homogeneíze” as particularidades e especificidade de cada região, o que acaba, com bem enfatizam Shueler e Magaldi (2008), afirmando uma dada memória e história da educação.

Tal dificuldade serviu, também, para enfatizar a necessidade de se produzir estudos de natureza histórica, sobre temáticas importantíssimas para o cenário paraense que ainda não receberam direcionamentos na tentativa de tornarem mais visíveis à sociedade, como por exemplo, a questão do trabalho infantil, da exploração e violência doméstica, adoção, cuidados e higiene da infância, assim como a história das instituições de ensino privado.

Nesse sentido, acredita-se que o presente estudo contribuiu dentro de suas limitações para o avanço no campo da história da infância e da educação no Pará, mas, como não poderia deixar de ser, o trabalho não esgota suas possibilidades e olhares investigativos. Acima de tudo ele proporcionou o reconhecimento de que muito se precisa pesquisar neste campo de investigação. Portanto, encontram-se abertas as fronteiras que circundam essa área, que se apresenta carente do interesse de estudiosos que possam se envolver com pesquisa que a contemplem e, assim, enveredem nessa “missão”.

E, por fim, é de suma importância mencionar e ressaltar o entendimento construído sobre o quanto é válido se criar uma compreensão histórica sobre a infância, tendo em vista que esse empreendimento não se limita apenas a conhecer as particularidades e características da visão de mundo que se tinha sobre as crianças em dado tempo e espaço, mas também possibilita suscitar reflexões sobre a criança de hoje, ao se tentar perceber o que mudou e/ou permaneceu no que diz respeito à concepção e tratamento dispensado a ela.

Para tanto, acredita-se ser pertinente levantar questionamentos do tipo: como a imprensa do século XXI, incrementada pelos avanços das tecnologias da informação, está concebendo a infância? Quais imagens e representações são veiculadas da infância das diferentes etnias e classes sociais? Qual o “valor” atribuído à infância na atualidade? Quem compõe a categoria social infância hoje? O que de igual e de diferente se fala da ideia de infância construída no início do período republicano brasileiro em relação ao que se observa no século atual? Que temáticas a infância está imersa em comparação com as verificadas na primeira década do século XX? Tais indagações são relevantes para se entender onde se

estagnou, mudou ou avançou e até para onde se caminha no que tange aos cuidados, à proteção, aos direitos, à educação da infância do País.

FONTES DOCUMENTAIS

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Farinha Láctea de Nestlé**. Belém, 18 de janeiro de 1900, p. 3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Peitoral das crenças de Werneck**. Belém, 26 de fevereiro de 1900, p. 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Mellin Alimento**. Belém, 18 de janeiro de 1900, p. 2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Vinho Dr Vivien**. Belém, 28 de maio de 1900, p. 3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Alimentação Infantil**. Belém, 07 de maio de 1901, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Desastre**. Belém, 18 de fevereiro de 1905 p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARA. **Uma explosão** - morte de uma criança. Belém, 25 de agosto de 1905 p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Menina desaparecida**. Belém, 04 de julho de 1905, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARA. **Mãe sem entranhas**. Belém, 28 de outubro de 1906, p.1.

FOLHA DO NORTE. **Pílulas e Xarope Beirão**. Belém, 20 de janeiro de 1900, p. 4.

FOLHA DO NORTE. **Menor desaparecido**. Belém, 04 de fevereiro de 1901, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Menor desaparecido**. Belém, 23 de fevereiro de 1901, p.1.

FOLHA DO NORTE. **Creados**. Belém, 23 de julho de 1902, p. 2

FOLHA DO NORTE. **Collegio Jesus Maria José**. Belém, 03 de janeiro de 1903, p. 3.

FOLHA DO NORTE. **Collegio N. S. da Guia**. Belém, 07 de janeiro de 1904, p. 3.

FOLHA DO NORTE. **Creança exposta**. Belém, 20 de fevereiro de 1904, p.1.

FOLHA DO NORTE. **Collegio N. S da Anunciação**. Belém, 14 de março de 1904, p. 4.

FOLHA DO NORTE. **Menino**. Belém, 12 de janeiro de 1905, p.1.

FOLHA DO NORTE. **Menino**. Belém, 13 de setembro de 1906, p. 2.

FOLHA DO NORTE. **Bronchite das creanças**. Belém, 16 de janeiro de 1906, p. 3.

FOLHA DO NORTE. **Asthma em duas creanças**. Belém, 03 de julho de 1906, p. 3.

FOLHA DO NORTE. **Creança engeitada**. Belém, 31 de agosto de 1907, p.1.

FOLHA DO NORTE. **Creança queimada por acido phenico**. Belém, 05 de janeiro de 1909 p.1.

FOLHA DO NORTE. **Creança queimada** - descuido culposo. Belém, 06 de janeiro de 1909 p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Creança perdida**. Belém, 07 de setembro de 1907, p. 2.

FOLHA DO NORTE. **Galeria Infantil**. Belém, 10 de janeiro de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Galeria Infantil**. Belém, 17 de janeiro de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Collégio Luso-Paraense**. Belém, 20 de janeiro de 1908, p. 3.

FOLHA DO NORTE. **Menor fujona**. Belém, 20 de junho de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Galeria Infantil**. Belém, 24 de janeiro de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Galeria Infantil**. Belém, 31 de janeiro de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Hygiene Infantil**. Belém, 13 de fevereiro de 1909, p. 1-2.

FOLHA DO NORTE. **Creança perdida**. Belém, 24 de fevereiro de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **As bombas** - um menor ferido. Belém, 22 de junho de 1909. P. 1

FOLHA DO NORTE. **Galeria Infantil**. Belém, 21 de março de 1909, p.1.

FOLHA DO NORTE. **Galeria Infantil**. Belém, 21 de março de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Vermífugo B. A. Fahnestock**. Belém, 05 de janeiro de 1909, p. 4.

FOLHA DO NORTE. **Vermífugo Paraense**. Belém, 05 de janeiro de 1909, p. 3.

FOLHA DO NORTE. **Espancamento de uma creança**. Belém, 13 de fevereiro de 1909, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Emulsão de Scott**. Belém, 09 de julho de 1909, p. 4.

FOLHA DO NORTE. **A Bella Senhorita Sara Silva**. Belém, 01 de janeiro de 1910, p. 4.

FOLHA DO NORTE. **Triste fim**. Belém, 08 de outubro de 1910 p.1.

FOLHA DO NORTE. **Collegio Gauthey**. Belém, 01 de janeiro de 1910, p. 3.

FOLHA DO NORTE. **Collegio Nacional**. Belém, 10 de março de 1910, p. 4.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. S. **Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário metodológico científico**: uma guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, I; PILOTTI, (orgs.). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, p. 153-202.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Paulo Bezerra (Trad). São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. (VOLOCHINOV) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BAKHTIN, M. Questões de Literatura e estética. Aurorosa Bernadini, et al (trad.). São Palo: Hucitec, 1988.
- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: **Bakhtin dialogismo e construção do sentido**. BRAIT. B. (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 25-36.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: Catálogo. Belém: Secretária de Estado e de Cultura, Desporto e Turismo, 1985.
- BRAIT, B; MELO, R. de. Enunciado/ enunciado concreto e enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: contexto, 2005.
- BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social**: Teoria e exercícios. Madrid: Paraninfo, 1991.
- CARVALHO, M. P. **No coração da sala de aula**: Gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã, 1999.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CHAMBOULEIRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 84-106.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, M. O. **A Escola Primária no Estado do Pará (1920-1940)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999.

DIDONET, V. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001. p.11-28.

DI FANTI, M. G. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. In: **Veredas. Revista de Estudos Lingüísticos**, UFJF, p. 95-111, vol. 7, n. 1 e 2, jan/dez 2005.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Brasil Império. In: RIZZINI, I; PILOTTI, (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 203-222.

FARIAS, W. G. Em nome da República: imprensa, eleições e deportações no Pará republicano. In: IV Congresso Internacional de História. Maringá – PR, setembro de 2009. **Anais do IV Congresso Internacional de História**. Maringá – PR, 2009, p. 305-317. ISSN 2175-4446. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/572.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2012.

FERREIRA, E. S. **Trabalho infantil: história e situação atual**. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

FILHO, L. M. F; SALES, Z. E. S. Escolarização da infância brasileira: contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: **Os intelectuais na história da infância**. FREITAS, M. C.; KUHLMANN, M. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2002, p. 245-266.

FERREIRA, A. G; A infância no discurso dos intelectuais portugueses do Antigo Regime In: **Os intelectuais na história da infância**. FREITAS, M. C.; KUHLMANN, M. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2002, p. 167-196.

FLORES, V. N; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIRE, M. M. L. “Ser mãe é uma ciência”: mulheres, mães e médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 153-171, jun. 2008, p. 154.

FREITAS, M.; KUHLMANN JR, M. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GHIRALDELLI JR. P. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GÓES, J. R.; FLORENTINO, M. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2000, p. 177-191.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDRA, J. G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, C. F; KUHLMANN JR, M. (Orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: mediação, 2007.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil - A arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2011.

LACERDA, F. G. Infância e imigração no Estado do Pará (final do século XIX, início do século XX). In: NETO, J. M. B; GUZMÁN, D. A. (Orgs.) **Terra matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 395-406.

LAJOLO, M. **Infância de papel e tinta**. In: FREITAS, M. História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, P. 229-250.

LOPES, A. A Imprensa e a Infância Indigente: o exemplo da Imprensa setubalense (1870-1930). In: **Para a compreensão histórica da infância**. LOPES, A; FARIA FILHO, L. M. FERNANDES, R. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 73-88.

LOURO, G. L., **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUZ, M. T. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MARCILIO, M. L. A Roda dos Expostos e a criança abandonada no Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (orgs). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 53-80.

_____. De criança a escolar. In: SOUZA, G. (Orgs.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010, 41-67.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 217-224. 14

MELO, C. N. **Participação de mulheres na história da escola mista no Pará – 1870/1901**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

MIOTELLO, V. **Ideologia**. In: BRAIT, Beth (Orgs). Bakhtin: Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-181.

MONARCA, C. Lourenço Filho e a Biblioteca da Educação. IN: -. **Lourenço Filho**: outros aspectos, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

MONCORVO FILHO, A. **Histórico da proteção à infância no Brasil (1500 – 1922)**. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926.

MORAES, E. **Creanças abandonadas e creanças criminosas**: notas e observações. Rio de Janeiro: Guimarães, 1900.

MOURA, E. B. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 259-288.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária / Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NASCIMENTO, A. C. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças no Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume – FINEP, 2008.

NASCIMENTO, S. V. S. A Criança na Fotografia: o retrato da infância na primeira metade do século XX em Belém do Pará (1900 a 1950). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

NAVARRO, P. Discurso e mídia: elementos e métodos arqueológicos para a análise da produção discursiva da identidade. In: **Discurso midiático**: sentidos e memórias de arquivo. ROMÃO, M.S; GASPAR, N.R (Org.). São Carlos: Pedro e João editores, 2008, p. 225-247.

OLIVEIRA, L. A. **Infância pobre no Brasil**: a importância dos discursos psicologicos nas instituições para menores. In: **Mnemosine**, v. 1, n. 0, 2004, p. 120-130.

PASCHOAL, J. D; MACHADO, C. G. A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2011

PATTO, M. H. S. Ciência e política na Primeira Republica: Origens da psicologia escolar IN: **Mnemosine**, v.1 ,n.0, p.203-225, 2004.

_____, Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. In: **Estudos avançados** 13 (35), 1999, p. 167-198.

PINHEIRO, P. S. Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924). In: PINHEIRO P. S. (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 193-223;

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, M; PEREIRA, C. A. M. **Mídia, memória & celebridades**. Rio de Janeiro: E – Papers Serviços Editoriais, 2005, p. 105-124.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A institucionalização das crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma; PILOTTI, (orgs.). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, H. H. P. A escola como laboratório. In: BENCOSTTA, M. L. V. (Orgs.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p. 237-264.

ROCQUE, C. Grande Enciclopédia da Amazônia. Belém: AMEL – Amazônia Editora LTDA, 1968.

RODRIGUES, S. F. **Esculápios tropicais**: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 210-230.

SARGES, M. N. **Belém**: riquezas produzindo a Belle époque (1870). Belém: Paka – Tatu, 2010.

_____. **Memórias do “Velho” intendente**: Antônio Lemos 1869-1973. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 1998.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com>> ISSN: 2175-3423. Acesso em: 12 maio 2011.

SELBACH, J. F. **Muito além da Praça José Bonifácio**: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945. São Luís/MA: EDUFMA, 2007.

SHUELER, A.F.M.; MAGALD, A. M.B.M. **Educação Escolar na Primeira Republica**: memória, história e perspectivas de pesquisa, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2012.

SOUSA, C. M. P. de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará**: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX. Tese (Doutorado em Educação). PUC – SP, 2010.

SOUZA, G. Os jardins de infância públicos no início do século XX. In: SOUZA, G. (Orgs.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010, p. 123-140.

SOUZA, R. F. **O direito à educação: lutas populares pela escola**. Campinas: Editora UNICAMP – Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.

SOUZA, R.F.R., F. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. IN: caderno cede ano XX, n. 52 p. 104-121, novembro/2000.

STEARN, P. N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

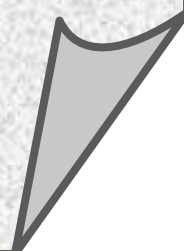
VAGO, T. M. **Início** e fim do século XX: maneiras de fazer Educação Física na escola. **Cad. CEDES**. [on-line], v. 19, n. 48, p. 30-51, ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3262>. ISSN 0101-3262. Acesso em: 21 set. 2011.

VEIGA, S. G; GOUVEIA, M. C. S. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. in: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.26, n.1, p.135-160, jan. /jun.2000.

VERÍSSIMO, J. A **educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIANNA, A. R. Internação e domesticidade: caminhos para a gestão da infância na Primeira República. In: GONDRA, J. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002, p. 29-44.

APÊNDICES



APÊNDICE A:

Dissertações mapeadas no estado da arte ordenados por ano de publicação

- FONSECA, Sérgio César. O Instituto Disciplinar de Taubaté e a infância em conflito com a lei na cidade de São Paulo (1890-1927). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita – Unesp/Franca.**
- MARIANO, Hélvio Alexandre. A infância e a Lei: O Cotidiano de criança pobres e abandonados no final do século XIX e nas primeiras décadas do séc. XX e suas experiências com a tutela. 2001. Dissertação. (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica. PUC/SP**
- SARTOR, Carla Silvana Daniel. Os Caminhos da Proteção à Infância no Brasil: A Influência do Modelo de Moncorvo Filho. 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.**
- SANTOS, Maria Conceição dos. Cândido Mota e a Política de Atendimento a Menores Delinquentes no Estado de São Paulo (1894-1909). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita – Unesp/Araraquara.**
- SILVA, Tânia Soares da. Da Panacéia para Hygéa: Representações, Diagnóstico e Ações sobre a Infância, Mulheres e Famílias Pobres no Discurso Médico Higienista (São Paulo 1920-1930). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. PUC/SP.**
- ROCHA, José Fernando Teles. Práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1896-1950. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade São Francisco.**
- MAGALHÃES, Maria das Graças Sandi. A infância nos almanaques de farmácia 1920 a 1940. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco.**
- GODOY, Magda Nanuck de. A higiene no tratar e cuidar na puericultura. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná.**
- MARTINS, Samir Moraes. Da assistência à infância abandonada nos marcos da defesa SOCIAL - uma análise da Questão, no Brasil, de 1850 À 1927. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro.**
- SILVA, Patrícia Terezinha. A Infância Multifacetada: representações e Práticas Discursivas no Paraná do Início do Século XX. 2007. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense.**
- DUARTE, Antônio Valdir Monteiro. “Memória (in) visíveis: memórias de velhos sobre suas infâncias em Belém do Pará (1900-1950). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará.**
- MIRANDA, Humberto da Silva. Meninos, Moleques, Menores...FACES da infância no Recife (1927 – 1937). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.**
- ZANIANI, Ednéia José Martins. Sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a higienização da infância. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá.**
- FERREIRA, Laura Valéria Pinto. Entre a repressão e a caridade: crianças desamparadas em uma sociedade em construção (1890-1927). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora.**
- PESSOA, Alba Barbosa. Infância e Trabalho: Dimensões do trabalho Infantil ma Cidade de Manaus (1890-1920). 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas.**
- SOARES, Shirley Cristine Ricoy. As representações sobre a criança como sujeito da educação profissional nas políticas educacionais mineiras (1892 - 1914). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**

APÊNDICE B:

Teses mapeadas no estado da arte ordenadas por ano de publicação

ZUQUIM, Judith. Infância e crime na história no Brasil: **uma análise de categorias psicológicas na construção histórica da infância criminalizada na Primeira República.** 2001. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo

AREND, Sílvia Maria Favero. Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Ivonete. Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: **Florianópolis, 1990-1940.** 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná.

RANGEL, Sonia de Oliveira Câmara. Sob a Guarda da República: A Infância Menorizada no Rio de Janeiro da Década de 1920. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo.

SILVA, Wesley. Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte 1921-1941. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. A não-infância : crianças como mão-de-obra em mariana (1850-1900). 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

MELO, Cleide Maria Maciel de. A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma do ensino primário em Minas Gerais- 1927. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais.

ROCHA, José Fernando Teles. Do asilo dos expostos ao berçário: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936). 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.

ZUCOLOTO, Patricia Carla Silva do Vale. A infância e a medicalização das dificuldades no processo de escolarização nas teses sobre higiene escolar da Faculdade de Medicina da Bahia (1889-1930). 2010. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal da Bahia.

MOURA, Vera Lucia Braga de. A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. O Instituto de Assistência à Infância: saúde e educação da Criança Maranhense (1911-1922). 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES